

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

**BRASÍLIA/DF
2018**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018.

BRASÍLIA/DF

2018

Lista de Siglas e Abreviaturas

AGE - Assessoria de Gestão Estratégica
ALTIRIS – Sistema de Controle de Chamadas
APC – Academia de Polícia
ASSJUR - Assessoria Jurídica
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CCP - Crimes Contra o Patrimônio (CCP).
CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais
CGP – Corregedoria-Geral de Polícia
CGDF - Controladoria Geral do Distrito Federal
CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CF – Constituição Federal
CPA - Comissão Permanente de Alienação
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CPTCE - Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DAG – Departamento de Administração Geral
DCB - Divisão de Custódia de Bens
DEMA - Delegacia Especializada do Meio Ambiente e de Proteção a Ordem Urbanística
DEPATE – Departamento de Atividades Especiais
DF – Distrito Federal
DFSP - Departamento Federal de Segurança pública
DGDOC - Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
DGPC – Direção-Geral da Polícia Civil
DGI – Departamento de Tecnologia da Informação
DITEC - Divisão de Tecnologia
DITEL - Divisão de Telecomunicações
DITRAN - Divisão de Transportes
DIVICOM - Divisão de Comunicação
DN – Decisão Normativa
DOF - Divisão de Orçamento e Finanças
DPA – Divisão de Planejamento Administrativo
DPC – Departamento de Polícia Circunscricional
DPE – Departamento de Polícia Especializada
DPJ - Divisão de Polícia Judiciária

DPT – Departamento de Polícia Técnica
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
FUNPCDF - Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
GEB - Guarda Especial de Brasília
IN – Instrução Normativa
IRCH - Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios
ITA - Índice de Transparência Ativa
LAB/LD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
LAI - Lei de Acesso à Informação
OEI - Objetivo Estratégico Institucional
OGU – Orçamento Geral da União
OUV-DF - Sistema Informatizado de Ouvidoria
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
PDTI- Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGDF – Procuradoria Geral do Distrito Federal
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PPA – Plano Plurianual
PROBEM - Programa de Bem Estar do Servidor
PROCED – Sistemas de Procedimentos Policiais
QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas
SCONDE – Sistema de Controle e Gerenciamento de Denúncias
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SDEP - Serviço de Desenvolvimento e Execução de Projetos
SGA - Sistema de Gestão Administrativa
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos
SIIC - Sistema de Identificação Civil
SIOPNET - Sistema de Consultas Integradas e Registro de Ocorrências Policiais no Local do Fato.
SISDAME - Sistema de Controle de Armas)
TCNET – Sistema de Termo Circunstanciado Eletrônico

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

UG – Unidade Gestora

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabela 1 – Siglário da Estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal	15
Tabela 2 – Iniciativas Estratégicas implementadas pela PCDF entre os anos de 2015 e 2018 ...	21
Figura 1 - Monitoramento do Sistema Polaris	36
Figura 2 – Painel do Sistema Polaris.....	37
Figura 3 – Agenda Positiva de Serviços.....	38
Quadro 1 – Ações relacionadas a programa temático do PPA – OFSS	41
Quadro 2 – Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	41
Quadro 3 – Ações do orçamento de investimento	42
Quadro 4 – Restos a pagar de exercícios anteriores	43
Quadro 5 – Despesas por modalidade de contratação.....	45
Quadro 6 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	46
Tabela 3 – Operações policiais	47
Figura 4 – Quantidades de drogas apreendidas	48
Tabela 4 – Operações desencadeadas.....	49
Tabela 5 – Produtividade do DPT.....	50
Figura 4 – Indicadores de desempenho	52
Tabela 6 – Indicadores estratégicos	54
Figura 5 – Acordo de Resultados 2017 da Pasta de Segurança Pública	58
Figura 6 – Indicadores Estratégicos e de Processos Críticos da PCDF monitorados pelo Sistema Gestão-DF.....	59
Figura 7 – Eixos de Atuação do Programa Viva Brasília, Nosso Pacto Pela Vida	59
Figura 8 - Indicadores relacionados às incidências de CVLI e de CCP	60
Figura 9 - Carta de Serviços ao Cidadão	61
Tabela 7 – Matriz de projetos da PCDF	62
Tabela 8 – Obras e serviços de engenharia	62
Tabela 9 - Aquisições	63
Quadro 7 – Força de trabalho da UPC	71
Quadro 8 – Distribuição lotação efetiva.....	71
Quadro 9 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.	72
Quadro 10 – Despesas de pessoal	73
Tabela 10 – Policiais faixa etária.....	77
Gráfico 1 – Policiais faixa etária.....	77
Tabela 11 – Faixa de tempo policial	78
Gráfico 2 – Tempo de serviço policial.....	78
Tabela 12 – Grau de instrução dos policiais.....	79
Gráfico 3 – Grau de instrução dos policiais	79
Quadro 11 – Dotação orçamentária da PCDF.....	80
Tabela 13 – Quantitativos de cargos da PCDF	81
Quadro 12 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo	83
Quadro 13 – Veículos de transporte institucional.....	85
Quadro 14 – Média de quilômetros rodados.....	85
Quadro 15 – Idade média da frota.....	86
Quadro 16 – Despesas com a manutenção da frota de veículos	87

Quadro 17 – Consumo de combustível	87
Figura 10 – Recursos orçamentários previsto para TI	95
Quadro 18 – Mapa estratégico corporativo 2014 a 2020	95
Quadro 19 – Objetivos estratégicos institucionais	97
Quadro 20 – Reuniões do CGTIC/PCDF	98
Quadro 21 – Principais sistemas corporativos da PCDF em produção	100
Quadro 22 – Sistemas de mobilidade de serviços web	103
Quadro 23 – Sistemas de infraestrutura de redes e comunicações de dados	107
Quadro 24 – Soluções de Inteligência Policial/Estatística	109
Quadro 25 – Soluções de telecomunicações.....	109
Quadro 26 – Capacitação de pessoal em TI.....	110
Quadro 27 – Status das capacitações em TIC.....	111
Quadro 28 – Quantitativo de pessoal de TIC	112
Quadro 29 – Distribuição de profissionais de TIC	112
Quadro 30 – Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI	113
Quadro 31 – Projetos de desenvolvimento de softwares	116
Quadro 32 – Atividades prestadas por terceirizados na DITEC/DGI	121
Quadro 33 – Projetos de TIC desenvolvidos em 2017	123
Quadro 34 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	139
Quadro 35 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário.....	141

Anexos

Anexo I - Declarações	144
Anexo II - Relatório de acompanhamento recomendações	147

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	8
1. VISÃO GERAL	11
1.1 Finalidade e competências	11
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	11
1.3 Ambiente de atuação	13
1.4 Organograma funcional	13
1.5 Macroprocessos finalísticos	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL RESULTADOS	18
2.1 Planejamento organizacional	18
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	19
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	20
2.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento de execução e resultados dos planos	36
2.2 Desempenho orçamentário.....	39
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária	40
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	42
2.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores	43
2.2.3.1 Análise crítica.....	43
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas	43
2.2.4.1 Análise crítica.....	47
2.3 Desempenho operacional.....	47
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	51
2.4.1 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional	51
2.4.2 Outros resultados operacionais	62
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	64
3.1 Descrição da estrutura de governança	64
3.2 Informações sobre dirigentes	67
3.3 Gestão de riscos e controles internos	67
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	70
4.1 Gestão de pessoas.....	70
4.1.1 Estrutura de pessoal.....	71
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	73
4.1.2.1 Análise crítica.....	74
4.1.3 Qualificação e capacitação da força de trabalho.....	75
4.1.4 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal	79
4.1.5 Gestão de riscos relacionadas ao pessoal	80
4.1.6 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas	81
4.1.7 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	82
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	84
4.2.1 Gestão da frota de veículos	84
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	90
4.3 Gestão de tecnologia da informação	92
4.3.1 Considerações iniciais	92
4.3.2 Informações sobre as perspectivas de gestão estratégica de TIC.....	93

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	131
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	133
5.1 Canais de acesso ao cidadão	133
5.2 Carta de serviços ao cidadão.....	133
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	133
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	134
5.5 Medidas para garantir à acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	136
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	136
6.1 Desempenho financeiro no exercício	138
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃO DE CONTROLE.....	139
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	139
7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	141
7.2.1 Visão geral sobre as recomendações feitas pelo OCI - CGU	141
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário.....	141
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	143

APRESENTAÇÃO

Breve histórico da entidade

Em 1808, o Príncipe Regente Dom João VI, preocupado com a segurança da corte diante de uma possível disseminação das ideias liberais francesas, criou o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, similar ao de Portugal, conforme estabelecido no Alvará de 10 de maio daquele ano.

O cargo de primeiro Intendente-Geral de Polícia foi ocupado pelo Desembargador Paulo Fernandes Viana, Ouvidor-Geral do Crime e membro da Ordem de Cristo, considerado o fundador da Polícia Civil no Brasil. Ao criar a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, o Príncipe Regente, em um só ato, instituiu a Polícia da Capital e a Polícia do País. A criação da Intendência-Geral de Polícia é considerada o marco histórico da Polícia no Brasil, sendo compartilhado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Historicamente, a instituição passou por diversas transformações. Em 1830, o Código Criminal do Império do Brasil, estabeleceu em cada município e província da Corte, o cargo de Chefe de Polícia, auxiliado por delegados e subdelegados. Em 1871, foi criado o Inquérito Policial, sendo instituído, como requisito para o exercício do cargo de Chefe de Polícia, o “notável saber jurídico”. Com a Proclamação da República, em 1889, os serviços de polícia passaram a ser regulamentados por leis estaduais, sendo que, em 1902, o Presidente da República, Rodrigues Alves, reformou o serviço policial da capital, denominando-o Polícia Civil do Distrito Federal. O Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, em 1946, instituiu 21 de abril como o dia das Polícias Cíveis e Militares e, como patrono da instituição, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. No decorrer do governo Vargas, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, que, no Governo Juscelino Kubitschek, com a mudança da Capital Federal, transferiu sua sede para Brasília e incorporou servidores da Guarda Especial de Brasília – GEB.

Durante o governo Castelo Branco, em 1964, o DFSP foi reorganizado, sendo acrescida à sua estrutura a Polícia do Distrito Federal, que contava com a Divisão de Polícia Judiciária – DPJ. Em 1965, foram promovidas alterações adicionais, em especial a implantação do Regime Jurídico dos Policiais Cíveis da União e do Distrito Federal, iniciando-se a era contemporânea da Polícia Civil do Distrito Federal. O Regime jurídico definiu 21 de abril como dia do Funcionário Policial Civil.

Atualmente, as Polícias Cíveis são dirigidas por Delegados de Polícia de carreira e possui a incumbência, ressalvada a competência da união, de exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme estabelecido na Constituição Federal. Em 1997, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão de assessoramento do Ministro da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública, em especial no desenvolvimento de ações de modernização do aparelho policial e estímulo à capacitação dos profissionais da área de segurança pública.

Com o rápido desenvolvimento científico, as Polícias Cíveis têm primado pelo aprimoramento constante dos procedimentos investigativos, com ênfase nas áreas de inteligência policial e polícia técnica, bem como pela atualização dos recursos tecnológicos indispensáveis ao exercício de suas funções.

O respeito irrestrito aos direitos fundamentais, a integração com a sociedade, a honestidade, a proatividade, a imparcialidade, o absoluto compromisso com o inalienável dever de

preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tornam as Polícias Civas, verdadeiras baluartes na defesa dos direitos humanos. Tais características marcam seu bicentenário e espelham no espírito da corporação o orgulho de ser policial civil.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2017 da Polícia Civil do Distrito Federal, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Assim, o relatório ora apresentado observará a estrutura geral do Anexo Único da Portaria do TCU nº 65/2018, nesta ordem: Elementos Pré-Textuais, Apresentação, Visão Geral, Planejamento Organizacional e Resultados, Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, Áreas Especiais da Gestão, Relacionamento com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, Conformidade da Gestão e Demandas de Órgão de Controle, Outras Informações Relevantes, Anexos e Apêndices, Outros Itens de Informações e Informações Suplementares.

AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO

Durante o exercício de 2017 a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada, por meio do Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Lei Orçamentária Anual da União, com recursos orçamentários no valor de R\$ 2.103.657.864,00 (dois bilhões, cento e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), destinados à sua manutenção, às despesas com folha de pessoal ativo, inativo e pensionistas e às despesas com benefícios aos servidores e investimentos.

No exercício de 2017, foram executadas despesas de custeio e manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal o valor de R\$ 90.400.000,00 (noventa milhões e quatrocentos mil reais), com o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, de munições, de materiais de consumo, à manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, de informática, de redes, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, dentre outros.

Ainda no exercício de 2016, também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, no montante de R\$ 31.971.000,00 (trinta e um milhões, novecentos e setenta e um mil reais) em equipamentos e obras, das quais podemos destacar: construção do novo prédio do Instituto de Criminalística, construções da 15^a, da 16^a e da 38^a Delegacias de Polícia, aquisições de coletes balísticos, microcomputadores, mobiliários, dentre outros.

Devemos destacar que, no atual cenário desfavorável para a Segurança Pública, esta Instituição se viu preparada para realizar várias operações desencadeadas ao longo do ano, as quais tiveram por objetivo a repressão/prevenção aos ilícitos de roubo, homicídio, porte ilegal de armas, tráfico/uso de substâncias entorpecentes, furtos entre outros, em todas as localidades do Distrito Federal. Foram apreendidas armas de fogo, cumpridos mandados de prisão, além da prisão de traficantes de drogas de alta periculosidade e foragidos do Sistema Penitenciário.

AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA UNIDADE

O cenário vivenciado pela Polícia Civil do Distrito Federal é preocupante, mormente em relação ao baixo efetivo policial, o qual encontra-se defasado e não atende as reais necessidades

da Sociedade. Houve fechamento de Delegacias no período noturno durante o exercício em questão e mobilização do efetivo para atendimento em centrais de flagrantes.

A defasagem em recursos humanos não permite a alocação do número suficiente de servidores nos plantões policiais e demais áreas de atividade-fim, prejudicando a prestação de serviços à sociedade.

Embora tenha havido um esforço da Administração para viabilizar a recomposição do efetivo, a falta de autonomia da Polícia Civil do Distrito Federal para executar um cronograma de recomposição da força de trabalho tem inviabilizado esse processo, uma vez que o planejamento realizado pela Instituição sofre contingenciamento quando da aprovação da proposta orçamentária pelos órgãos competentes na esfera do Governo do Distrito Federal, vez que estes detêm autonomia para a distribuição dos recursos do Fundo Constitucional do DF.

1 VISÃO GERAL

1.1 - Finalidade e competência institucional da unidade

O presente tópico, conforme determina a DN TCU nº 161/2017, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 65/2018, abordará “informações sobre a finalidade e competências institucionais da unidade”.

A Polícia Civil do Distrito Federal é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e sua autoria por meio da investigação policial, que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva, servindo, em regra, de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública.

Dentro da esfera de competência está a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial, termo circunstanciado e procedimento de apuração de ato infracional, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação flagrancial. Cabe ainda à PCDF representar pelas medidas judiciais necessárias à consecução de suas atribuições e dar efetividade às decisões judiciais relacionadas à investigação criminal. As principais atribuições da PCDF são as seguintes:

- Praticar os atos necessários à elucidação das infrações penais e elaboração do inquérito policial, do termo circunstanciado e do procedimento de apuração de ato infracional;
- Promover o recrutamento, seleção, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional do policial civil;
- Cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão, bem como outras ordens expedidas pela autoridade judiciária competente, no âmbito de suas atribuições;
- Organizar e executar o cadastramento da identificação civil e criminal;
- Preservar locais, apreender instrumentos e objetos que possam ter vinculação à elucidação de infração penal, conservando os vestígios e sua cadeia de custódia, para a realização de perícias e exames complementares;
- Manter o serviço de estatística e análise criminal, de maneira a fornecer informações precisas e atualizadas sobre índices de criminalidade, de violência e de infrações de trânsito;
- Organizar e realizar ações de inteligência, destinadas ao exercício das funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais;
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos policiais e da investigação criminal;
- Colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos e realizar as diligências, fundamentadamente, requisitadas pelo juiz de direito e membros do Ministério Público nos autos do inquérito policial.

1.2 Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionalidade da Unidade

A Lei nº 4.483 de 16 de novembro de 1964 organizou do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP e integrou inicialmente a ele a estrutura orgânica e quadro de pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, que posteriormente passaria a integrar a Secretaria de Segurança Pública do DF.

Contemporaneamente, a Lei Orgânica do Distrito Federal reconhece a sua existência e a Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, estabelece a autonomia administrativa e financeira a Polícia Civil e a subordina diretamente ao Gabinete do Governador.

A Polícia Civil do Distrito Federal é atualmente regulamentada pelo Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de Junho de 2009, que dispõe sobre seu Regimento Interno, Disposições Institucionais e Estrutura Orgânica e estabelece que a mesma é Instituição permanente da Administração Direta, essencial à função jurisdicional. É vinculada ao Gabinete do Governador do Distrito Federal e possui relativa autonomia administrativa e financeira.

a) Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas

- Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que aprova o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 33.483, de 10 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 34.071, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a criação, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Colegiado de Corregedorias dos órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 33.669, de 21/05/2012, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 34.938, de 09 de dezembro de 2013, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 35.080 de 16 de janeiro de 2014, que extingue e cria cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, que especifica e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 35.372, de 28 de abril de 2014, que altera a Estrutura Administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, que especifica dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 35.856, de 30 de setembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Identificação, do Departamento de Polícia Técnica, da Polícia Civil do Distrito Federal, que especifica e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 36.080, de 27 de novembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Criminalística, do Departamento de Polícia Técnica, da Polícia Civil do Distrito Federal, que especifica e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 37.069, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou conta a Pessoa Idosa ou com Deficiência;
- Decreto Distrital nº 37.219, de 30 de março de 2016, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 37.465, de 07 de julho de 2016, que altera a estrutura administrativa da Corregedoria-Geral da Polícia Civil; e

- Decreto Distrital nº 38.098/2018, de 30 de março de 2017, que altera a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.3 Ambiente de Atuação

A Polícia Civil do Distrito Federal atua em todo Distrito Federal, na apuração dos crimes conforme a legislação em vigor, bem como promove a integração policial com organizações congêneres, colaborando na execução dos serviços policiais relacionados com a prevenção e repressão à criminalidade interestadual. Na esfera de sua competência estão relacionados ainda os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil (fornecimento de cidadania por intermédio da emissão de carteira de identidade civil) e criminal, e de auxílio às autoridades administrativas e judiciárias (cumprimento de mandados de prisão e recambiamento de presos fora do Distrito Federal) no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentaresa década, entretanto nenhum documento mais arrojado foi formalmente validado e institucionalizado.

1.4 Organograma funcional

Neste subitem deverá demonstrar o organograma funcional da UJ. O organograma deverá explicitar a estruturação formal e deverá ser acompanhado de descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da UJ.

A Polícia Civil do Distrito Federal atuante em todo o Território Distrital e cidades em seu entorno, possuído em sua estrutura administrativas vários departamentos, institutos, delegacias especializadas, delegacias circunscricionais, que subdividem em divisões, seções e outros. Para tanto apresentaremos o Organograma Funcional aprovado pelos Decretos Distritais nºs 33.483/2012, 33.669/2012, 34.938/2013, 35.080/2014, 35.372/2014, 35.856/2014, 36.080/2014, 37.069/2016, 37.219/2016. 37.465/2016 e 38.098/2017.

Organograma Funcional da Polícia Civil do Distrito Federal

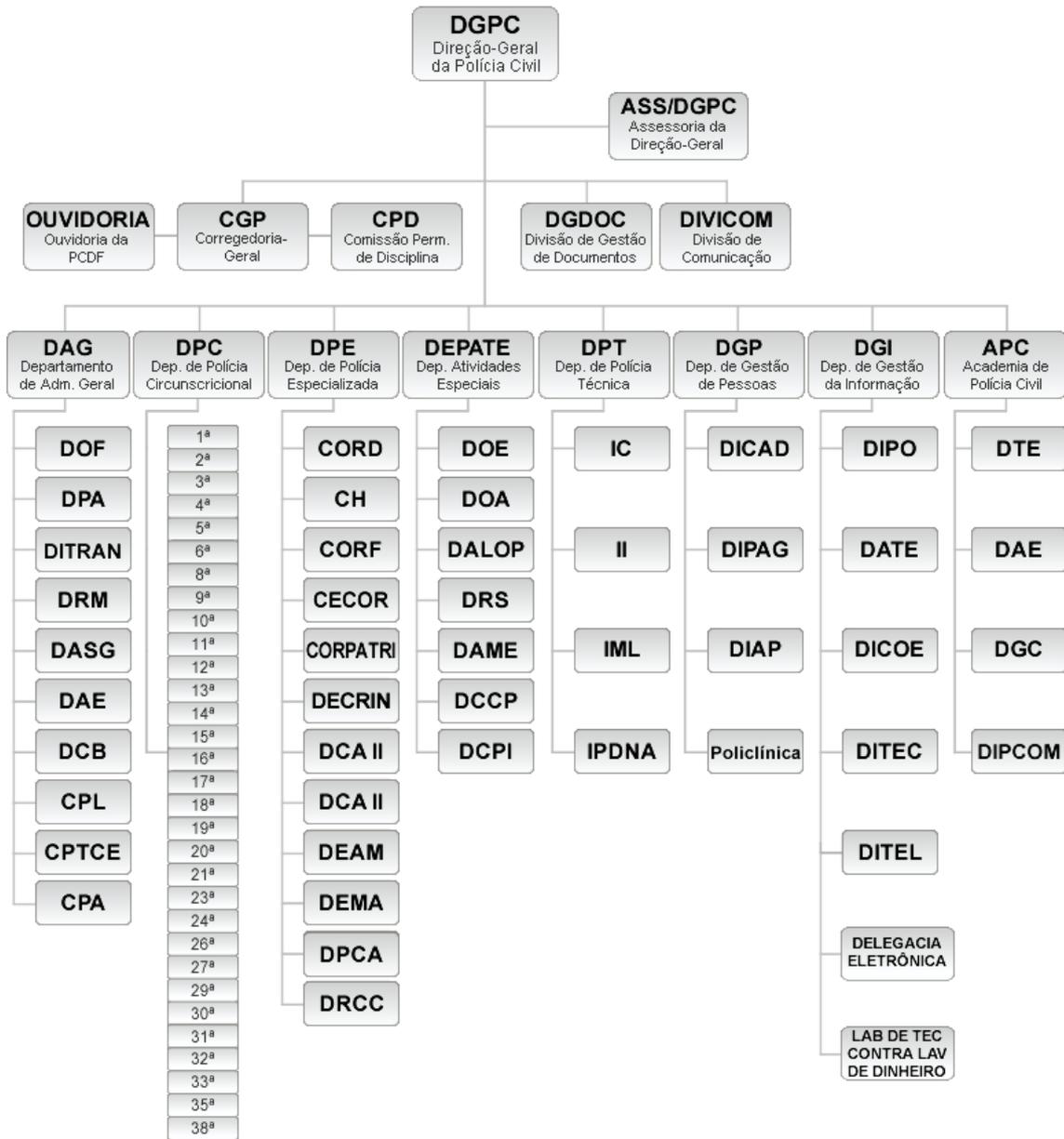


Tabela 1 - Siglário da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal

1	DIREÇÃO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	DGPC
1.1	Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil	ASS/DGPC
1.2	Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo	DGDOC
1.3	Divisão de Comunicação	DIVICOM
2	CORREGEDORIA-GERAL	CGP
2.1	Ouvidoria	DI
2.2	Comissão Permanente de Disciplina	DC
3	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	DAG
3.1	Divisão de Orçamento e Finanças	DOF
3.2	Divisão de Planejamento Administrativo	DPA
3.3	Divisão de Transportes	DITRAN
3.4	Divisão de Recursos Materiais	DRM
3.5	Divisão de Apoio e Serviços Gerais	DASG
3.6	Divisão de Arquitetura e Engenharia	DAE
3.7	Divisão de Custódia de Bens	DCB
3.8	Comissão Permanente de Licitação	CPL
3.9	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial	CPTCE
3.10	Comissão Permanente de Alienação	CPA
4	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIRCUNSCRICIONAL	DPC
4.1	Delegacias de Polícia	DP
5	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA	DPE
5.1	Coordenação de Repressão às Drogas	CORD
5.2	Coordenação de Repressão a Homicídios	CH
5.3	Coordenação de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes.	CORF
5.4	Coordenação Especial de Combate a Corrupção, ao Crime Organizado, aos Crimes Contra a Administração Pública e aos Crimes Contra a Ordem Tributária.	CECOR
5.5	Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais	CORPATRI
5.6	Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou conta a Pessoa Idosa ou com Deficiência.	DECRIN
5.7	Delegacias da Criança e do Adolescente I	DCA I

5.8	Delegacias da Criança e do Adolescente II	DCA II
5.9	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher	DEAM
5.10	Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística	DEMA
5.11	Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente	DPCA
5.12	Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos	DRCC
6	DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS	DEPATE
6.1	Divisão Operações Especiais	DOE
6.2	Divisão de Operações Aéreas	DOA
6.3	Divisão de Apoio Logístico Operacional	DALOP
6.4	Divisão de Repressão a Sequestros	DRS
6.5	Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos	DAME
6.6	Divisão de Controle e Custódia de Presos	DCCP
6.7	Divisão de Capturas e Polícia Interestadual	DCPI
7	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA	DPT
7.1	Instituto de Criminalística	IC
7.2	Instituto de Identificação	II
7.3	Instituto de Medicina Legal	IML
7.4	Instituto de Pesquisa de DNA Forense	IPDNA
8	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS	DGP
8.1	Divisão de Cadastro	DICAD
8.2	Divisão de Pagamento	DIPAG
8.3	Divisão de Aposentadorias e Pensões	DIAP
8.4	Policlínica	Policlínica
9	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	DGI
9.1	Divisão de Inteligência Policial	DIPO
9.2	Divisão de Apoio Técnico e Estratégico	DATE
9.3	Divisão de Controle de Denúncias e Ocorrências Eletrônicas	DICOE
9.4	Divisão de Tecnologia	DITEC
9.5	Divisão de Telecomunicações	DITEL

9.6	Delegacia Eletrônica	
9.7	Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro	
10	ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL	APC
10.1	Divisão Técnica de Ensino	DTE
10.2	Divisão de Apoio ao Ensino	DAE
10.3	Divisão de Gestão de Concursos	DGC
10.4	Divisão de Polícia Comunitária	DIPCOM

1.5 Macroprocessos finalísticos

Os Macroprocessos da Instituição são na realidade Processos Organizacionais, os quais, via de regra, estão alinhados a estratégia e suficientemente bem descritos para favorecer a eficácia da gestão estratégica.

Assim, quando da elaboração do Planejamento Estratégico da PCDF foram selecionados pelo Comitê de Gestão Estratégica da PCDF, 10 (dez) Macroprocessos Finalísticos, vejam:

- Investigação de roubo de veículos com restrição de liberdade
- Realização de perícia
- Comunicação Organizacional
- Registro de Ocorrências Policiais
- Controle de tramitação de procedimentos policiais
- Levantamento das necessidades de formação continuada
- Admissão de servidores
- Aquisição de bens
- Manutenção de viaturas
- Planejamento e Execução Orçamentária

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Conforme determina o Anexo I da DN TCU nº 161/2017, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 65/2018, a unidade deverá, discorrer como planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Este item está estruturado em três grandes eixos: Planejamento Organizacional, Desempenho Orçamentário e Desempenho Operacional.

Em relação ao planejamento organizacional, o objetivo é que a UPC demonstre como planeja sua atuação, como se prepara para dar conta da sua missão, quais foram os objetivos e metas programados para o exercício do relatório de gestão.

Quanto ao desempenho orçamentário, o objetivo é que seja demonstrada a lógica de alocação de programação de alocação de recursos adotada pela unidade para a consecução dos objetivos do exercício. Também se deseja que demonstre a relação entre o orçamento programado e o executado e que sejam explicadas as oscilações significativas. É relevante demonstrar a relação entre a execução direta e descentralizada, explicitando a forma de descentralização.

2.1 Planejamento organizacional

Conforme determina o Anexo I da DN TCU nº 161/2017, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 65/2018, a unidade deverá, discorrer sobre o seu plano estratégico, tático e operacional.

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF concluiu a elaboração do seu Planejamento Estratégico em dezembro de 2014, propiciando conseqüentemente, o aprimoramento da Instituição por meio de um Modelo de Gestão Estratégica que compreende metodologias e ferramentas para gerir, orientar, monitorar e avaliar sistemicamente seus programas, projetos, ações e resultados, de maneira transparente e eficaz, e ao mesmo tempo desenvolver seu capital organizacional, humano e do conhecimento.

O Planejamento Estratégico da PCDF oportunizou a Instituição compreender fundamentalmente a definição da sua ideologia e funcionalidade, análise de cenários internos e externos, definição dos recursos disponíveis e a serem desenvolvidos, ensejando num entendimento de forças e fraquezas da organização e determinação dos movimentos estratégicos que serão implementados para o ciclo estratégico proposto. Entende-se esta como uma etapa fundamental para a construção e acompanhamento dos modelos de inteligência estratégica definidos em todos os níveis da Gestão Estratégica da PCDF, modelo este, frise-se, que será consolidado ao longo de 2014 - 2020.

Afirmar que o plano estratégico em andamento esboçado pela Instituição para alcance de sua missão institucional foi plenamente cumprido seria pretensioso, contudo, há que se reconhecer que a instituição tem voltado seus esforços nesse sentido, sendo possível identificar na execução orçamentária várias ações voltadas à esse fim, valendo citar os investimentos em obras, aquisição de equipamentos, os investimento em tecnologia, a qualificação de servidores, entre outros.

Claro, e a evidência, que a plena realização dos objetivos estratégicos traçados pela Instituição passa necessariamente por um aumento substancial nos recursos orçamentários que lhe são destinados, já que não se pode cogitar da realização de ações voltadas ao cumprimento desses objetivos, como aumento de efetivo, melhoria na infraestrutura física, aquisição de equipamentos, de tecnologias, entre outros, que não seja pela ampliação dos recursos destinados

à PCDF. Contudo, o que pode ser feito dentro das limitações orçamentárias impostas, tem sido feito.

Tais as circunstâncias, com a implantação definitiva do Modelo de Gestão Estratégica no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal acreditamos que será possível implantar um conjunto de mecanismos que garantirá à gestão superior o devido alinhamento com os anseios e expectativas da sociedade do Distrito Federal, posto que ao adotar boas práticas de governança, resta inexorável que a gestão por resultados externará o comprometimento institucional com a transparência, prestação de contas e, por último, e não menos importante, a responsabilidade corporativa.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

De acordo com a Portaria TCU nº 65/2018, o conteúdo do presente Item objetiva apresentar informações sobre os objetivos e metas estabelecidas para o exercício, em decorrência do seu planejamento estratégico.

O Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil do Distrito Federal (Programa Avançar) consistiu na parceria entre a Fundação Dom Cabral (FDC) e a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

“Um dos principais produtos do Avançar é o Planejamento Estratégico, objeto da demanda feita à FDC pela PCDF (...) Aqui, o Planejamento Estratégico está apresentado a partir das leituras do Mapa Estratégico, da Matriz Estratégica, da Matriz de Indicadores e da Matriz de Projetos” (Fonte: Relatório Final do Programa Avançar).

O Mapa Estratégico elenca, de maneira gráfica, a Identidade Estratégica da organização - que consiste nas suas definições de Missão, Visão, Valores e Negócio - e seus objetivos estratégicos.

A Missão de uma instituição consiste na definição de sua razão de existência. A Missão da PCDF definida pelo Programa Avançar foi: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.

A Visão de uma organização consiste no onde ela pretende chegar e como quer ser vista no futuro. A visão definida pelo Programa Avançar consiste em até 2020 ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30% com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Os Valores da PCDF consistem na definição dos pilares de suas ações, que devem permear as condutas do servidor policial civil. O Programa Avançar elencou os seguintes valores: ética profissional, legalidade, honestidade, lealdade, prontidão, perseverança, coragem e capital humano.

O Negócio da PCDF, descrito no Programa Avançar, é o elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania. O conceito de negócio consiste na essência do que a organização faz, no que é produzido e entregue aos clientes.

Além da identidade estratégica da organização, o mapa estratégico lista os trinta e dois objetivos estratégicos da PCDF. Por traz de cada objetivo estratégico há os Indicadores de Resultado, descritos na Matriz de Indicadores, totalizando o número de 75 indicadores de

resultado. Por último, o Programa Avançar confeccionou a Matriz de Projetos, que traz as ações estratégicas relacionadas ao cumprimento dos objetivos estratégicos. A Matriz Estratégica Corporativa contém, essencialmente, os conceitos dos 32 objetivos estratégicos elencados no mapa estratégico.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Os objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico Corporativo foram organizados em quatro perspectivas, compostas por temas estratégicos paralelos e complementares, quais sejam:

- Perspectiva Aprendizado e Crescimento: elenca os objetivos estratégicos alinhados à gestão do capital humano, organizacional e do conhecimento. A essa perspectiva vinculam-se nove objetivos estratégicos;
- Perspectiva Processos Internos: identifica os processos internos considerados críticos para o desempenho da missão institucional. A essa perspectiva estão relacionados quinze objetivos estratégicos;
- Perspectiva Cliente-Cidadão: Capacidade de satisfazer o cidadão com produtos e serviços de qualidade. A essa perspectiva estão alinhados cinco objetivos estratégicos;
- Perspectiva Sociedade: essa perspectiva elenca os objetivos estratégicos que impactam mais diretamente a sociedade, que deverão ser alcançados em consequência do sucesso das demais perspectivas. A essa perspectiva estão alinhados três objetivos estratégicos.

No que tange à Matriz de Projetos do Programa Avançar - desenvolvida com o intuito de impactar na consecução dos 32 objetivos estratégicos listados no Mapa Estratégico Corporativo – foram implementados 23 projetos da referida matriz, de um total de 37, alcançando o índice de execução de 62%, em quatro anos (2014 a 2017). Cabe salientar que muitos projetos não elencados na Matriz de Projetos - mas estreitamente alinhados aos objetivos estratégicos institucionais - foram implementados entre os anos de 2015 e 2018, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Iniciativas Estratégicas implementadas pela PCDF entre os anos de 2015 e 2018 e seu alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

REF.	OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO ESTRATÉGICA PROPOSTA NO PROGRAMA AVANÇAR	AÇÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADA NÃO CONTIDA NO PROGRAMA AVANÇAR
S1	Impactar Positivamente na Redução dos Índices de Criminalidade no DF		
S2	Elucidar Infrações Penais com Efetividade		
S3	Cumprir com Celeridade as Ordens Judiciais	Projeto Ação em Cadeia (implementado)	Cumprimento sistemático de mandados de prisão pelo Departamento de Atividades Especiais (DEPATE/PCDF) contra autores de crimes violentos, visando à redução dos índices de criminalidade. Os índices de cumprimento de mandando nos anos de 2015, 2016 e 2017 foram respectivamente 74,9; 68 e 76,9.

PERSPECTIVA CLIENTE-CIDADÃO

REF.	OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO ESTRATÉGICA PROPOSTA NO PROGRAMA AVANÇAR	AÇÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADA NÃO CONTIDA NO PROGRAMA AVANÇAR
C1	Maximizar a satisfação do Cidadão com a PCDF		<p>Implantação da Carta de Serviços ao Cidadão, com sua disponibilização no sítio da PCDF;</p> <p>Implantação do sistema de agendamento de perícias no pátio do Instituto de Criminalística (IC). O agendamento é feito via sistema interno, visando dar maior comodidade ao cidadão. O sistema foi implantado em março de 2016 e o número total de agendamentos até 31/01/2018 foi de 14.865.</p> <p>Implantação da Carteira de Nome Social para travestis, transexuais e transgêneros. A partir da publicação do Decreto nº 37.982/2017, a pessoa fica livre para escolher o nome pelo qual vai ser chamada. Além disso, foi iniciada campanha nas delegacias para atendimento ao usuário que optou pelo nome social e a afixação de cartaz com a seguinte mensagem: "Aqui se respeita o nome social e a identidade de gênero das pessoas trans".</p> <p>Participação da PCDF na Caravana do Idoso, realizada na estação do metrô da 112 Sul –</p>

			Estação Cidadania. O evento, alusivo ao Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa (15/06). Durante a Caravana do Idoso, policiais da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN) divulgaram a rede de atendimento ao público idoso no DF, bem como orientaram sobre a questão da violência, formas de prevenção e canais de denúncia;
C2	Fortalecer a Credibilidade e a Imagem Institucional	Padronizar a Indumentária Policial; Implementar Projeto “Fortalecimento da Assessoria Institucional”	Ampliação da atuação institucional nas redes sociais: <i>facebook, twitter, instagram, whatsapp</i> . No caso do <i>whatsapp</i> , inclusive com a possibilidade de recebimento de denúncias.
C3	Fortalecer a Comunicação Organizacional	Implementar Projeto “Modernização da Comunicação Corporativa”	Modernização do site da PCDF (concluído); Implementação do e-mail institucional aos servidores da PCDF.
C4	Aproximar Polícia e Comunidade	Implementar Projeto “Delegado Conciliador” (projeto reestruturado)	Implementação do Projeto Piloto de Polícia Judiciária Restaurativa. Com início na 31ª DP (Planaltina/DF), o projeto, coordenado pela Corregedoria Geral de Polícia (CGP) e apoiado pelo Departamento de Polícia Circunscricional (DPC), tem como objetivo iniciar as atividades de polícia judiciária restaurativa, promovendo a realização do estágio supervisionado obrigatório – 100h, referente ao Curso de Capacitação de Facilitadores em Justiça Restaurativa, promovido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT. Adaptação da Delegacia Móvel para funcionamento como Museu de Drogas Itinerante. Em 2017, foram 23 apresentações do Museu de Drogas Itinerante, priorizando as cidades satélites, alcançando aproximadamente 6.006 pessoas; Inauguração do Novo Museu Fixo de Drogas na estrutura da Academia de Polícia Civil. Em 2017, foram apresentadas, no novo Museu Fixo de Drogas, 18 palestras para aproximadamente 1296 pessoas, a maioria estudantes; Início (em 2018), pela Academia de Polícia Civil (APC), do Projeto Investigador Mirim, que visa o atendimento de crianças entre 8 e 11 anos de idade, oriundas de indicações da comunidade, tanto por escolas da rede pública ou particulares, quanto pelos Conselho Tutelares. O Investigador Mirim, além de beneficiar o público infantil com ensino, formação cívica, valorização dos vínculos familiares e apoio em algumas áreas de saúde preventiva, também almeja aproximar a PCDF da comunidade.

			<p>A PCDF, através de Delegacia da Criança e do Adolescente II (DCA II) tem promovido desde julho de 2016 o PROJETO DCA2 NAS ESCOLAS, de caráter preventivo e educativo. Esse projeto tem como objetivo promover encontros em escolas públicas e particulares de todo o DF, para apresentar e discutir temas relacionados à prevenção ao uso de drogas, violência, <i>bullying</i>, entre outros. Até 2017, mais de 15 escolas foram contempladas pelo projeto;</p> <p>A PCDF, por intermédio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) implantou o Projeto Lidera, que visa capacitar lideranças comunitárias com vistas à expansão da rede de enfrentamento à violência doméstica, tendo como objetivo, Empoderar para Multiplicar, que significa compartilhar informação com líderes comunitários para enfrentar a violência contra a mulher. A ideia é aumentar o conhecimento da população do Distrito Federal sobre as questões de gênero e sobre as diferentes formas de prevenir a violência, além de amparar mulheres vítimas. Esse projeto, iniciado em agosto de 2017 já capacitou 223 pessoas, em 4 turmas.</p> <p>A PCDF, através da Academia de Polícia Civil (APC), tem atuado nas escolas promovendo palestras educacionais, com abordagem de temas relacionados com a prevenção de crimes, especialmente em relação às drogas. Em 2017 foram realizadas 12 palestras;</p> <p>A PCDF, através das Delegacias da Criança e do Adolescente I e II lançou o Projeto Construindo o Amanhã, que tem como público-alvo pais, professores e diretores de escolas públicas do DF. Desde outubro de 2017, policiais das DCAs visitam as unidades de ensino para informar sobre as atividades das delegacias, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outras questões. O objetivo da interação é garantir os direitos das crianças e dos adolescentes e colaborar na redução dos índices de cometimento de ato infracional e reiteração desses atos; A DCA I atendeu 50 pessoas em 2017, entre pais de alunos, professores e outros funcionários das escolas. A DCA II visitou 6 escolas nesse mesmo ano.</p>
C5	Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento		<p>Ampliação para quatro canais de recebimento de denúncias anônimas (internet, telefone, e-mail e <i>whatsApp</i>);</p> <p>Lançamento, em novembro de 2017, do aplicativo "Viva Flor" para ser utilizado em smartphones. Desenvolvido em parceria com a SSP e outros órgãos, o "Viva Flor" voltado para mulheres que sofreram violência doméstica – e que já têm alguma medida protetiva</p>

			<p>determinada pela Justiça - podem acionar o socorro policial de modo rápido;</p> <p>Reinauguração da recepção do Atendimento Médico Pericial Especializado, nas instalações do IML para recebimento e atendimento de mulheres, adolescentes e crianças vítimas da violência urbana, doméstica e sexual.</p>
--	--	--	---

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

REF.	OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO ESTRATÉGICA PROPOSTA NO PROGRAMA AVANÇAR	AÇÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADA NÃO CONTIDA NO PROGRAMA AVANÇAR
P1	Otimizar a Investigação Policial		<p>Criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN), conforme decreto 37.069, de 21/01/16. Além das investigações criminais, a DECRIN tem promovido Ciclos de Palestras sobre Vulnerabilidades, com foco em orientação sexual e identidade de gênero, em pessoa Idosa, dentre outros segmentos;</p> <p>Criação da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos – DRCC (Decreto nº 38.098/2017). A delegacia tem duas funções principais: investigar casos especiais de crimes que ocorrem em meio cibernético e apoiar outras unidades e entidades de investigação que requeiram auxílio nesse tipo de investigação.</p> <p>Criação da Seção de Combate a Maus Tratos a Animais na Delegacia Especializada do Meio Ambiente e de Proteção a Ordem Urbanística – DEMA - (Decreto nº 38.098/2017), visando aprofundar as investigações de maus tratos a animais.</p> <p>Ampliação das atividades de combate à corrupção e lavagem de dinheiro com a ampliação do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), que deixou de ser um serviço, tornando-se uma divisão dentro do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação;</p> <p>Criação do Serviço de Inteligência Policial na estrutura do Departamento de Polícia Circunscrição (DPC);</p> <p>Criação da Seção de Inteligência Policial nas coordenações de polícia especializada e Criação do Serviço de Inteligência Policial em todas as delegacias de polícia especializada;</p>

			<p>Criação da Coordenação de Combate à Corrupção (Decreto nº 38.815/2018 de 19/01/2018), que irá atuar nas investigações de casos de corrupção, de forma integrada e em rede com outros órgãos. A criação da Coordenação visa aumentar a especialização das investigações criminais, bem como reduzir o efetivo policial empregado em atividades administrativas;</p> <p>Criação da Coordenação de Crimes contra o Patrimônio (Decreto nº 38.815/2018 de 19/01/2018), que irá atuar nas investigações de casos de roubo, furto e latrocínio, com vistas a dar maior agilidade nas investigações de tais modalidades criminosas. A criação da Coordenação visa aumentar a especialização das investigações criminais, bem como reduzir o efetivo policial empregado em atividades administrativas;</p> <p>Criação do Serviço de Proteção à Pessoa (Decreto nº 38.098, de 30/03/2017), que funciona na estrutura da Coordenação de Homicídios, e tem como atribuição pesquisar, monitorar e analisar os casos registrados e aqueles de notório conhecimento envolvendo desaparecimento de pessoas residentes e/ou domiciliadas ou que foram vistas pela última vez no Distrito Federal, adotando-se, urgentemente, as providências investigativas necessárias para averiguar se é situação de crimes dolosos contra a vida, em especial, homicídio;</p> <p>Criação do protocolo de atendimento policial referente a crimes ambientais, de parcelamento irregular do solo para fins urbanos e de invasão de área pública, visando dar mais qualidade, maior eficiência e efetividade às ações de repressão a esse tipo de crime (01/06/2016);</p>
P2	Otimizar a Atividade de Polícia Judiciária		<p>Cumprimento sistemático de mandados de prisão contra autores de crimes violentos;</p> <p>Criação do protocolo para cumprimento de mandados judiciais (em janeiro de 2017) com vistas a padronizar o procedimento e capacitar os policiais nos cumprimentos de mandados de busca e apreensão;</p>
P3	Trabalhar de Forma Integrada	Implementar projeto "Integração de Unidades"	<p>Instalação do Núcleo de Audiência de Custódia (NAC) nas dependências da PCDF, que tem por objetivo garantir a rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. Sua instalação dentro do complexo da PCDF trouxe economia para os cofres públicos, com a redução de escolta e transporte dos autuados, além de aumentar a segurança e a celeridade das audiências. Já foram atendidas mais de 20 mil pessoas desde a sua criação, cobrindo todo o DF;</p>

			<p>Atuação da PCDF, por intermédio do Instituto de Identificação, no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), vinculado à Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal que reúne, no mesmo espaço físico, TJDFT, MPDFT, Defensoria Pública do Distrito Federal e Secretarias de Estado de Saúde, de Educação, de Segurança Pública e de Assistência Social, com objetivo de prestar atendimento imediato, eficiente e educativo ao adolescente apreendido em flagrante, a quem se atribua autoria de ato infracional;</p> <p>Participação da PCDF no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica na Casa da Mulher Brasileira;</p> <p>Participação da PCDF no primeiro órgão integrado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual do Distrito Federal (Centro Integrado 18 de Maio). A estrutura dele conta com a rede de proteção, composta por servidores de diferentes áreas, como da Assistência Social, da Psicologia, da Pedagogia, além da Polícia Civil.</p> <p>Capacitação dos empregados do METRÔ/DF na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) para atendimento especializado. Os empregados do METRÔ fora capacitados para identificar conduta de assédio pelos usuários e como auxiliar as usuárias que venham a sofrer com isso; A PCDF participa do atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica na Casa da Mulher Brasileira;</p> <p>Criação, por intermédio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), da campanha "Quem disse que não dá em nada? Dá sim!" Trata-se de ação preventiva para informar e combater a prática delituosa de importunar alguém em lugar público, de modo ofensivo, como executar movimentos obscenos em locais de acesso ao público (ônibus e metrô). Essa campanha faz parte do protocolo de cooperação para combater importunação de mulheres em vagões de metrô, assinando dia 23/05/2017 entre a PCDF, a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh) e o Metrô-DF.</p> <p>Assinatura, em novembro de 2017, do termo de Cooperação entre PCDF/ DEAM / TJDFT/ UNB para atendimento jurídico e psicológico às mulheres na DEAM. Estão sendo realizadas tratativas para a padronização do atendimento, que deverá iniciar após o período de férias universitárias.</p>
--	--	--	--

			<p>Integração de dados da PCDF com dados das demais forças de segurança do DF para subsidiar os sistemas SIGEO e SGO, da SSP/DF. Esses sistemas visam subsidiar o planejamento de operações e auxiliado os gestores no acompanhamento dos resultados de suas intervenções, bem como disponibilizar tempestivamente informações concernentes aos índices de criminalidade, desordens e sensação de insegurança.</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica entre a PCDF, por meio da Divisão de Operações Aéreas (DOA), e o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) para realizações de missões do CBMDF. Entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018 foram realizadas 68 (sessenta e oito) missões, com duração total de 46 (quarenta e seis) horas.</p>
P4	Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais	Ampliar “Escopo dos Procedimentos Correicionais de IP’s e TC”	
P5	Desenvolver Técnicas Modernas de Investigação e de Polícia Judiciária		Desenvolvimento, por intermédio do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação (DGI), do projeto Fora da Rede, voltado à conscientização da população acerca dos crimes envolvendo aparelhos celulares. O projeto inclui orientações para o bloqueio de celulares que tenham sido furtados ou roubados, consultas à base nacional de aparelhos irregulares e canal exclusivo para denúncias de criminosos envolvidos nessa modalidade criminosa.
P6	Otimizar o Atendimento ao Público	Ampliar a Possibilidade de Atendimento Via Internet (implementado)	<p>Aprimoramento do serviço de agendamento eletrônico via internet da carteira de identidade, com o intuito de dar maior comodidade à população com o agendamento de data e horário para atendimento. As vagas foram ampliadas de 400 para 900 ao dia. Entre julho de 2016 e janeiro de 2018 já foram atendidas mais de 333.540 pessoas;</p> <p>Ampliação, para quatro, da quantidade de canais de recebimento de denúncias anônimas, podendo ser feito por telefone (197), por e-mail (denuncia197@pcdf.df.gov.br) e pelo WhatsApp (61) 98626-1197 e pela internet (https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/197), sendo que esse último canal foi implementado em 21/04/2017;</p> <p>Ampliação do atendimento da Delegacia Eletrônica, de 2 para 16 tipos penais, além do extravio. A Delegacia Eletrônica tem como objetivo proporcionar ao usuário comodidade no registro e obtenção de ocorrências policiais das seguintes naturezas registráveis pela Internet: Furto, acidente de trânsito sem vítima, injúria, calúnia, difamação, furto em interior de veículo, perturbação da tranquilidade, perturbação do trabalho, perturbação do sossego alheio, apropriação indébita, estelionato, injúria racial,</p>

			maus tratos, evasão de local de acidente de trânsito, furto mediante fraude e injúria real;
P7	Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento	Implementar a Carreira de Apoio Policial e Terceirizados	<p>Criação do Procedimento Operacional Padrão (POP) estabelecido para padronizar o procedimento de investigação e os procedimentos cartorários a serem utilizados nas Ocorrências dos Crimes contra a honra praticados pela internet (de natureza penal privada), visando dar maior qualidade e eficiência nas investigações dessa natureza;</p> <p>Criação do Protocolo de Investigação de Femicídio no Âmbito do DF. Esse trabalho, pioneiro no Brasil, publicado no dia 08 de março de 2017, atende aos eixos de combate à violência doméstica e de redução dos homicídios presentes no Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. O Protocolo visa: especialização em investigações de feminicídio, inclusive havendo em cada equipe de plantão um policial especialista no assunto; realização de periciais buscando elementos que possam indicar feminicídio, sempre que a vítima seja do sexo feminino, seja cisgênero ou transgênero, sendo também compostas por especialistas no tema; Atendimento prioritário de locais de morte violenta de mulher; adoção de medidas emergenciais junto ao Poder Judiciário para garantir a produção de provas, já durante a investigação preliminar; monitoramento nas primeiras horas nos casos de desaparecimento de mulheres, mediante o registro imediato de ocorrência policial.</p> <p>Criação de protocolo de atendimento policial referente aos crimes ambientais, de parcelamento irregular do solo para fins urbanos e de invasão de área pública;</p> <p>Revisão de procedimento sobre o registro de desaparecimento;</p> <p>Criação de protocolo para cumprimento de mandados judiciais;</p> <p>Criação do protocolo de polícia judiciária, desenvolvido pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA/PCDF, em parceria com a UnB, relativo ao procedimento de depoimento especial, conforme previsto na Lei 13.341/2017;</p> <p>Foram concluídos os trabalhos e estabelecidas algumas especialidades da Carreira de Apoio às Atividades Policiais. Foi autuado processo para a abertura de concurso para provimento de 543 cargos.</p>
P8	Adequar e Padronizar a Infraestrutura	Implementar Projeto “Modernização das Instalações Físicas”(implementado)	<p>Reforma predial para nova sede da Central de Guarda e Custódia de Vestígios (CGCV);</p> <p>Construção da nova sede da 15ª DP (até abril de 2018);</p> <p>Construção da nova sede da DCA II;</p> <p>Inauguração do novo II;</p>

			<p>Construção das nova sede da 38ª DP; Inauguração da Sala de acolhimento à mulher da 31ª DP, em Planaltina, para o atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar; Construção da Nova Sede do Instituto de Criminalística (IC) (até junho de 2018); Construção da nova sede da 16ª DP (até junho de 2018); Reforma da antiga sede do Instituto de Identificação com vistas às novas instalações da Coordenação de Combate à Corrupção; Revitalização da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com a construção de guichês de atendimento individualizado, uma sala de acolhimento às crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. Além disso, duas salas de depoimento especial receberam espelhos unidirecionais, o que irá possibilitar a observação do atendimento prestado às crianças e adolescentes; Nova sede do IML (construção custeada por emenda parlamentar de bancada. Projeto executivo em fase de elaboração); Contratação da empresa responsável pela construção da nova sede do IPDNA (referência na América Latina, com verba já garantida pela SENASP); Conclusão do Projeto Básico da nova sede da 35ª DP; Projeto Básico da nova sede da 08ª DP aguardando regularização do lote para prosseguimento;</p> <p>Implantação do atendimento de exame de corpo de delito à criança e ao adolescente vítima de violência sexual em posto avançado de atendimento do Instituto Médico Legal em estrutura adjacente à DPCA;</p> <p>Extinção da Divisão de Cadastro de Roubos e Furtos de Veículos-DCRFV e criação da seção de cadastro, controle, apreensão e restituição de veículos, dentro da Coordenação de Crimes contra o Patrimônio, a fim de otimizar e agilizar a baixa de veículos junto ao sistema do DETRAN;</p> <p>Mudança da Divisão de Inteligência Policial (DIPO), da Divisão de Apoio Técnico e Estratégico (DATE), da Delegacia Eletrônica e do Laboratório de Lavagem de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) para o prédio do Centro Tecnológico da PCDF, dentro do Complexo da PCDF, gerando maior comodidade aos servidores, redução das despesas de alugueis resultando em uma melhor qualidade dos serviços prestados;</p>
P9	Virtualizar os Procedimentos	Implementar projeto de	Desenvolvimento da ferramenta TCNET, que permite a lavratura de um modelo padrão e

	Policiais	“Virtualização de Procedimentos e Documentos” (implementado)	<p>único de termo circunstanciado eletrônico, integrado ao sistema de ocorrências. Sua utilização foi normatizada em setembro de 2017;</p> <p>A PCDF desenvolveu a ferramenta PCDFNet, possibilitando o registro eletrônico de ocorrência policial via dispositivos móveis, ainda no local da prática criminosa, com identificação, qualificação dos envolvidos e adoção das primeiras providências;</p> <p>Incremento dos Sistema Polaris, com o desenvolvimento de novos painéis de acompanhamento e monitoramento dos índices de criminalidade - permitindo o acompanhamento em tempo real dos indicadores de criminalidade, considerando data, hora e local das incidências - e também de produtividade (acompanhamento da taxa de inquéritos policiais relatados com indiciamento em diferentes tipos penais);</p> <p>Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da PCDF;</p> <p>Implantação pelo Departamento de Polícia Técnica, em fevereiro de 2017, do sistema interno denominado DigIC, que permite a consulta on-line, pelas unidades policiais, dos laudos periciais produzidos pelo Instituto de Criminalística;</p>
P10	Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações	<p>Implementar sistemas de inteligência policial (ex: SIMBA, SITEL, SINESP e POLARIS) – implementado;</p> <p>Ampliar a Utilização do Sistema LIMS (tramitação de vestígios) para as delegacias;</p> <p>Informatizar a Perícia em Locais de Crime - implementado;</p> <p>Implantar Laboratório Itinerante da Polícia Técnica</p>	<p>Desenvolvimento de sistema de monitoramento em tempo real dos indicadores de criminalidade, considerando data, hora e local das incidências com maior impacto nos índices de crimes violentos, visando o direcionamento das ações policiais;</p> <p>Desenvolvimento e utilização, por policiais do Instituto de Criminalística, do sistema <i>CriminalDroid</i>, que permite a confecção de laudos semiautomáticos de perícias externas, incluindo as de trânsito. Esse sistema visa automatizar e elaboração de laudos, aumentar a eficiência e reduzir o tempo de emissão dos laudos, além de otimizar o deslocamento para atendimento dos locais de crime, diminuindo o tempo de espera;</p> <p>Utilização (desde 2016) de <i>drones</i> nas perícias externas, inclusive as de trânsito. Os <i>drones</i> são utilizados para a confecção de croqui, auxiliando a confecção dos laudos periciais, com uma visão ampliada do local de crime. A utilização dos <i>drones</i> será ampliada também para as investigações criminais.</p> <p>Descentralização do Sistema de Gestão de Vestígios do Sistema e Informações Periciais - LIMS, em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas;</p>
P11	Garantir a Modernização Institucional	Executar “Plano de Modernização de	<p>Aquisição de 1 caminhão-tanque para o abastecimento de aeronaves</p> <p>Aquisição de 200 pistolas da marca Glock, calibre .40;</p>

		Equipamentos Operacionais” (implementado) Implantar “Programa de Renovação Anual de Frota” (em andamento);	Aquisição de 40 tablets para atividades periciais; Recebimento, por meio de cessão de uso, de um Avião EMB-121 Xingu; Aquisição de 20 TrailBlazer utilizados no Departamento de Atividades Especiais e Departamento de Polícia Técnica; Aquisição de 119 dispositivos elétricos incapacitantes (marca Condor); Aquisição de 12 drones (aeronaves não tripuladas) DJI PHANTOM; Aquisição de um Scanner fotográfico Aquisição de 1.000 Microcomputadores, com monitor e teclado (Marca Dell) Aquisição de Helicóptero, modelo Esquilo; Aquisição de 1.300 coletes balísticos; Aquisição 110 alças em aço inoxidável para punhos e tornozelos; Aquisição de 1 analisador genético de DNA; Aquisição de 1 Sistema de monitoramento para temperatura em tempo real (para análises do IML) Aquisição de 1 aparelho tomógrafo computadorizado de 16 cortes, visando à melhoria das análises do IML.
P12	Implementar os Projetos Estratégicos com Efetividade	Operacionalizar o Escritório de Projetos	Monitoramento dos indicadores e execução dos projetos estratégicos elencados no Acordo de Resultados, nos anos de 2015 a 2018, firmado entre a PCDF e o Governo do DF;
P13	Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Implementar o “Projeto Higéia” (implementado) Implementar Projeto “Fortalecimento da Assessoria da DGPC”; Implementar Projeto “Gestão de Estoques” (implementado); Reestruturar a Comissão Permanente de Licitação e Criar a Comissão Permanente de Alienação (implementado).	Implantação, pelo Departamento de Gestão da Informação (DGI), do sistema de controle de recursos humanos – Sistema Plêiade; Implantação, pelo IML/PCDF, da Virtópsia, visando substituir a necropsia com abertura de cadáver (necropsia tradicional), por um sistema virtual, ou seja, a elaboração de um mapa interno do cadáver através da imagem, chamado de autopsia virtual ou virtópsia, que é um método menos invasivo. A virtópsia está sendo utilizada de forma complementar desde outubro de 2017;
P14	Promover a Assertividade Orçamentária e Financeira		
P15	Garantir Recursos Orçamentários e Financeiros	Implementar Projeto “PCDF como Instituição Certificadora Digital”	

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

REF.	OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO ESTRATÉGICA PROPOSTA NO PROGRAMA AVANÇAR	AÇÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADA NÃO CONTIDA NO PROGRAMA AVANÇAR
A1	Desenvolver uma Organização Orientada à Estratégia		<p>Edição da Portaria 58/2016, que institui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal - CGTIC/PCDF, de natureza consultiva e deliberativa, que tem por finalidade deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, promovendo o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, atendendo aos objetivos e à missão institucional;</p> <p>Monitoramento de indicadores e execução de projetos estratégicos elencados no Acordo de Resultados (2015 a 2018);</p>
A2	Desenvolver Cultura de Valorização do Servidor e de Meritocracia		<p>Edição da Instrução Normativa 165/2015, permitindo que servidores com restrição médica frequentasse cursos de progressão na academia de polícia;</p> <p>Edição da Instrução Normativa 172/2016, que normatiza o exercício de encargos em cursos ou concursos e demais atividades de ensino desenvolvidas pela Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, bem como fixar parâmetros para o pagamento da gratificação prevista no artigo 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007;</p> <p>Edição da Instrução Normativa 178/2017 que disciplina o exercício do magistério pelos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia e de Policial Civil, da Polícia Civil do Distrito Federal, permitindo o exercício do magistério, observada a compatibilidade de horários e a prevalência da atividade policial civil. A docência poderá ser realizada em qualquer área de ensino, desde que não seja incompatível com a atividade policial civil;</p> <p>Implementação, através da POLICLINICA, do Programa Quali-Vida, que visa promover o bem estar dos servidores. O Quali-Vida engloba programas de Inclusão de portadores de deficiência, de preparação para aposentadoria, de educação e aconselhamento financeiro. Além disso, a POLICLINICA está oferecendo curso de LIBRAS para os servidores da PCDF. Em 2017 foram inscritos 21 servidores;</p> <p>Implementação, através da POLICLINICA/PCDF, do Programa de Bem Estar e qualidade de vida do servidor da PCDF – PROBEM, que contempla o atendimento de todos os servidores policiais individualmente, com deslocamento de equipes de profissionais para</p>

			atendimento nas unidades orgânicas da PCDF, de acordo com cronograma estabelecido previamente; O programa foi implementado em 2015 e atendeu 729 servidores até o final do ano de 2017.
A3	Promover um Clima de Comprometimento e Motivação	Implementar “Plano de Saúde Integral”; Realizar “Programa de Inspeção Médica Periódica” (foi substituído pelo Programa Probem) Implantar “Programa de Condicionamento Físico”; Implantar “Programa de Qualidade de Vida”; Otimizar a escala de plantão e lotar os servidores conforme modulação.	Implantação do PCSaúde, programa de ressarcimento de parte dos gastos com planos de saúde do servidor e de seus familiares; Realização do seminário de prevenção ao suicídio. O evento ocorrido dia 20/09/2017 foi fruto de uma parceria realizada entre a POLICLÍNIA da PCDF e o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU). Edição da Portaria 11/2016, que dispõe sobre escala de substituição de servidores lotados no plantão das unidades policiais, regulamentando a folga dos servidores lotados no expediente, quando escalado para substituir servidor plantonista em final de semana ou feriado; Incentivo à prática desportiva pelos policiais civis em atividades esportivas, como o envio de delegação ao World Police and Fire Games (WPF), competição que acontece a cada dois anos e reúne as forças de segurança de vários países. O WPF é considerado o segundo maior evento do mundo em número de participantes, ficando atrás, apenas, dos Jogos Olímpicos. Os policiais civis do DF participam da competição desde 2009 e na edição de 2017, em Los Angeles, contou com uma delegação de 109 atletas, que competiram em mais de 50 modalidades.
A4	Desenvolver um Time de Alta Performance		Capacitação de policiais civis para operação de drones no contexto de segurança pública (investigação e perícia criminal). Policiais da PCDF fizeram um curso de capacitação na Flórida/EUA e replicaram os conhecimentos adquiridos a outros policiais, através da APC. Em 2017 foram capacitados 36 policiais pela APC; Criação, pela APC/PCDF, do Plano Anual de Formação Policial 2018, com objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que aumentem a efetividade dos processos investigativos e demais funções de polícia judiciária exercidas pela PCDF. A elaboração do plano levou em conta o Planejamento Estratégico da PCDF, o levantamento de Necessidades de Treinamento e a Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
A5	Atrair, Selecionar e Reter Talentos	Estabelecer política de Recomposição Periódica de Efetivo (implementado)	Edição da Portaria nº6/2016, que Instituiu o Regulamento dos Concursos Públicos para o provimento de cargos de Agente de Polícia, Agente Policial de Custódia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial, Perito Criminal e Perito Médico-Legista da Carreira de

			Polícia Civil do Distrito Federal;
A6	Fortalecer Competências Essenciais ao Negócio	Implementar “Programa de Capacitação Continuada”; Implementar Projeto “Stand e Casa de Tiro”;	Capacitação de 80 policiais civis em investigação de homicídios e tráfico de drogas. O curso foi oferecido pela SENASP, no segundo semestre de 2015; Implantação do Projeto APC Vai Até Você, que consiste no aperfeiçoamento e reciclagem dos policiais civis no uso de arma de fogo e em defesa pessoal; O projeto iniciado em 2017 atendeu, entre maio e dezembro de 2017, 107 servidores em Técnicas de Imobilização Pessoal e 131 em Técnicas Operacionais da Ação Policial;
A7	Gerir o Conhecimento	Implementar Projeto “Plataforma do Conhecimento”	Promoção, entre os dias 3 e 7 de abril de 2017, no auditório do IML/PCDF, a Jornada em Perícias Médico-legais. Nessa jornada, diversas palestras abordaram temas como: a correlação entre drogas e homicídio; a importância epidemiológica da declaração de óbito e dos serviços de verificação de óbito (SVO); perícias médicas em arquivos digitais; genética forense; antropologia forense; IML e acidentes de massa; violência sexual contra criança; feminicídio e violência contra mulher; psicopatologia forense e a abordagem suicídio X homicídio; Promoção, através da Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e Ordem Urbanística (DEMA), do 1º Seminário Meio Ambiente e Ordem Urbanística sob a Ótica Policial. O evento aconteceu no auditório do DPE/PCDF e contou com a participação do Instituto de Criminalística, Ministério Público do DF e Territórios, IBRAM e da TERRACAP. O evento marcou o lançamento da cartilha Estímulo à Proteção Animal e do Protocolo de atendimento policial aos crimes ambientais, de parcelamento irregular do solo para fins urbanos e de invasão de área pública, ambos elaborados pela DEMA. Promoção, através da Divisão de Operações Aéreas (DOA), o 1º Simpósio de Segurança Operacional. O evento abordou temas relacionados à segurança de voo e seus efeitos na execução das atividades operacionais de segurança pública e contou com a presença de profissionais de diversos órgãos que atuam na aviação de segurança pública; O evento ocorreu dia 31/05/2017 e contou com a participação de 130 pessoas. Promoção do 1º seminário de inteligência policial judiciária, capitaneado pelo DGI/PCDF. O evento contou com apresentações e painéis relacionados a desafios estratégias da atuação da inteligência policial judiciária, em âmbito nacional, promovendo a integração em diversas instituições, tais como SS/DF, DPF, SENASP, PC/GO e PC/PR, dentre outras. O seminário ocorreu entre os dias 8 e 10 de novembro de 2017 e contou com a participação de 250 pessoas.

			Promoção de workshop sobre a integração na repressão especializada aos crimes patrimoniais, através de palestras sobre técnicas de gestão em investigações, enfatizando a importância da integração de diversos setores para coibir crimes contra o patrimônio. O evento ocorreu no dia 11/11/2017 e contou com a participação de pelo menos 200 pessoas, entre policiais, representantes da SSP/DF, do Poder Judiciário e do Ministério Público, etc;
A8	Fortalecer Competências Gerenciais		
A9	Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes	Operacionalizar o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas; Operacionalizar Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira; Executar o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); Implantar a rede de fibra óptica incluindo todas as unidades (última milha); Implantar o Sistema de Comunicação Digital de Rádio (tecnologia tetra)	Formulação e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, visando o planejamento de investimentos, contratação de bens e serviços, bem como a capacitação de pessoal relacionado à TIC, sempre voltado para a melhoria das condições tecnológicas de trabalho dos Policiais Civis da Instituição e maior disponibilização de serviços à sociedade do Distrito Federal; Aquisição de sistema digital de comunicação via rádio para implantação e modernização em todas as unidades da PCDF;

2.1.3 Forma e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos

A partir do ano de 2016, foram desenvolvidas novas funcionalidades no Sistema Polaris, o qual passou a ter módulos de acompanhamento específicos para os crimes violentos letais e intencionais (CVLI), para acompanhamento de indicadores da Carta de Serviços ao Cidadão e ainda contendo informações relacionadas à Agenda Positiva institucional. As figuras visualizadas abaixo trazem diferentes tipos de painéis de monitoramento do Sistema Polaris confeccionados e geridos pela própria PCDF.



Figura 1 - Monitoramento do Sistema Polaris

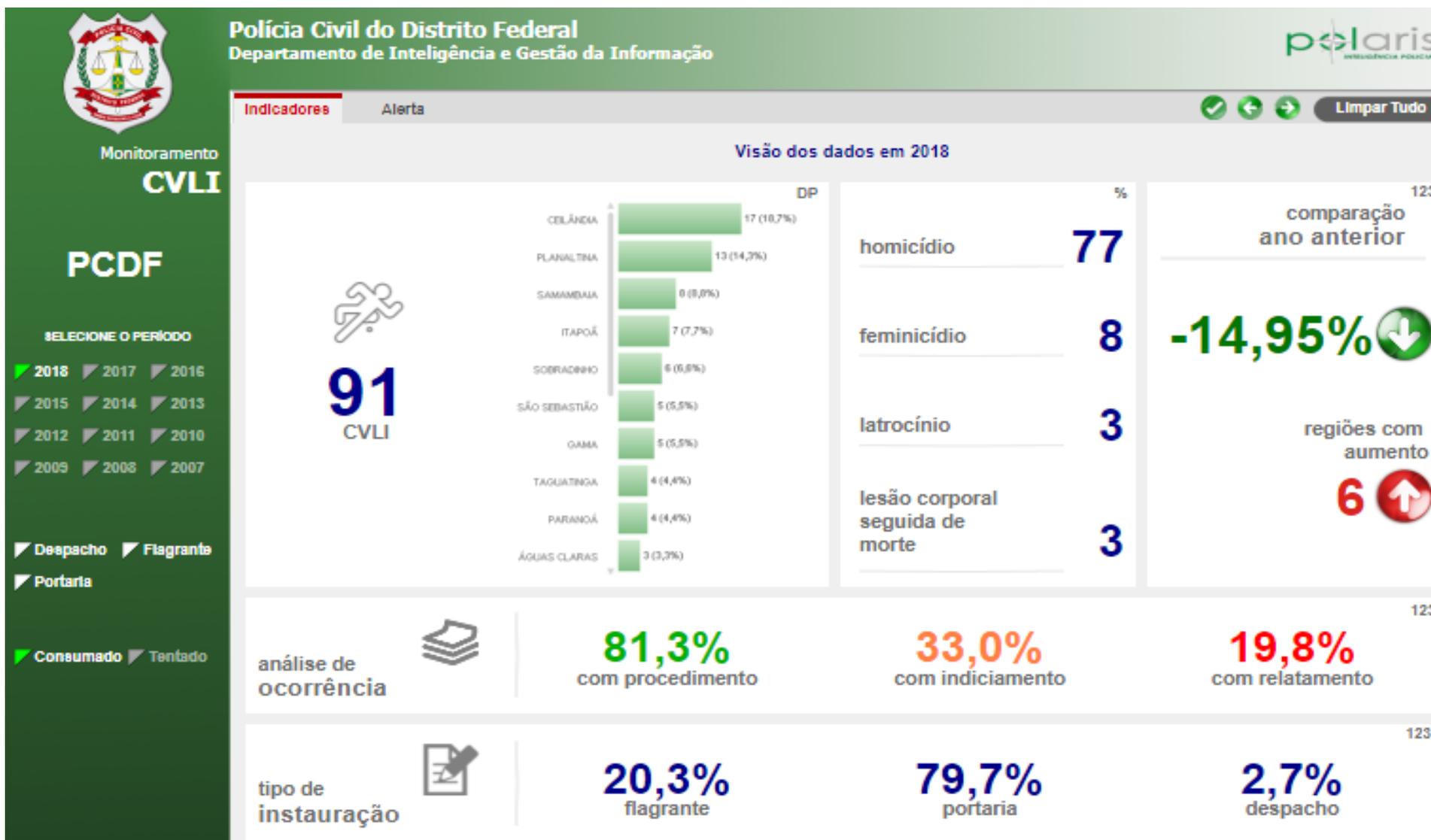


Figura 9 - Painel do Sistema Polaris





Figura 3 – Agenda Positiva de Serviços

2.2 Desempenho orçamentário

Este item tem por objetivo informar sobre a programação e execução do orçamento da unidade no exercício.

Neste contexto a UPC se sente prejudicada para prestar as devidas informações devido às dificuldades encontradas no processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento dos recursos do FCDF, que deve observância às Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais da União e do GDF. Em que pese nosso esforço para seguir as duas normas, a situação ímpar em que se encontram os recursos do FCDF no orçamento da União, um mero encargo financeiro desse ente, tem se mostrado um complicador ao planejamento e execução de nossas ações.

De fato, a execução desses recursos não se classifica na função de Governo - Segurança e não agrega, por consequência, nenhum resultado finalístico à execução orçamentária da União, razão por que não é possível falar, do ponto de vista orçamentário, em que pese sê-lo do ponto de vista prático, em execução física das ações realizadas pela UJ, pois tais ações, com exceção das que se referem a benefícios de pessoal, não indicam metas e produtos a serem alcançados, mas apenas os valores a serem transferidos ao GDF por força dos normativos já mencionados.

Conforme já ressaltado, o programa objetiva transferir recursos ao Distrito Federal com vista à manutenção da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de viabilizar assistência financeira para a execução de serviços públicos das áreas de saúde e educação, na forma do art. 21, inciso XIV da Constituição Federal e da Lei 10.633/2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

De um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Sub-função “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União, cujo exclusivo intuito é efetuar a transferência do recurso, que são executados de forma global, por grupo de natureza de despesa (GND). De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF.

A única forma que encontramos de compatibilizar o planejamento e execução dos recursos do FCDF, foi adequar o processo de orçamentação/execução desses recursos, com o Plano Plurianual do Distrito Federal, cujos programas, ações, produtos e metas temos procurado refletir tanto no processo de orçamentação quanto de execução dos recursos do FCDF destinados à PCDF.

Apesar de os recursos do Programa 0903 não indicarem metas e produtos a serem alcançados, pelas razões que já expomos na execução da Ação 0037.0053, que destina recursos à manutenção das ações da PCDF, temos procurado compatibilizar a execução dos recursos com as metas e produtos das ações e projetos inseridos no Plano Plurianual do Distrito Federal, conforme pode ser constatado no quadro relativo ao Item II, que se refere à Execução Orçamentária das Despesas. A seguir, objetivando atender a Portaria TCU nº 65/2018, estão discriminados os dados do Programa “0903: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”, com as ressalvas pertinentes, posto se tratar de programa não finalístico.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária

Neste tem são solicitadas informações sobre o desempenho da Unidade na execução das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual, conforme a esfera orçamentária, Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) ou Orçamento de Investimentos (OI), considerando os seguintes tópicos: dotação orçamentária da ação; montante das despesas realizadas, restos a pagar e metas físicas e financeiras, que serão demonstradas nos quadros abaixo.

Lembrando que o Quadro denominado Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS, não se aplica em parte à UPC, pois as ações que seriam apresentadas neste quadro devem ser aquelas vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA e não vinculados a Programas de Operações Especiais.

Quadro 1 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	903		Tipo:			
Título	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.054.085.756	2.103.657.864	2.103.657.864	2.077.343.486	2.027.376.155	8.259,13	26.314.378,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica	Não se aplica	se aplica	Não se aplica	se aplica
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
438.598,32	326.717,57	9.040,93	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

Quadro 2 - Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	903		Tipo:		
Título	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica				
*Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal				
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
438.598,32	326.717,57	9.040,93	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Quadro 3 - Ações do orçamento de investimento

Identificação da Ação							
Código	903			Tipo:			
Título	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica						
*Iniciativa							
Objetivo				Código:			
Programa				Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
78.772.282	31.971.000	31.971.000	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como dito, encontramos dificuldades em compatibilizar o planejamento e execução dos recursos do FCDF com o Plano Plurianual do Distrito Federal, cujos programas, ações, produtos e metas ficam prejudicados.

Entendemos também como fator interveniente importante, as insuficientes dotações orçamentárias, que dificultam o desenvolvimento das ações programadas, tendo em vista que o Fundo Constitucional do Distrito Federal não atende a totalidade da proposta orçamentária anual definida pela Polícia Civil do Distrito Federal para o ano seguinte, gerando considerável represamento de necessidades institucionais ao longo dos anos, sobretudo na área de recursos humanos e investimento.

Outro fator que devemos destacar com relação ao desempenho orçamentário da Unidade, salientamos que o próprio Governo do Distrito Federal, impôs severa restrição orçamentária, quando editou o Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, inclusive alcançando os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Em virtude do Decreto supracitado a PCDF teve indeferido o processo de aquisição de 100 viaturas descaracterizadas, tipo sedan, no valor de R\$ 6,54 milhões, mesmo apresentando saldo orçamentário suficiente por ocasião da emissão do Parecer pela Secretaria de Fazenda. Ou seja, como a aquisição pretendida ultrapassou o limite estabelecido no inciso VIII, supracitado, fazia-se necessário submeter o processo de compra à análise e autorização da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – GOVERNANÇA-DF, conforme também prevê o Decreto Distrital nº 37.121/2016 em seu art. 11.

2.2.3 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 4 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2016	1.432.647	1.349.873	0	82.774	
2015	930.570	244.518	686.052	0	
2017	5.786.988	5.778.728	0	8.259	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2016	1.432.647	1.349.873	1.349.873	0	82.774
2015	930.570	244.518	244.518	686.052	0
2017	18.084.028	17.367.971	17.367.971	97.865	618.192

2.2.3.1 Análise crítica

A permanência de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores ocorre muita das vezes pela não entrega, pelo fornecedor, do bem adquirido ou pela não execução completa dos serviços contratados.

É importante abordar que a sistemática do processo de execução orçamentária dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal requer sejam necessariamente empenhados a totalidade dos recursos disponibilizados no exercício, em especial de investimento, até a data de 31 de dezembro, sob pena de perder, uma vez que os valores eventualmente não utilizados no exercício não geram superávit para o ano seguinte. O anseio de empenhar os recursos até a referida data limite, impõe ao gestor açodamentos na realização de contratações entabuladas com empresas que, embora regularmente contratadas por intermédio dos instrumentos legais ordinários, as vezes não detêm a capacidade técnica necessária para honrar o compromisso e as vezes frustram a entrega do bem contratado.

Ressalte-se que ao anular o saldo restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, este não retorna para o Fundo Constitucional do Distrito Federal na forma de superávit financeiro, por isso procuramos executá-lo em sua plenitude dentro do exercício orçamentário.

Outro fator que contribui para este cenário, diz respeito à liberação de crédito orçamentário, destinados ao Grupo 4 (investimento), recursos que são contingenciado pelo Gestor do FCDF, e sua liberação ocorre geralmente no segundo semestre do exercício financeiro.

2.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Durante o exercício de 2017 a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Lei Orçamentária Anual da União, com dotação inicial no valor de R\$ 2.054.085.756,00 (dois bilhões, cinquenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais), finalizando o exercício com a dotação no valor de R\$ 2.103.657.864,00 (dois bilhões, cento e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), destinados à sua manutenção, às despesas com

folha de pessoal ativo, inativo e pensionistas e às despesas com benefícios aos servidores e investimentos.

No exercício de 2017, foram executadas despesas de custeio e manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal o valor de R\$ 90.400.000,00 (noventa milhões e quatrocentos mil reais), com o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais a realização da atividade policial, como os relativos à aquisição de combustível, de munições, de materiais de consumo, à manutenção de veículos e aeronaves, conservação predial, manutenção de serviços de telefonia, de informática, de redes, concessão de diárias, de suprimentos de fundos, dentre outros.

Ainda no exercício de 2017, também foram assegurados importantes investimentos na PCDF, no montante de R\$ 31.971.000,00 (trinta e um milhões, novecentos e setenta e um mil reais) em equipamentos e obras, das quais podemos destacar: construção do novo prédio do Instituto de Criminalística, construções da 15^a, da 16^a e da 38^a Delegacias de Polícia, aquisições de coletes balísticos, microcomputadores, drones, mobiliários, dentre outros.

Cabe asseverar, que no tocante a Dotação Orçamentária Autorizada e os valores Empenhados até 31 de Dezembro de 2017, a PCDF obteve o índice de 100% (cem por cento) de assertividade orçamentária.

A execução da despesa será demonstrada nos quadros Despesas por Modalidade de Contratação e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa abaixo.

Quadro 5 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	88.055.327,55	4,19	58.976.319,58	3,07	66.259.924,85	3,27	58.968.060,45	3,08
a) Convite	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
c) Concorrência	17.613.390,27	0,84	4.360.741,02	0	10.593.923,72	0,52	4.360.741,02	0
d) Pregão	70.441.937,28	3,35	54.615.578,56	0	55.666.001,13	2,75	54.607.319,43	0
e) Concurso	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
f) Consulta	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
2. Contratações Diretas (h+i)	30.663.213,59	1,46	20.110.075,52	0,92	26.144.237,79	1,29	20.110.075,52	0,92
h) Dispensa	17.699.464,98	0,84	9.683.813,95	0	14.472.900,73	0,71	9.683.813,95	0
i) Inexigibilidade	12.963.748,61	0,62	10.426.261,57	0	11.671.337,06	0,58	10.426.261,57	0
3. Regime de Execução Especial	364.024,66	0,02	243.782,72	0,02	364.024,66	0,02	243.782,72	0,02
j) Suprimento de Fundos	364.024,66	0,02	243.782,72	0	364.024,66	0,02	243.782,72	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.943.698.282,86	92,40	1.715.174.292,66	94,66	1.895.933.135,79	93,52	1.709.395.563,76	94,66
k) Pagamento em Folha	1.942.827.184,00	92,35	1.714.615.522,94	0	1.895.062.036,86	93,47	1.708.806.824,04	0
l) Diárias	871.098,86	0,04	558.739,72	0	871.098,86	0,04	558.739,72	0
5. Outros	40.877.015,34	1,94	0,00	1,33	38.674.831,94	1,91	0,00	1,32
6. Total (1+2+3+4+5)	2.103.657.864,00	100	1.794.504.470,48	100	2.027.376.155,03	100	1.788.717.482,45	100

Quadro 6 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
11 – Vencimento Pessoal Civil	793.201.834,25	795.521.561,93	793.201.834,25	795.521.561,93	0,00	0,00	785.105.554,32	793.176.504,25
01 – Aposentadoria e Reformas	673.560.695,99	595.971.465,88	673.560.695,99	595.971.465,88	0,00	0,00	650.634.892,91	595.971.465,88
03 - Pensões	167.730.673,79	148.291.209,19	167.730.673,79	148.291.209,19	0,00	0,00	154.606.532,42	148.084.151,50
Demais elementos do grupo	308.333.979,97	133.546.605,11	308.333.979,97	133.546.605,11	0,00	0,00	304.715.057,08	133.546.605,11
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 – Outros serviços de terceiros PJ	51.317.311,66	38.321.027,51	43.056.442,47	34.050.014,45	8.260.869,19	2.364.550,30	43.056.442,47	34.046.038,74
46 – Auxílio alimentação	24.404.326,00	26.573.281,22	24.404.326,00	26.472.057,73	0,00	0,00	23.083.687,38	24.260.105,38
30 – Material de consumo	11.785.583,41	10.273.755,45	10.067.979,90	10.207.812,42	1.717.603,51	171.352,00	10.067.979,90	10.201.918,66
Demais elementos do grupo	41.352.458,93	44.309.592,82	39.104.144,62	41.311.633,60	2.248.314,31	2.397.660,12	38.222.599,84	40.298.582,76
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
51 – Obras e instalações	20.179.732,07	9.748.104,98	12.934.093,58	6.613.401,89	7.245.638,49	594.893,43	12.934.093,58	6.613.401,89
52 – Equipamentos e material permanente	10.831.121,78	8.209.379,52	3.596.764,93	696.192,78	6.784.356,85	9.708.289,07	3.596.764,93	696.192,78
Demais elementos do grupo	1.410.146,15	1.822.515,50	1.352.550,00	1.822.515,5	57.596,15	1.122.000,00	1.352.550,00	1.822.515,50
6. Amortização da Dívida		0,00		0,00		0,00		0,00

2.2.4.1 Análise crítica

Do ponto de vista da realização da despesa a UPC executa 100% da sua dotação orçamentária repassada pelo Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal, poderíamos executar mais se não houvesse os remanejamentos orçamentários no decorrer do exercício financeiro, o quê contribui para a redução dos projetos de investimento, bem como o preenchimento por concurso público os cargos vagos do quadro de pessoal da PCDF.

Aqui também é importante abordar a situação crítica do processo de execução orçamentária dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, a qual consiste na premente necessidade de empenhar a totalidade dos recursos disponibilizados no exercício, em especial de investimento, até a data de 31 de dezembro, sob pena de perder o recurso, uma vez que os valores eventualmente não utilizados no exercício não geram superávit para o ano seguinte. O anseio de empenhar os recursos até a referida data limite, impõe ao gestor riscos na realização de contratações entabuladas com empresas que, embora regularmente contratadas pelos instrumentos legais ordinários, as vezes não detêm a capacidade técnica necessária para honrar o compromisso da entrega do bem contratado à administração.

Também devemos lembrar o restrito quadro de pessoal para desenvolver as atividades da área meio da Instituição, sobretudo a elaboração de projetos, instrução e agilização dos processos licitatórios.

2.3 Desempenho operacional

Neste item objetiva demonstrar os resultados obtidos pela UPC na condução dos objetivos definidos nos planos, seja estratégico, tático ou operacional, ou ainda relacionados no Plano Plurianual – PPA.

Segue abaixo, tabela contendo operações policiais de destaque.

Tabela 3 - Operações Policiais

UNIDADE	DATA	OPERAÇÃO	NATUREZA	OUTROS
DEMA	14/02/2017	Ponte Alta	Parcelamento Irregular de Solo	R\$ 1,25 milhões em prejuízo ao patrimônio público evitado.
DECO	22/02/2017	Irmandade	Crime Organizado	Uma tonelada de maconha/ 37 kg cocaína/ 500 cp ecstasy.
DRF	24/02/2017	Condominus	Roubo e Furto	Recuperados bens no valor de cinco milhões.
DECAP	15/03/2017	Hígia (MPDFT)	Crime Contra Administração Pública	-
DECO	10/04/2017	Legião	Crime Organizado	"PCC"
DRFV	18/05/2017	Brutus	Roubo/Furto de Veículo	-
DEMA	14/06/2017	Ponte Alta	Parcelamento Irregular de Solo	R\$ 2.870.000,00 em prejuízo ao patrimônio público evitado.
DRF	20/06/2017	Parasitus	Roubo e Furto	-
DEMA	11/07/2017	Ponte Alta III	Parcelamento Irregular de Solo	Prejuízo 400 mil reais ao patrimônio público evitado
CORD	13/07/2017	Linhagem	Tráfico de Entorpecentes	140 kg maconha.
DECO	21/08/2017	Panoptes	Crime Organizado	-
DECAP	23/08/2017	Genebra - 3ª Fase (MPDFT)	Crime Contra Administração Pública	-

CORF	01/09/2017	Checklist (MPDFT)	Falsificação	R\$ 10,7 mil em espécie.
DEMA	22/09/2017	Sacerdote	Parcelamento Irregular de Solo	Prejuízo 33 mil reais ao patrimônio público evitado.
DECRIN	26/09/2017	Império	(não informado pela unidade)	-
CORD	01/10/2017	Carga Pesada	Tráfico de Entorpecentes	100 kg maconha / R\$ 1.900.
DECAP	05/10/2017	Mobilidade Urbana	Crime Contra Administração Pública	R\$ 43.950,00.
DECO	18/10/2017	Campo Novo	Crime Organizado	R\$ 18.676,00.
DRFV	19/10/2017	Circuitus	Roubo/Furto de Veículo	-
CORF	31/10/2017	Bunker 2	Falsificação	11.500 maços cigarros / 131 narguilés.
DRF	09/12/2017	Ícarus	Roubo e Furto	600 celulares.
DEMA	15/12/2017	SOS Animal	Parcelamento Irregular de Solo	70 galos / 1 pássaro.
2ºDP	19/02/2017	“Operação Pátio Detran I”	Estelionato	Combate às fraudes de estelionatários junto ao depósito DETRAN/DF.
2ºDP	06/03/2017	“Operação Pátio Detran III”	Falsificação de Selo/Sinal Público	-
2ºDP	24/03/2017	“Operação Pátio Detran IV”	Falsidade Ideológica/Uso de Documento Falso	Combate às fraudes De estelionatários junto ao Depósito de DETRAN.

Explicita-se o expressivo número de apreensões de drogas no ano de 2017:

DROGAS APREENDIDAS DISTRITO FEDERAL: JAN A DEZ (2017)

TIPO	TOTAL	TOTAL
MACONHA	4891,258 Kg	5144,021 Kg
MERLA	0,633 Kg	
COCAÍNA	175,167 Kg	
CRACK	64,487 Kg	
HAXIXE	12,476 Kg	
ECSTASY - MDMA	1609 Comprimidos	
LSD	1444 Microselos	
LANÇA PERFUME	422 Frascos de 100 ml	

FONTE: Laudo Preliminar / IC - 781223

1º Obs. O Acompanhamento das Apreensões de Drogas no DF leva em consideração a data do Laudo Preliminar do IC.

2º Obs. Nos Laudos Preliminares, os valores das massas das substâncias são computados como massas brutas (acondicionamentos + substâncias + impurezas). Conforme informações do IC.

3º Obs. Data da pesquisa 10/01/2018.

Fonte: DATE/DGI/PCDF (2017).

Figura 4 – Quantidades de drogas apreendidas

Outros dados estatísticos que expressam a produtividade na atividade investigativa devem ser evidenciados:

Tabela 4 – Operações desencadeadas

Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Operação Ostentatio – DRF prende nove pessoas envolvidas em explosão de caixas eletrônicos - Operação Hercules - DCPIM desarticulou o comércio de produtos anabolizantes na Feira dos Importados no SIA - PCDF prende autor de arrombamentos a caixas eletrônicos do DF - DRF recupera carga de cigarros e prende três indivíduos - PCDF prende seis em flagrante de estelionato contra o sistema de transporte público do DF
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> - Operação Ponte Alta - Combate ao crime de parcelamento irregular do solo para fins urbanos. Prisão de um homem que estava parcelando uma área de 40 mil m². O lucro ilícito seria de R\$1,25 milhões em prejuízos ao patrimônio público - Operação Carnaval Sem Drogas – CORD prende três traficantes e apreende 17 kg de cocaína tipo “escama de peixe”, armas de fogo e R\$ 7,3 mil - Operação Enigma – Cord desarticulou uma associação criminosa responsável por tráfico interestadual de drogas Foram apreendidos 20 kg de cloridrato de cocaína, avaliados em R\$ 400 mil; cinco automóveis; armas de fogo, munições e uma balança digital de precisão - PCDF prende grupo criminoso com uma tonelada de maconha, 37 kg de cocaína e armas
Março	<ul style="list-style-type: none"> - PCDF desmonta quadrilha que furtava condomínios de luxo - Operação Capture: PCDF desmonta quadrilha de sequestros relâmpagos - Operação Ostentatio – PCDF prende dois autores de furto a bancos - PCDF prende casal que aplicou golpes avaliados em R\$ 670 mil
Abril	<ul style="list-style-type: none"> - Operação Mangiare – a ação desarticulou um grupo criminoso organizado, que atuava, desde novembro de 2016, na prática de roubos e furtos a bares e restaurantes da Asa Sul – Brasília - Operação Legião – Objetivo de conter o avanço da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no Distrito Federal - Operação Cachanga - Doze pessoas foram presas e dois adolescentes apreendidos durante a Operação, desencadeada pela 31ª DP para combater furtos em Planaltina - PCDF apreende oito mil doses de crack e 30 kg de maconha
Maio	<ul style="list-style-type: none"> -- PCDF captura 34 foragidos da Justiça - PCDF deflagra Operação Herege 2 e prende mais três autores de roubo a coletivos - PCDF desarticula associação criminosa que roubava residências
Junho	<ul style="list-style-type: none"> - PCDF cumpre mandados de prisão e de busca apreensão em Ceilândia e Águas Lindas/GO. - Operação Conexão Anápolis cumpre mandados, prende seis e apreende 50 kg de maconha - PCDF prende trio com 75 kg de maconha - DECAP e MPDFT deflagram Operação Genebra contra fraude na gestão de UPAs - PCDF esclarece caso de bebê raptado do HRAN
Julho	<ul style="list-style-type: none"> - Operação Habite-se combater uma organização criminosa composta por servidores públicos e despachantes atuantes nas Administrações de Samambaia e Riacho Fundo I - Operação Mandarin: Combate a uma associação criminosa que praticava roubos a residências - Operação Ponte Alta III coíbe parcelamento irregular do solo no Gama - PCDF prende três traficantes com 800 kg de maconha.
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> - PCDF deflagra operação contra “Máfia dos Concursos” - Ação coordenada da PCDF e PCERJ resultou na captura de traficante do Rio de Janeiro - PCDF prende homem acusado de dopar mulheres para subtrair bens e manter relações sexuais - Operação Morro da Cruz da PCDF coíbe grilagem de chácaras em São Sebastião
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Operação <i>Checklist</i> combate corrupção na fiscalização do transporte público do DF - PCDF desarticula organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de pessoas para fins de exploração sexual - Operação Sacerdote: PCDF cumpre mandados e coíbe grilagem de terras no Lago Sul - PCDF desarticula organização criminosa que movimentou R\$ 250 milhões - Operação Extorsor: PCDF prende militares que extorquiam traficantes
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> - PCDF deflagra 2ª fase da Operação Panoptes para combater máfia dos concursos - Operação Fire: PCDF desarticula quadrilha especializada em arrombamento de caixas eletrônicos - Operação Circuitus desarticula grupo criminoso especializado na prática de roubos de veículos,

	receptação, adulteração de sinais identificadores e falsificação de documentação veicular.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> - PCDF elucida latrocínio de taxista e prende autor - PCDF usa cão farejador e localiza mais de 250 porções de drogas - PCDF prende estelionatários que atuavam na Cidade do Automóvel - PCDF elucida latrocínio de taxista e prende autor - Operação Pixels: PCDF desarticula quadrilha por roubos a lojas de celulares em shoppings do DF
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> - 1ª DP elucida latrocínio ocorrido na parada da 108 Sul - CH elucida homicídio motivado por brincadeira de soltar pipa - 18ª DP prende sete pessoas e recupera celulares roubados - 8ª DP prende acusado de latrocínio em coletivo - PCDF realiza 174 prisões e 33 apreensões de menores infratores no Distrito Federal durante Operação PC27

Por sua vez, a Polícia Técnica contribuiu decisivamente para o êxito da persecução penal.

O Departamento de Polícia Técnica, contemplado com arrojadas aquisições materiais, robusteceu seu desempenho, o que pode ser percebido a partir da análise do cômputo de laudos produzidos até 31.12.2017 pelo Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação: 91.805 (noventa e um mil, oitocentos e cinco) laudos periciais, não computados aqueles produzidos pelo Instituto de Pesquisa e DNA Forense: 238 (duzentos e trinta e oito) laudos.

Em sua totalidade, somaram-se 23.322 (vinte e três mil, duzentos e vinte e dois) locais periciados pelo Instituto de Identificação.

Tabela 5 – Produtividade do DPT

LAUDOS PERICIAIS – DPT/PCDF	QUANTIDADE	ANO
Laudos Expedidos IC	36.267	2017
Laudos Expedidos II	4.860	2017
Laudos Expedidos IML	50.678	2017
Laudos Expedidos IPDNA	238	2017
Identificação Civil (1ª e 2ª vias)	254.237	2017
Identificação Criminal	24.958	2017
Prisões por Mandados	82	2017
Perícias Realizadas pelo IC (Externas, Internas e Laboratoriais)	58.988	2017
Perícias Realizadas pelo IML (Externas, Internas e Laboratoriais)	49.784	2017
Locais periciados pelo Instituto de Identificação	23.322	2017
Retratos Falados Produzidos pelo Instituto de Identificação	495	2017
Atendimentos do Programa Identidade Solidária	1.161	2017

Outrossim, dentre as mais relevantes conquistas da PCDF no combate à criminalidade e que representa avanço nas estratégias voltadas para Polícia Comunitária está o estabelecimento de um novo canal de comunicação com o público. Trata-se do Novo Canal de Denúncias da PCDF, instituído sob conceito de denúncia on line 197 para atendimento da população, a partir da modernização do site da PCDF, ampliando os canais de coleta das denúncias de fatos criminosos e robustecendo, por conseguinte, a atuação da PCDF nas investigações policiais.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

No que concerne aos indicadores operacionais que visam obter os índices de resolução dos diversos tipos de crimes e infrações penais, urge esclarecer que tais indicadores encontram-se em fase de refinamento de seus requisitos técnicos e funcionais. Busca-se a consolidação de indicadores estratégicos que tenham efetivo impacto no monitoramento da estratégia, vinculados essencialmente à indicadores de resultado, ou ainda a indicadores de esforço, desde que estejam relacionados a processos críticos e, portanto, necessitem de maior monitoramento. Foi identificada a necessidade de redução do número de indicadores estratégicos para monitoramento e controle mais eficazes e condizentes com a realidade institucional, bem como a criação e a implantação de indicadores de resultado alinhados a cenários mais recentes, como os vinculados à gestão sustentável.

2.4.1 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

No tocante aos indicadores e às metas de desempenho da PCDF previstos no Plano Plurianual 2016-2019, a PCDF monitora os seguintes:

- 1) Inquéritos concluídos com autoria definida;
- 2) Apreensão de drogas;
- 3) Índice de Resolução dos Crimes de Homicídio;
- 4) Taxa de Inquéritos Relatados;
- 5) Índice de Assertividade Orçamentária.

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1587 - APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	5.214	KG	3.000	4.204	3.150	5.144,021	3.308	3.473	PCDF / UO 24105/ OE 2
Justificativa: 2016 - Forte atuação de PCDF na repressão ao tráfico de drogas no Distrito Federal. Em 2017 - A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF)Justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.									
1586 - INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	16.708	UNIDADE	16.700	13.765	16.867	13693	17.036	17.206	PCDF / UO 24105/ OE 2
Justificativa: 2016 - O índice não foi alcançado tendo em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia. Em 2017 - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF)Justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.									
1623 - TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	77,04	%	78,58	52,79	80,15	50	81,75	83,39	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia. Em 2017 - O índice de inquéritos relatados decaiu. Em 2017, apenas 50% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. (Fonte: DATE/DGI/PCDF)Justificativa: 2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".									
1624 - ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA		%	> 95	99,76	> 95	98	> 95	> 95	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 - A PCDF tem estabelecido um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira. Em 2017 - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF)Justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de									
1622 - ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	40,17	%	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	44,34	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 - A PCDF tem priorizado a elucidação de crime de homicídio em todo Distrito Federal. Em 2017 - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2.5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF)Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.									

Figura 4 – Indicadores de desempenho

A Tabela 6, visualizada abaixo, elenca os resultados de 21 indicadores estratégicos implementados e contidos na Matriz de Indicadores desenvolvida pelo Programa Avançar. Como já dito acima, a PCDF vem desenvolvendo trabalho no sentido de validar e refinar os indicadores contidos na Matriz de Indicadores Estratégicos do Programa Avançar

Tabela 6 – Indicadores estratégicos

Matriz de Indicadores	Objetivo Estratégico	cod. Indicador	Nome do indicador	Fórmula (PROGRAMA AVANÇAR)	Observações	Un	Freq.	2015	2016	2017	
SOCIEDADE	Impactar positivamente na redução dos índices de criminalidade no DF	S1	Ind1	Índice de Crimes Letais Intencionais	[Nº de Homicídios + Nº de Tentativas de Homicídios] /População do DF	Fórmula utilizada: [Número de Crimes Violentos Letais Intencionais consumados (Homicídio, Femicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte Consumados)/100.000 habitantes] *	Nº	Anual	23,2%	22%	18%
			Ind2	Índice de Crimes contra o Patrimônio	Nº de (Latrocínios + Tentativas de Latrocínio + Roubos de Veículos + Roubos com Restrição da Liberdade + Roubos em Residência + Roubos em Comércio + Roubos a Transeunte + Sequestros Relâmpago + Furtos de Veículos + Furtos em Interior de Veículos + Furtos em Residência + Furtos em Comércio) / População do DF	Fórmula utilizada: [(Número de Crimes Violentos não Letais contra o Patrimônio consumados)/ 100.000 habitantes] *	Nº	Anual	1468	1806	1671
			Ind3	Índice de Crimes contra a Liberdade Sexual	Nº Estupros / População do DF	Fórmula utilizada: [Nº de estupros consumados + Nº estupros de vulneráveis consumados]/100.000 habitantes *	Nº	Anual	21,3%	22,3%	26,4%
	Elucidar infrações penais com efetividade	S2	Ind1	Índice de Elucidação de Crimes com Indiciamento	([Nº de Inquéritos Relatados com Indiciamento]/Total de Crimes) x 100		%	Anual	51%	44,2%	38,2%

			Ind2	Índice de Elucidação de Crimes sem Indiciamento	([Nº. De Inquéritos Relatados sem Indiciamento]/Total de Crimes) x 100		%	Anual	17,2%	7,4%	4,8%	
			Ind3	Índice de Prescrição de Crimes	([Nº. Crimes Prescritos]/[Total de Inquéritos Instaurados + Total de TCs Lavrados]) x 100		%	Anual	0,3%	0,3%	0,4%	
	Cumprir com celeridade as ordens judiciais	S3	Ind1	Índice de Cumprimento de Mandados de Prisão	(Mandados de Prisão Cumpridos/Estoque de Mandados de Prisão em Aberto) x 100		%	Anual	74,9%	68%	76,9%	
			Ind2	Índice de Cumprimento de Mandados de Apreensão de Menores	(Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos/Estoque de Mandados de Busca e Apreensão em Aberto) x 100		%	Anual	67,7%	69,2%	72,5%	
	CLIENTE CIDADÃO	Maximizar a satisfação do cidadão com a PCDF	C1	Ind1	Índice de Satisfação do Cidadão	(Somatório das Notas Dadas/Total de Pontos Possíveis) x 100	Dados fornecidos pela Codeplan	%	Anual	69%	75,5%	68%
		Fortalecer a comunicação organizacional	C3	Ind1	Índice de Notícias Positivas	([Nº. de Notícias Positivas - Nº. de Notícias Negativas]/Total de Notícias Veiculadas) x 100	Fórmula utilizada: (Nº. de Notícias Positivas - Nº. de Notícias Negativas)/(Nº. de Notícias Positivas + Nº. de Notícias Negativas) x 100. Os números do ano de 2015 referem-se aos meses de janeiro a abril e do ano de 2017 de Maio a Dezembro	%	Anual	86%		83%
Ind3				Nº de Inserção de Notícias Institucionais	Nº. Total de Notícias Institucionais de Interesse Público Inseridas na Mídia	Os números do ano de 2015 referem-se aos meses de janeiro a abril e do ano de 2017 de Maio a Dezembro	Nº	Anual	4851		5504	
Aproximar polícia e comunidade	C4	Ind1	Nº. de Eventos de Aproximação	(Nº. de Palestras + Nº. de Participação em Reunião dos CONSEGs + Nº. de atendimentos dos		Nº	Mensal			12		

				Programas da DEAM + Atendimentos da Delegacia Móvel)							
			Ind2	Nº. de Exposições do Museu de Drogas	(Nº. de Exposições do Museu de Drogas)	Foi informada a quantidade de eventos realizados pela APC através dos Dados do Relatório Trimestral	Nº	Anual	Não informado	9960	6670
			Ind3	Nº. de Atendimentos do Programa Identidade Solidária	(Nº. de Carteiras de Identidade emitidas)	Foi informada a quantidade de eventos de aproximação do DPT através dos Dados do Relatório Trimestral	Nº	Anual	216257	211972	234232
PROCESSOS INTERNOS	Otimizar a Investigação Policial	P1	Ind2	Índice de Procedimentos não Trabalhados	(Nº de Inquéritos não Trabalhados, Tramitados ao Poder Judiciário/Nº Total de Inquéritos Tramitados) x 100		%	Anual	48,8%	55,2%	48%
	Trabalhar de forma integrada	P3	Ind1	Índice de Operações Integradas	(Nº de Op. Integradas/Total de Operações) x 100	Fórmula utilizada: Nº de Op. Integradas	Nº	Anual			356
			Ind2	Índice de Investigações Integradas	(Nº de Ocorrências Investigadas pelo DPE a partir do DPC/Nº de Ocorrências Registradas pelo DPC) x 100		%	Anual	6,2%	5,7%	4,7%
	Otimizar o Atendimento ao Público	P6	Ind2	Tempo Médio de Atendimento da Perícia	Tempo Médio de Atendimento da Perícia		Min	Anual		142,81	104,35
	Promover assertividade orçamentária e financeira	P14	Ind1	Índice de Assertividade Orçamentária	([Valor Realizado - Valor Orçado] / Valor Orçado) x 100	Valor do Crédito Liquidado do FCDF/pelo valor da proposta requerida de dotação orçamentária (crédito disponibilizado pela SUTES x 100)	%	Anual		100%	98%

APRENDIZADO CRESCIMENTO	Atrair, selecionar e refer talentos	A5	Ind1	Índice de Atração de Candidatos	(Nº de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo/Vagas Disponíveis)	Fórmula utilizada: [Nº de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo / (Nº de vagas + Nº de vagas para cadastro de reserva)]	Nº	Anual			101,16%
	Gerir o Conhecimento	A7	Ind2	Índice de Multiplicação do Conhecimento	(Nº de Servidores Treinados Internamente/Nº de Treinamentos Externos)	Quantidade de vagas ofertadas pela APC (quantidade de vagas preenchidas)	Nº	Anual			1947 (1691)

*População do DF, conforme PDAD 2015/2016, CODEPLAN: 2.906.574.

Paralela à implantação e ao refinamento dos indicadores acima elencados, foram monitorados indicadores e projetos estratégicos contidos no Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF (Sistema GestãoDF), criado a partir do Modelo de Gestão para Resultados do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 37.621, de 14 de setembro de 2016. O objetivo consiste na intensificação do acompanhamento da produtividade da PCDF nos crimes violentos letais e intencionais (CVLI) e nos Crimes Contra o Patrimônio (CCP).

Um instrumento utilizado para a operacionalização do referido modelo de gestão é o Acordo de Resultados, documento que elenca os projetos estratégicos e alguns indicadores de desempenho de cada instituição, concentrado em sua respectiva área de atuação. No caso da PCDF, contido na pasta de segurança pública, conforme visualizado na Figura 5.

ACORDO DE RESULTADOS – 2017



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP

Acordo de Resultados que entre si celebram o Governador do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Ralembert, a Secretária de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, Sra. Márcia de Alencar Araújo, o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Sr. Cel. Hamilton Santos Esteves Junior, o Diretor-Geral Interino do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Sr. Silvân Barbosa Fonseca Filho, o Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. Marcos Antônio Nunes de Oliveira, o Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Sr. Bix Seba de Castro, e o Diretor-Executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, Sr. Nery Moreira da Silva, com a intervenção da Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

Considerando o compromisso deste Governo de implantar a Gestão para Resultados, com o intuito de aperfeiçoar a gestão pública do Governo do Distrito Federal e buscar a excelência na qualidade dos serviços prestados à população, de um lado, o Governador do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Ralembert, e de outro, a

ENTREGAS REALIZADAS PARA PROJETOS ESTRATÉGICOS

Programa: VIVA BRASÍLIA, NOSSO PACTO PELA VIDA
Subprograma: Ampliação e Modernização da Infraestrutura Física e de Equipamentos
Projeto: Ampliação e Modernização da Infraestrutura Física e de Equipamentos do CBMDF
Entrega: Monitoramento remoto de áreas queimadas e apoio ao serviço de prevenção, busca e resgate implantado - até 30/04/2017.
Entrega: Número de Unidade de Resgate (UR - ambulâncias) ampliado - até 30/06/2017.
Entrega: Número de veículos Auto Busca e Salvamento (ABS LEVE) e de Auto Rápido (AR) ampliado - até 31/08/2017.
Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Subprograma: Fortalecimento da Atividade Pericial
Projeto: Implementação de Laudo Semiautomático em Perícias do Instituto de Criminalística
Entrega: Laudo semiautomático implantado - até 30/05/2017
Responsável: Polícia Civil do Distrito Federal

Subprograma: Fortalecimento da Atividade Pericial
Projeto: Implementação da Autópsia Virtual
Entrega: Autópsia virtual implementada - até 30/05/2017.
Responsável: Polícia Civil do Distrito Federal
Subprograma: Modernização do Modelo e Ferramentas de Gestão na Segurança Pública
Projeto: Virtualização dos Procedimentos Policiais - 1ª etapa
Entrega: Termo Circunstanciado Eletrônico (TCE) implantado - até 30/06/2017.
Responsável: Polícia Civil do Distrito Federal
Subprograma: Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Atendimento ao Cidadão
Projeto: Modernização e Ampliação da Delegacia Eletrônica
Entrega: Ampliação dos serviços da Delegacia Eletrônica em mais três tipos penais implementada - até 30/07/2017.
Responsável: Polícia Civil do Distrito Federal

Figura 5 - Acordo de Resultados 2017 da Pasta de Segurança Pública

Indicadores Estratégicos

54	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Taxa de inquéritos concluídos com autoria definida (CVLI)	Mensal	34.40	50%		Percentual
----	-----------------------------------	---	--------	-------	-----	--	------------

Indicadores de Processos Críticos

ID	Orgão Responsável	Nome	Periodicidade	Linha de Base	Meta 2018	Realizado	Unidade de Medida	Status	Abrir
549	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Tempo Médio de Expedição de Carteiras de Identidade	Mensal	4,94	5		dias		Abrir
550	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Carteiras de Identidade Emitidas por Mês	Mensal	211026	21600		Número		Abrir
552	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Certidões de Antecedentes Criminais Emitidas	Mensal	62.493			Número		Abrir
43	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Registros da DECRIN	Mensal	370	0,00		Número		Abrir
49	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Tempo médio de deslocamento das equipes de perícia de morte violenta	Mensal	104.349	0,00		Minutos		Abrir
55	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Taxa de inquéritos concluídos com autoria definida (CCP)	Mensal	95,80	90%		Percentual		Abrir
63	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Pessoas maiores de idade presas em função de tráfico de drogas	Mensal	2422	2450		Número		Abrir
65	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Pessoas menores de idade presas em função de tráfico de drogas	Mensal	1007	1155		Número		Abrir
67	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Volume de drogas apreendidas	Mensal	2727	3300		Kg		Abrir
70	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	Ocorrências de tráfico de drogas	Mensal	2478	2500		Número		Abrir

Figura 6 - Indicadores Estratégicos e de Processos Críticos da PCDF monitorados pelo Sistema Gestão-DF

Num primeiro momento focou-se no monitoramento dos CVLI e dos CCP em decorrência de um alinhamento do planejamento estratégico da PCDF com o Programa Viva Brasília, Nosso Pacto pela Vida, que possui os seguintes eixos de atuação:

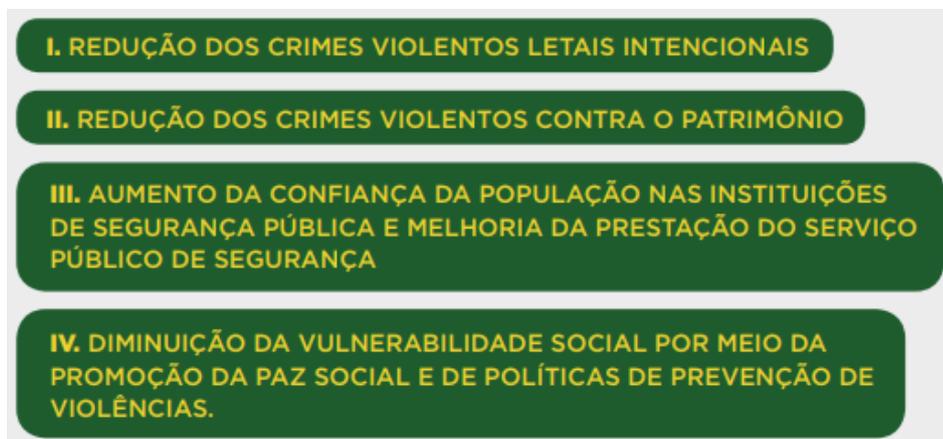


Figura 7 - Eixos de Atuação do Programa Viva Brasília, Nosso Pacto Pela Vida

A Figura 8 elenca os indicadores relacionados às respectivas incidências penais, com suas metas e resultados obtidos no ano de 2017:

- 1) Taxa de inquéritos policiais relatados com autoria definida nos crimes violentos letais e intencionais (CVLI);
- 2) Taxa de inquéritos policiais relatados com autoria nos crimes contra o patrimônio (CCP);
- 3) Número de maiores de idade presos pelo cometimento de tráfico de drogas;
- 4) Número de menores de idade apreendidos em razão do cometimento de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas;
- 5) Número de ocorrências registradas pelo crime de tráfico de drogas;
- 6) Quantidade (em quilos) de drogas apreendidas pela PCDF;
- 7) Tempo médio de deslocamento das equipes de perícia de morte violenta;

INDICADOR	META	ANUAL	MÉDIA
Taxa IP com autoria (CVLI) ⁴ (estratégico)	50%		33.55%
Taxa IP com autoria (CPP) ⁴	90%		94.16%
Nr. Prisões por tráfico de drogas (MAIORES) ⁵	2250	1825	
Nr. Prisões por tráfico de drogas (MENORES) ⁵	1155	754	
Volume de drogas apreendidas (KG) ⁶	3000Kg	3.228Kgs	
Nr. Ocorrências de tráfico de drogas	2447	1847	205,22
TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DAS EQUIPES DE PERÍCIA DE MORTE VIOLENTA	140 Min		108,53

Figura 8 - Indicadores relacionados às incidências de CVLI e de CCP

Cabe ressaltar que o monitoramento de indicadores referentes ao crime de tráfico de drogas é de suma importância, tendo em vista seu impacto na redução tanto de crimes violentos letais e intencionais, quanto de crimes contra o patrimônio.

Além desses indicadores monitorados pelo Sistema Gestão-DF, no âmbito interno foram acompanhados indicadores de resultados referentes à atuação pericial na produção de laudos nos crimes violentos letais e intencionais, no monitoramento do Tempo Médio de Confecção de Laudos Periciais dos quatro institutos de polícia técnica da PCDF, especificados abaixo:

- Laudo de Perícia Criminal do Instituto de Criminalística:

Meta: 100 dias

Resultado obtido: 99,3 dias;

- Laudo de Perícia Papiloscópica do Instituto de Identificação:

Meta: 15 dias

Resultado obtido: 08 dias;

- Laudo Cadavérico do Instituto Médico Legal:

Meta: 15 dias

Resultado obtido: 10,2 dias;

- Laudo de Perícia de DNA do Instituto de Pesquisa em DNA Forense:

Meta: 30 dias

Resultado obtido: 20 dias.

Uma outra vertente também desenvolvida visou ao monitoramento de indicadores e ações vinculados à Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento que tem como finalidade tornar a organização mais acessível e transparente para o cidadão, disponibilizando informações sobre como acessar serviços prestados por ela e quais os padrões de atendimento estabelecidos.

Durante o ano de 2017, houve o aperfeiçoamento e a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, a qual passou a ser disponibilizada também em versão resumida, e ainda com os folders dos principais serviços solicitados à PCDF, conforme se visualiza na Figura 9.



Figura 9 - Carta de Serviços ao Cidadão em suas duas versões (completa e resumida) e os principais folders de serviços ofertados à população pela PCDF

Os indicadores relacionados à Carta de Serviços também estão contidos no Acordo de Resultados de 2017 - assim como os relacionados aos CVLI e aos CCP - sendo os seguintes:

1) Tempo médio de confecção das carteiras de identidade:

- Meta para 2017: 7 dias;
- Resultado obtido: 5,5 dias;

2) Número de carteiras de identidade confeccionadas por mês:

- Meta para 2017: 21.000 RG's expedidos por mês;
- Resultado obtido: 21.256 RG's expedidos por mês;

3) Número de certidões de antecedentes criminais expedidas por mês pela PCDF:

- Meta para 2017: 6.000 certidões expedidas;
- Resultado obtido: 5.410 certidões expedidas.

2.4.2 Outros resultados operacionais

A aplicação de indicadores de desempenho e aferição de respectivos resultados operacionais nos setores administrativos encontram-se ainda em fase de testes.

Porém, os resultados operacionais na área não finalística seguem tendo como instrumento balizador a já citada Matriz de Objetivos Estratégicos e Ações Estratégicas do vigente Planejamento Operacional. A partir de sua análise, percebe-se o atingimento de pontuais objetivos. Edificações planejadas contaram com suas respectivas entregas em 2017. Para tanto, foram utilizados recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal:

São proeminentes algumas iniciativas sob o viés estratégico por dar estrito cumprimento ao traçado na Matriz de Projetos da PCDF (Programa AVANÇAR/PCDF), a saber:

Tabela 7 – Matriz de projetos da PCDF

OE	DESCRIÇÃO DO OE	PROCESSOS CRÍTICOS
P13	Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Implementação do Sistema Operacional ASI (gestão de aquisições e almoxarifado)
P8	Adequar e Padronizar a Infra estrutura	Aquisição de Mobiliário para 15ª D.P., 16ª D.P., 38ª D.P. e Instituto de Criminalística. Fornecimento e instalação de divisórias a 35ª D.P.
P8	Adequar e Padronizar a Infra estrutura	Construções - 15ª Delegacia; 16ª Delegacia e 38ª Delegacia; sede do Instituto de Criminalística
P14	Promover a Assertividade Orçamentária e Financeira	Alcance do índice de 98% de assertividade orçamentária

Fonte: DAE/DAG/PCDF; DRM/DAG/PCDF; DOF/DAG/PCDF (2017).

Expõe-se em seguida as obras e serviços de engenharia da PCDF, considerando o grau de execução física: **Obras e Serviços de Engenharia**.

Tabela 8 – Obras e serviços de engenharia

Obras e Serviços de Engenharia					
Descrição	Região Administrativa	Etapa realizada até 31/12/2017	Estágio	Processo	Nº ação SAG
Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro (Remanescente de obra)	IX	100%	Em fase de recebimento	052.002.429/2016	FCDF
Construção da 38ª DP - Vicente Pires	XXX	100%	Em fase de recebimento	052.001.066/2012	FCDF
Construção do Instituto de Criminalística - IC	XXII	81,75%	Em andamento	052.001.240/2012	FCDF
Construção da 16ª DP - Planaltina	VI	69,36%	Em andamento	052.00.222/2016	FCDF

Fonte: DAE/DAG/PCDF (2017).

Somam-se a estas obras a concretização de aquisições materiais de expressão:

Tabela 9 - Aquisições

Outras Atividades		
Descrição	Processo	Unidades
Mobiliário	052.000.052/2017	15ª DP, 16ª DP, 38ª DP e Instituto de Criminalística - IC
Arquivo Deslizante	052.002.275/2016	Departamento de Gestão de Pessoal - DGP e Instituto de Identificação - II
Sistema de Videomonitoramento	052.002.276/2016	Diversas Unidades
Fornecimento e instalação de divisórias	052.002.350/2016	35ª DP

Fonte: DAE/DAG/PCDF (2017).

O Departamento de Polícia Técnica foi contemplado com arrojadas aquisições materiais, o que ensejou o incremento de seu desempenho, a saber:

- Aquisição de Material Laboratorial - Testes Imunocromatográficos;
- Aquisição de Freezers;
- Aquisição de Analisador e de Termociclador de DNA;
- Aquisição de sistema de purificação de água (ultrapura tipo I) e seus consumíveis;
- Aquisição de câmara de fumigação de cianoacrilato e câmaras triplas para aceleração de ninidrina e DFO;
- Aquisição de Sistema de monitoramento para temperatura e mesas de necropsia para IML
- Aquisição de Analisador de DNA;
- Aquisição de Pipetador Automático e Termociclador Automático de DNA para o IPDNA;
- Serra elétrica oscilatória para autópsia;
- Refrigerador com capacidade mínima de 360 litros;
- Esfigmomanômetro adulto completo;
- Otoscópio com 5 espéculos.

Encontram-se em vigência atualmente 05 (cinco) convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Foram adquiridos coletes balísticos. Dentre iminentes aquisições estão 53 (cinquenta e três) veículos e demais equipamentos a serem utilizados no desempenho da atividade policial (*Vide* quadros em “Informações Complementares”).

Dentre as entregas de equipamentos e soluções tecnológicas no ano de 2017, temos:

Os projetos estratégicos contidos no Acordo de Resultados 2017 da PCDF e concluídos no mesmo ano são os seguintes:

- Implementação de Laudo Semiautomático em Perícias Externas do Instituto de Criminalística, alinhado subprograma temático Resposta Qualificada à Criminalidade, decorrente do Fortalecimento da Atividade Pericial;
- Implementação da Autópsia Virtual, alinhada ao subprograma temático Resposta Qualificada à Criminalidade, também decorrente do Fortalecimento da Atividade Pericial;

- Virtualização dos Procedimentos Policiais – Implantação do Termo Circunstanciado Eletrônico (TCNet), alinhado ao subprograma temático Governança, Gestão e Pessoas ao atuar na Modernização do Modelo e Ferramentas de Gestão na Segurança Pública;

Ampliação dos serviços da Delegacia Eletrônica em mais três tipos penais, totalizando 17 incidências passíveis de registro eletrônico, atuando no Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Atendimento ao Cidadão.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Neste item a Unidade deverá demonstrar a estrutura de governança, os mecanismos de controle internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Polícia Civil possui, em maior parte, gestores que integram a carreira de Delegado de Polícia, investidos no cargo mediante concurso público de provas e títulos.

Por meio de votação organizada em lista tríplice, é escolhido seu dirigente máximo dentre os delegados de Polícia, cuja nomeação é realizada pelo Chefe do Executivo local, consoante emenda à Lei Orgânica nº 102/2017.

Em breve síntese, a Instituição Policial tem em sua estrutura administrativa a Direção-Geral da Polícia Civil - DGPC, a qual conta como unidades de apoio sua Assessoria Jurídica – ASSJUR, o Assessor de Gestão Estratégica – AGE, a Divisão de Comunicação – DIVICOM e a Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo – DGDOC.

O Assessor de Gestão Estratégica - AGE é responsável pela gestão do Planejamento Estratégico Corporativo.

É soberana a Corregedoria-Geral de Polícia Civil-CGP para a condução de procedimentos administrativos disciplinares de todos policiais civis mediante aplicação da Lei nº 4.878/65, assim como a padronização dos procedimentos cartorários atinentes à atividade finalística de Polícia Judiciária.

Como unidade orgânica responsável pela gestão do Conhecimento, encontra-se na estrutura da Instituição a Academia de Polícia Civil – APC, cujas atribuições estão instituídas na portaria nº 36/2010 – PCDF, de 27/08/2010.

No que tange à Gestão de Pessoas, a delegação de competência para que o Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP a realize é normatizada pela portaria nº 03/2012 – PCDF.

Ao Departamento de Administração Geral - DAG cabe dirigir, planejar e controlar a execução de atividades de orçamento, finanças, planejamento administrativo, recursos materiais, patrimônio, transporte, serviços gerais e projetos de obras e edificações e demais ações para implementar ações de organização e modernização administrativa, além de promover licitações e celebração de convênios.

A investigação policial e demais atividades inerentes à Polícia Judiciária são desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Circunscricional – DPC e Departamento de Polícia Especializada - DPE, apoiados pelo corpo de Polícia Técnica, mantido no Departamento de Polícia Técnica – DPT.

As atividades de Operações Especiais em alto grau de especialidade na atividade finalística são de atribuição exclusiva do Departamento de Atividades Especiais – DEPATE, que apoia sistematicamente os demais departamentos em situações de crise decorrentes da atividade policial.

Por último, criou-se na estrutura organizacional da Polícia Civil o Departamento de Gestão da Informação – DGI, este responsável pelos atos de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, coordenação técnica e operacional, atividades de telecomunicações e radiocomunicações da Instituição, cuja atribuição principal é atender à crescente demanda

institucional por soluções em tecnologia da informação e comunicação, além de atividades de Inteligência Policial.

Quanto ao seu modelo atual de Governança, a Polícia Civil adota os consagrados princípios de **Eficiência, Eficácia e Transparência**, os quais balizam a tomada de decisões da Alta Gestão. A Governança Corporativa da Polícia Civil do Distrito Federal – intensamente influenciada pelos pilares da Hierarquia e Disciplina – estrutura-se atualmente para se adequar as práticas administrativas contemporâneas.

A seleção de membros da Alta Administração é feita pelo dirigente máximo da Instituição, auxiliado pelos diretores dos Departamentos de Polícia Circunscricional e Especializada, diretores da Academia de Polícia Civil e da Polícia Técnica, e limitada pelos critérios objetivos consignados no Decreto nº 35.290/2014. A Instituição Policial adota em maior parte o modelo matricial (departamentalização matricial).

A seleção de membros da Alta Administração é feita pelo dirigente máximo da Instituição, auxiliado pelos diretores dos Departamentos de Polícia Circunscricional e Especializada, diretores da Academia de Polícia Civil e da Polícia Técnica, e limitada pelos critérios objetivos consignados no Decreto nº 35.290/2014. A PCDF adota essencialmente o modelo de departamentalização funcional baseado na divisão de tarefas e atribuições institucionais em um modelo que agrupa áreas especializadas em determinados assuntos, como comunicação social, administração geral, gestão da informação, ect.

Dentro do arcabouço de Governança, ressaltamos a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, responsável pelos atos de governança em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (Portaria nº 58/2016 – PCDF, de 09/09/2016).

Acolhe-se, ainda que parcialmente, como meio de promover a eficiência várias práticas de previsão e mitigação de riscos e posterior conformidade nas atividades administrativas.

Outrossim, o estabelecimento de novos normativos internos com a adoção de conceitos de *Accountability* reforçam a tendência à maturidade corporativa institucional.

Evidencie-se que, quanto a Responsabilidade Corporativa e modo de controle de condutas dos colaboradores, é levado em conta o teor do Código de Ética do Governo do Distrito Federal (Decreto nº 37.297/2016, publicado no DODF de 18/05/2016).

De acordo com o art. 6º do Regimento Interno da PCDF, a Direção-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal, órgão de direção superior, dirigido pelo Diretor-Geral de Polícia Civil, tem como atribuições:

- I - Exercer e coordenar as funções institucionais descritas no art. 4º deste Regimento;
- II - Celebrar contratos, acordos e convênios, nos termos da legislação em vigor;
- III - Propor a nomeação, exoneração, demissão ou reintegração de servidores do seu quadro de pessoal;
- IV - Praticar atos de administração relativos ao regime jurídico de pessoal, nos termos da legislação específica;
- V - Encaminhar a proposta orçamentária da Instituição;
- VI - Propor a criação e extinção de cargos e funções;
- VII - Propor a criação de unidades policiais;
- VIII - Com o auxílio dos respectivos Diretores dos Departamentos e dos demais órgãos de direção superior, planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações de polícia circunscricional, de polícia especializada, de polícia técnico-científica, de atividades especiais, de ensino e treinamento e de correição;

IX - Praticar outros atos próprios de gestão conforme previsto na legislação em vigor.

A Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Direção-Geral de Polícia, tem como atribuições:

I - Assessorar o Diretor-Geral mediante a execução das atividades de consultoria e assessoramento técnico;

II - Fixar, através de notas técnicas, a interpretação de dispositivos legais e de atos normativos a ser seguida uniformemente;

III - Emitir nota técnica sobre assuntos de interesse da Polícia Civil do Distrito Federal;

IV - Realizar estudos e pesquisas para dirimir dúvidas acerca das atribuições institucionais da Polícia Civil;

V - Coligir e catalogar legislações, decisões, pareceres, julgados e jurisprudências de interesse da Polícia Civil, divulgando-os internamente, quando for o caso;

VI - Acompanhar projetos e processos em tramitação no Judiciário, Procuradoria Geral do Distrito Federal e em outras unidades públicas, que tratam direta ou indiretamente de assuntos de interesse da Polícia Civil do Distrito Federal;

VII - Elaborar ou revisar minutas de atos administrativos a serem praticados ou editados pela Direção-Geral;

VIII - Minutar informações em ações de mandado de segurança, *habeas data* e *habeas corpus* impetrados contra ato do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto e por outras autoridades administrativas em questões que sejam de relevância para a Instituição;

IX - Providenciar as avaliações de desempenho funcional e de estágio probatório dos servidores da Unidade;

X - Assessorar a Direção-Geral na gestão do planejamento estratégico;

XI - Colaborar com as demais unidades orgânicas na elaboração dos planos de ações, projetos e programas que deverão integrar o planejamento estratégico;

XII - Avaliar e emitir parecer técnico sobre a implantação e gestão do planejamento estratégico;

XIII - Desempenhar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Direção-Geral.

A Assessoria para Assuntos Institucionais da Polícia Civil, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada a Direção-Geral de Polícia, tem como atribuições:

I - Assessorar diretamente o Diretor-Geral nos assuntos de interesse da Instituição, perante os organismos externos;

II - Emitir, quando solicitada, pareceres sobre matéria de interesse institucional;

III - Acompanhar os trabalhos parlamentares relativos à Polícia Civil, na Câmara Legislativa e no Congresso Nacional, informando a Direção-Geral;

IV - Oferecer subsídios aos trabalhos parlamentares no interesse institucional;

V - Acompanhar o Diretor-Geral, quando solicitado, para tratar de interesses institucionais;

VI - Acompanhar a tramitação de projetos, programas, acordos, convênios e demais processos que tratem de matéria de interesse institucional;

VII - Executar outras atividades que lhe forem cometidas pela Direção-Geral da Polícia Civil.

3.2 Informações sobre dirigentes

A seleção de membros da Alta Administração é feita pelo dirigente máximo da Instituição, auxiliado pelos diretores dos Departamentos de Polícia Circunscricional e Especializada, diretores da Academia de Polícia Civil e da Polícia Técnica, que são os seguintes gestores:

NOME	CARGO	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO DA GESTÃO
ERIC SEBA DE CASTRO	Delegado de Polícia	Diretor Geral	01/01/2017 A 31/12/2017
SILVERIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE	Delegado de Polícia	Diretor do Departamento de Administração Geral	01/01/2017 A 31/12/2017
IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO	Delegado de Polícia	Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas	01/01/2017 A 31/12/2017
JEFERSON LISBOA GIMENES	Delegado de Polícia	Diretor do Departamento de Polícia Circunscricional	01/01/2017 A 31/12/2017
MABEL ALVES DE FARIA CORREA	Delegado de Polícia	Diretor do Departamento de Polícia Especializada	01/01/2017 A 31/12/2017
MARCELO FERNANDES	Delegado de Polícia	Diretor do Departamento de Atividades Especiais	01/01/2017 A 31/12/2017
PAULO VILARINS DOS SANTOS	Perito Criminal	Diretor do Departamento de Polícia Técnica	01/01/2017 A 28/08/2017
ANDRÉ KLUPPEL CARRARA	Perito Criminal	Diretor do Departamento de Polícia Técnica	29/08/2017 A 31/12/2017
GEORGE ESTEFANI DE SOUZA DO COUTO	Delegado de Polícia	Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação	01/01/2017 A 31/12/2017
GILBERTO ALVES MARANHÃO BEZERRA	Delegado de Polícia	Diretor da Academia de Polícia Civil	01/01/2017 A 30/03/2017
LUIZ ALEXANDRE GRATÃO FERNANDES	Delegado de Polícia	Diretor da Academia de Polícia Civil	31/03/2017 A 31/12/2017
EMILSON PEREIRA LINS	Delegado de Polícia	Corregedor da Corregedoria Geral de Polícia	01/01/2017 A 30/03/2017

3.3 Gestão de riscos e controles internos

Neste item a Unidade Jurisdicionada deverá apresentar informações sobre controles internos: conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados.

Neste ponto cumpri esclarecer que a Polícia Civil do Distrito Federal ainda não possui unidade de controle interno, submetendo-se ao controle da Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF e à Controladoria Geral da União – CGU, cujas recomendações são prontamente atendidas pelo órgão.

Em que pese à determinação contida no Decreto Distrital nº 32.752, de 04 de fevereiro de 2011, no sentido de que “deverá ser prevista, na nova estrutura organizacional e no regimento interno de cada Secretaria de Estado, Unidade de Controle Interno composta por servidores da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal” a PCDF ainda não instituiu tal controle, sendo submetida, no entanto, ao controle interno da União, por meio da CGU e do Distrito Federal, por meio da CGDF.

O Departamento de Administração Geral - DAG, órgão de direção superior, diretamente subordinado à Direção-Geral da Polícia Civil, tem como principais atribuições

dirigir e controlar a execução de atividades de orçamento, finanças, planejamento administrativo; gerir recursos materiais, patrimônio, transporte, serviços gerais, projetos de obras e edificações; implementar ações de organização e modernização administrativa; promover e acompanhar procedimentos licitatórios para execução de obras e prestação de serviços.

Explicita-se, portanto, serem apenas atividades-meio inerentes ao DAG.

Por sua vez, é atribuição da Corregedoria de Polícia Civil do Distrito Federal – GCP/PCDF o controle e monitoramento da atividade-fim. Dentre suas atividades estão o controle de registros de procedimentos administrativos disciplinares e criminais instaurados contra policiais civis; apuração de infrações penais cuja autoria seja imputada a policial civil ou funcionários que exerçam suas atividades no âmbito da Polícia Civil; instauração e julgamento de sindicâncias objetivando a apuração de responsabilidade funcional de policiais civis e demais servidores que exerçam suas atividades no âmbito da Polícia Civil,

Destarte, promove o DAG, de modo difuso, o controle interno dos processos não finalísticos. Este controle consiste na exigência de conformidade destes com a legislação, regimentos internos (instruções normativas da PCDF), princípios fundamentais das licitações e contratos públicos e decretos legislativos. É realizado pela Assessoria do Departamento, juntamente com a Comissão Permanente de Licitação – CPL, Divisão de Orçamento e Finanças - DOF (Seção de Execução Financeira e Contábil – SEFC, Seção de Controle de Contratos e Convênios – SCCC e Seção de Programação e Execução Orçamentária – SPEO). Tal controle visa mitigar riscos operacionais.

A redução dos riscos ocorre por meio de estrita observância de:

1. Alinhamento das ações ao direcionamento estratégico;
2. Conformidade com leis e regulamentos;
3. Análise, prévia e posterior, do grau de efetividade e eficiência das operações;
4. Sistema de autorização e aprovação nas operações da DOF;
5. Segregação de funções em procedimentos licitatórios;
6. Clara definição de atribuições dos servidores envolvidos na atividade-meio;
7. Dados obtidos através de monitoramento e controle de consumo de energia elétrica, água e combustível, disponibilizados pela ferramenta tecnológica QCLICKVIEW, *software* empregado em atividades finalísticas e não finalísticas na Polícia Civil;
8. Programas de treinamento e capacitação, de modo a reduzir a iminência de riscos e erro humano, mormente quanto a Comissão de Licitação e Divisão de Orçamento e Finanças, com acatamento das limitações impostas pelo Decreto Distrital nº 37.121/2016, de 16.02.2016, que dispõe sobre racionalização e controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;
9. Clima organizacional não permissivo;
10. Contato direto e permanente com o Diretor do Departamento, ensejando a tradição e manutenção de valores éticos vigentes na Instituição;
11. Valorização dos recursos humanos capacitados na esfera financeira e orçamentária, de modo a evitar o erro humano;
12. Transparência na gestão dos processos, de modo a minimizar a possibilidade de ocorrência de erros e fraudes;

É forçoso mencionar que anualmente são realizadas cerca de 08 (oito) auditorias na Polícia Civil, fiscalização exercida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Tribunal de Contas da União, em razão desta Instituição ser mantida e organizada pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, por força da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Não obstante a inexistência de unidade para Gestão de Risco, o desenho organizacional da Polícia Civil do Distrito Federal prevê o controle interno dos processos não finalísticos em duas instâncias dentro da Instituição, haja vista ainda se submeterem ao crivo analítico da Assessoria Jurídica da Direção Geral da Polícia Civil, após a conclusão dos trabalhos no âmbito do DAG.

Persiste, entretanto, a necessidade de difusão de uma cultura mais robusta de gerenciamento de riscos no interior da Instituição, com adoção de padrões e métricas reconhecidos (ISO 31 000: 2009; COSO), o que demandaria o aumento do atual quadro funcional, bem como a criação de Auditoria Interna ou outra unidade específica para desenvolver tal atividade na estrutura orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Conforme determina o Anexo II da DN TCU nº 161/2017, e ainda de acordo com as orientações da Portaria TCU nº 65/2018, a unidade deverá, contemplar informações sobre a gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação, critérios de sustentabilidade ambiental, além dos fundos e programas geridos pela UPC.

4.1 Gestão de pessoas

Este item tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

Também este item deve contemplar informações que evidenciem os seguintes pontos a seguir:

- composição da força de trabalho;
- distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas;
- relação entre servidores efetivos e temporários;
- conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;
- qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade;
- política de capacitação e treinamento do pessoal;
- despesas associadas à manutenção do pessoal;
- ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;
- principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los;
- indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

4.1.1 Estrutura de pessoal

Este item tem por finalidade de retratar e informar a posição de 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão sobre a estrutura de pessoal da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

Quadro 7 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	8.969	4.669	191	439
1.1. Membros de poder e agentes políticos	--	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8.969	4.669	191	439
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8.969	4.614	191	439
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	--	--	--	--
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	--	--	--	--
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	--	55	--	--
2. Servidores com Contratos Temporários	--	--	--	--
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	--	14	--	--
4. Total de Servidores (1+2+3)	8.969	4.683	191	439

Fonte: DGP/SPDE/SIGRH

Obs.: Não foram considerados os servidores das Carreiras: Gestão de Apoio às Atividades Policiais, Apoio às Atividades Complementares de Segurança Pública e Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, pois são custeados com recursos do Tesouro do Distrito Federal. Consigne-se por oportuno que essas carreiras possuíam juntas **263** (duzentos e sessenta e três) servidores em atividade em dezembro/2017.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 8 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	773	3.841
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	773	3.841
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	324	3.841
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	156	293
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	--	--
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	54	01
2. Servidores com Contratos Temporários	--	--
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	09	--
4. Total de Servidores (1+2+3)	543	4.135

Obs.: Para compor o quantitativo foram consideradas atividades de suporte (área meio) todos os servidores lotados nas seguintes áreas: Direção Geral de PCDF, Departamento de Administração Geral, Departamento de Gestão de Pessoas e Academia de Polícia. Foram somados ainda os servidores que se encontram cedidos, licenciados ou lotados na Secretaria de Segurança Pública e informados em separado no item 1.1.3. Considerados área fim: Departamento de Polícia Circunscrição, Departamento de Polícia Especializada, Departamento de Polícia Técnica, Departamento de Atividades Especiais, Departamento de Gestão da Informação e Corregedoria Geral de Polícia.

Considerados servidores de carreira em exercício descentralizados policiais atuando na Secretaria de Segurança Pública, 156 e Agentes Policiais de Custódia lotados na Subsecretaria do Sistema Prisional/SSP onde desempenham atividade fim atribuída ao cargo.

Não foram considerados os servidores das Carreiras: Gestão de Apoio às Atividades Policiais, Apoio às Atividades Complementares de Segurança Pública e de Políticas Públicas e Gestão Governamental, **que atuam na área meio**, pois são custeados com recursos do Tesouro do Distrito Federal. Consigne-se por oportuno que essas carreiras possuíam juntas **263** (duzentos e sessenta e três) servidores em atividade em dezembro/2017.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro 9 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1.194	1.160	--	--
1.1. Cargos Natureza Especial	22	20	--	--
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1.172	1.140	--	--
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.172	1.106	--	--
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	--	--	--
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	--	20	--	--
1.2.4. Sem Vínculo	--	14	--	--
1.2.5. Aposentados	--	--	--	--
2. Funções Gratificadas	--	--	--	--
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	--	--	--
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	--	--	--
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	--	--	--	--
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.194	1.160	--	--

Fonte: DGP/SPDE/SIGRH

*Existe uma grande rotatividade nos cargos, em razão do trabalho em equipe, todas os ajustes realizados na estrutura organizacional (aposentadorias, exonerações e reestruturas organizacionais) que repercutem nas movimentações ou trocas de chefias das unidades, ou seja ocorrem exonerações da chefia de uma unidade mas o servidor pode passar a ocupar na mesma data a chefia de outra unidade, de modo que a coleta desse dado torna-se bastante complexa e pode não atender ao fim aqui proposto.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Este quadro representa as despesas com pessoal da PCDF em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 10 - Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	785.105.554,52	19.751.673,25	131.378.003,78	27.981.239,32	33.415.147,69	877.219.027,27	0,00	133.020.531,29	288,90	2.007.871.466,02
	2016	795.521.561,93	19.806.640,96	125.287.338,94	27.536.785,70	35.584.789,41	811.268.937,10	0,00	134.924.691,12	0,00	1.949.930.745,16
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	185.028,32	21.819,84	4.865,71	5.496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.209,87
	2016	0,00	269.608,70	32.879,06	6.731,57	10.246,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.465,33
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (comissionados)											
Exercícios	2017	523,06	278.435,59	31.925,27	6.089,94	87.618,49	0,00	0,00	0,00	0,00	404.592,35
	2016	0,00	178.059,95	25.033,86	7.415,44	51.801,77	0,00	0,00	0,00	0,00	262.311,02
Servidores Cedidos com ônus											
Exercícios	2017	4.429.793,72	1.668,51	344.667,92	92.136,15	72.862,59	37.412,30	0,00	2.209,77	0,00	4.980.750,96
	2016	5.696.355,28	0,00	474.696,27	158.232,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.329.283,64

4.1.2.1 Análise crítica

O efetivo policial encontra-se defasado e não atende às reais necessidades da Instituição, o que impactou na decisão de fechar algumas Delegacias no período noturno e finais de semana e mobilizar o efetivo para atendimento em centrais de flagrantes que atendem várias delegacias. Esse déficit no efetivo tem comprometido a alocação do número suficiente de servidores nas unidades da PCDF, prejudicando a efetividade da prestação de serviços à sociedade.

Em 2013, após 20 anos, foi ampliado em 3.029 (três mil e vinte e nove) o número de vagas das carreiras policiais passando de 5.940 (cinco mil novecentos e quarenta) para 8.969 (oito mil, novecentos e sessenta e nove), cujo provimento foi previsto a partir de 2014 com observância do orçamento disponível.

Embora tenha havido um esforço da administração para viabilizar a recomposição do efetivo, a falta de autonomia da PCDF para executar um cronograma de recomposição da força de trabalho tem inviabilizado esse processo. O planejamento realizado pela Instituição sofre contingenciamento quando da aprovação da proposta orçamentária pelos órgãos competentes na esfera do Governo do Distrito Federal, vez que estes detêm autonomia para a gestão dos recursos do Fundo Constitucional do DF, esse fato pode ser observado claramente quando se verifica a alocação dos recursos do FCDF ao longo da sua existência e as proposições orçamentárias que foram apresentadas pela Instituição nos últimos anos e que não foram atendidas.

O Departamento de Gestão de Pessoas providenciou estudos com projeção de aposentadorias para os próximos **10 anos** que serviram de base para elaboração da proposta de recomposição do efetivo. Foram realizados esforços para implementar uma política de longo prazo e promover maior equilíbrio nos ingressos/saídas que afetam o clima organizacional, pois tanto há o ingresso(admissões) quanto saídas(aposentadorias/exonerações) de um grande contingente ao mesmo tempo. Porém diante do contingenciamento dos recursos em todas as esferas do Governo no exercício de 2017, mais uma vez o planejamento não foi executado. Era esperada em 2017, a autorização para realização de concursos para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, essa autorização já era esperada desde 2016, porém as nomeações dos concursos anteriores para esses cargos só foram concluídas no segundo semestre/2016. Em 2017 foram iniciadas as nomeações dos aprovados para os cargos de Delegado de Polícia, Papiloscopista e Perito Criminal. Ressalte-se, como já consignado que a direção da PCDF embasada nos estudos dos cenários para os próximos 10 anos, solicitou a autorização de concurso para prover 1.800 (mil e oitocentas vagas) para o cargo de Agente de Polícia e 300 (trezentas) vagas para o cargo de Escrivão de Polícia, mas no ano de 2017 não houve deliberação por parte de GDF para realização dos novos concursos, cujas despesas estavam devidamente previstas nas propostas do orçamento anual da PCDF de 2016, 2017 e serão consignadas novamente no orçamento de 2018.

Quanto à distribuição do efetivo entre a área fim e meio, a administração busca priorizar o emprego do efetivo na prestação da atividade fim, mantendo nas atividades de suporte o estritamente necessário para o funcionamento da Instituição. Isto, considerando-se a expertise necessária para o desempenho dessas atividades que exigem competências além daquelas requeridas a todos policiais e que demandam tempo e custo para sua aquisição de maneira a atender as necessidades da organização. Destacando-se ainda, nessa seara, a sensibilidade e segurança da informação que são requisitos essenciais na atividade policial. No ano de 2017 foram realizadas reestruturações orgânicas buscando o aperfeiçoamento das atividades e melhor adequação do pessoal com extinção e criação de unidades visando prover maior celeridade e melhoria nos fluxos e processos.

Quanto ao impacto das aposentadorias na força de trabalho, a Instituição vem passando por um período bastante crítico com um número expressivo de aposentadorias nos anos de 2014 (476), 2015 (305), 2016 (341), 2017 (345) e previsão de aproximadamente de 500 para 2018. Em razão dessa previsão e visando prover as vagas criadas em 2013, foram executados os concursos para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia (em 2014, concluídas as nomeações no 2º semestre de 2016), Delegado de Polícia, Perito Médico-Legista e Papiloscopista (concluso em 2016 e nomeados os primeiros em 2017), mas ainda permanece pendente cronograma para demais nomeações) e Perito Criminal (concluído em 2017, nomeados os primeiros mas pendente cronograma de nomeação para os demais aprovados).

Destarte, mesmo considerando essas iniciativas da administração no período de 2011 a 2017, o **número de egressos** nesse período - 2.440 (dois mil quatrocentos e quarenta) foi superior ao **número de ingressos/admissões** - 1.539 (mil quinhentos e trinta e nove). Assim houve um impacto na força de trabalho uma vez que a demanda continuou crescendo e o quadro de pessoal apresentou um **déficit** de 901 (novecentos e um) cargos que deixaram de ser providos de sorte que ainda não houve provimento das 3.029 (três mil e vinte e nove) vagas criadas em 2013.

4.1.3 Qualificação e capacitação da força de trabalho

A Polícia Civil do Distrito Federal envida esforços para manter ações arrojadas de transversalidade acompanhando mudanças sociais e movimentos de renovação das políticas públicas para a transformação da realidade social, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Promove também diversas capacitações profissionais com o mesmo fim.

Dentre estas ações e capacitações voltadas aos policiais civis podemos citar:

- **Combate ao Femicídio** – Numa ação que colabora com a implementação eficaz da política pública de Segurança e paz social contrapondo-se à Violência de Gênero, a PCDF estatuiu Norma de Serviço nº 04/2017 – CGP/PCDF, que estabelece o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de **femicídio** no âmbito do Distrito Federal.
- **Cursos de capacitação profissional** - Foram proporcionados aos servidores policiais civis vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, bem como de reciclagem, que se apresentam de fundamental importância para esta Instituição Policial, pois são oportunidades de adquirir conhecimentos ligados à instrução de comandos táticos e congêneres e, situações de confrontos com o crime organizado, dentre os quais podemos citar:

CURSO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	
CURSO	SERVIDORES CAPACITADOS
10º Curso de Progressão Funcional	535
11º Curso de Progressão Funcional	136
12º Curso de Progressão Funcional	120
TOTAL	791
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	
CURSO	SERVIDORES CAPACITADOS
6º Curso de Atirador de Precisão Policial	12

1º Curso de Defesa Pessoal para Procuradoria-Geral do Distrito Federal	40
Depoimento Especial, o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, disciplinado pela Lei nº 13.341/2017	60
Curso Básico de Pilotagem de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs)	36
Curso de Formação de Formadores de Técnicas de Imobilização Policial e de Defesa Pessoal Policial	30
Curso de Psicologia da Testemunha	140
Curso Suicídio X Homicídio	310
Curso de Técnicas Operacionais da Ação Policial: Porte Velado	40
Curso de Tutoria On-Line	35
TOTAL	703
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	
CURSO	SERVIDORES CAPACITADOS
Técnicas de Imobilização Policial	239
Técnicas Operacionais da Ação Policial	235
TREINAMENTO	
CURSO	SERVIDORES CAPACITADOS
Curso de Operador de Dispositivo Elétrico de Controle – DEC - SPARK	200
CONSOLIDAÇÃO TOTAL	
CURSO	SERVIDORES CAPACITADOS
CURSOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	791
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	703
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	474
TREINAMENTO	200
TOTAL	2.168

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

Com a realização dos diversos cursos anteriormente elencados, a Instituição se viu preparada para realizar várias operações desencadeadas ao longo do ano, as quais tiveram por objetivo a repressão/prevenção aos ilícitos de roubo, homicídio, porte ilegal de armas, tráfico/uso de substâncias entorpecentes, furtos entre outros, em todas as localidades do Distrito Federal. Foram apreendidas armas de fogo, cumpridos mandados de prisão, além da prisão de traficantes de drogas de alta periculosidade.

a) **Faixa etária**

Conforme apresentado na tabela e gráfico abaixo, verifica-se que apenas 10% do efetivo encontram-se na faixa etária abaixo de 30 anos e 35% na faixa entre 31 a 40 anos de sorte que se tem nessas faixas 45% do efetivo policial, o que pode evidenciar um potencial atendimento às exigências para o exercício das atividades policiais, mas também alertar que quanto maior esse percentual melhor para a instituição, uma vez que o vigor físico tem impacto direto no desempenho das atividades operacionais. Por outro lado, 55% do efetivo policial encontram-se na faixa acima de 40 anos o que evidencia a necessidade de minimizar esse risco para a atividade policial com a realização de concursos periodicamente, de maneira a evitar que tenhamos um efetivo com maior concentração nessa faixa etária com comprometimento da atuação policial.

Tabela 10- Policial faixa etária

POLICIAL FAIXA ETÁRIA	TOTAL	%
30	459	10%
40	1606	35%
50	1844	40%
60	680	15%
70	25	0%
Total Geral	4614	100%

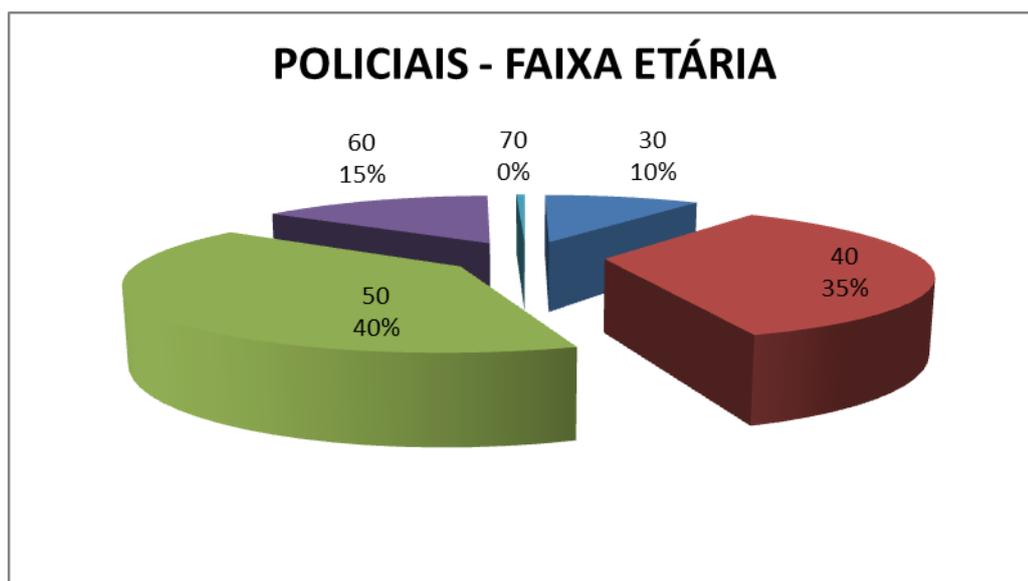


Gráfico 1 – Policiais faixa etária

b) Tempo policial

Outra análise importante a ser considerada é o tempo de atividade policial, conforme apresentado na tabela e gráfico abaixo, ressaltando-se que esta análise está adstrita apenas ao tempo de exercício na instituição sem considerar tempos averbados de outras forças policiais.

Verifica-se que 29% do efetivo foram incorporados nos últimos cinco anos o que perfaz uma média de 5,8% ao ano nesse período, percentual ainda distante do que é esperado que é em torno de 10% para assegurar melhor gestão do clima organizacional, gestão do conhecimento e maior efetividade na execução da missão da instituição. Observa-se que 11% do efetivo possuem até 10 anos de serviço e 23% entre 10 e 15 anos de serviço policial, cenário que deve ser observado pela administração no tocante à composição do efetivo por tempo de serviço policial, pois sinaliza uma expectativa de aposentação próximos anos, uma vez que o requisito mínimo de tempo policial para aposentadoria atualmente é de 15 anos para as mulheres e 20 anos para os homens. Outros 37% do efetivo possuem mais de 15 anos. Assim, verifica-se que 60% do efetivo já possuem mais de 15 anos de serviço policial, dentre os quais 22% estão na faixa de 16 a 20, de maneira que a faixa mais crítica é acima de 20 anos que atualmente concentra 15% do efetivo. Destarte, pode-se verificar a necessidade de uma política periódica de recomposição do efetivo, pois do contrário o impacto será muito prejudicial para a administração como se evidencia no percentual das faixas entre 1 e 10 anos que alcança 40% do efetivo enquanto acima de 10 anos já alcança 60% do efetivo. Vale destacar que numa primeira análise o percentual de 29% dos servidores com menos de cinco anos (que daria uma média anual de 5,8%) pode ser considerado dentro do almejado, uma vez que o percentual médio de aposentados e desligados nos últimos 5 anos tem se mantido entre 5 a 10% do efetivo, mas é

exceção. Conforme demonstram os dados abaixo o percentual médio de recomposição do efetivo nos últimos cinco anos é de 3,4% de modo que a recomposição sequer alcança o número de aposentadorias que ocorreram no mesmo período. Por outro lado, nessa análise foi considerado o efetivo em atividade em dez/2017 (4.614) e não o efetivo previsto no quadro aprovado para provimento (8.969), de sorte que o provimento dos cargos da carreira policial tem ficado abaixo do quantitativo aprovado em 1993. Constata-se que os esforços envidados para a aprovação do aumento do efetivo (que ocorreu em 2013) não foi acompanhado pelo provimento esperado dos cargos, pois até o exercício de 2017 esses cargos não foram providos e a Instituição, apesar da demanda de serviços ter aumentado significativamente nas últimas décadas, não teve contemplada a almejada recomposição do efetivo.

Tabela 11 – Faixa de tempo policial

FAIXA DE TEMPO	Nº DE POLICIAIS	%
1	192	4%
5	1173	25%
10	500	11%
15	1035	23%
20	1015	22%
25	552	12%
30	129	3%
40	18	0%
Total Geral	4614	100%

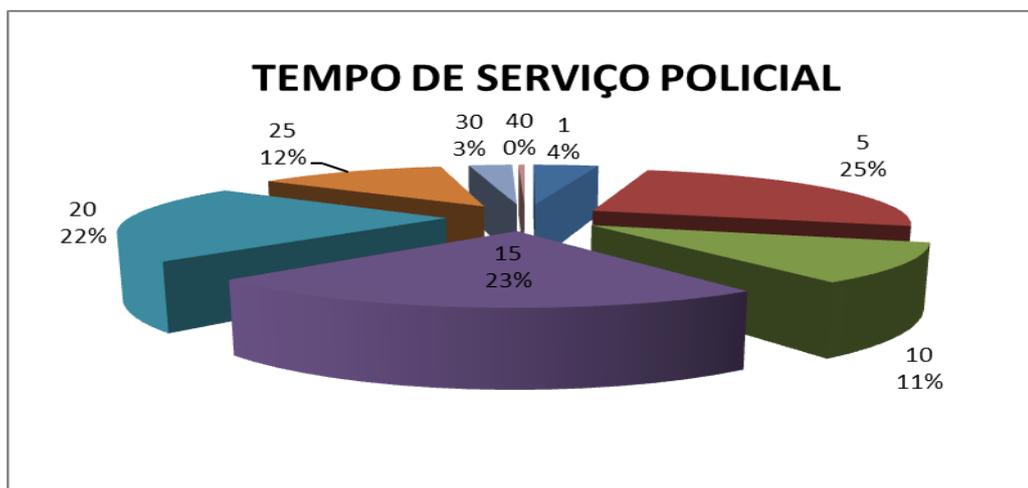


Gráfico 2 – Tempo de serviço policial

c) Grau de escolaridade

Quanto à escolaridade, o efetivo policial é composto na sua maioria por policiais com ensino superior completo, acima de 93%, uma vez que esse requisito é obrigatório desde o concurso de 1998. Não obstante, a instituição ainda possui em seus quadros servidores admitidos em concursos anteriores a 1996, para os quais ainda não era exigido o nível superior. Importante consignar nesse aspecto, com base nos registros atuais, que cerca de 18% do efetivo possuem especialização, mestrado ou doutorado, porém esse número não representa a situação real, pois não houve atualização geral do cadastro de formação desde a admissão dos servidores, principalmente quanto às especializações, mestrados e doutorados que não foram exigidos por ocasião da admissão.

Tabela 12 – Grau de instrução dos policiais

GRAU DE INSTRUÇÃO	Nº DE POLICIAIS
19 - ENSINO SUPERIOR COMPLETO	3596
20 - ESPECIALIZACAO	807
21 - MESTRADO	37
22 - DOUTORADO	4
17 - ENSINO MEDIO COMPLETO	170
Total Geral	4614

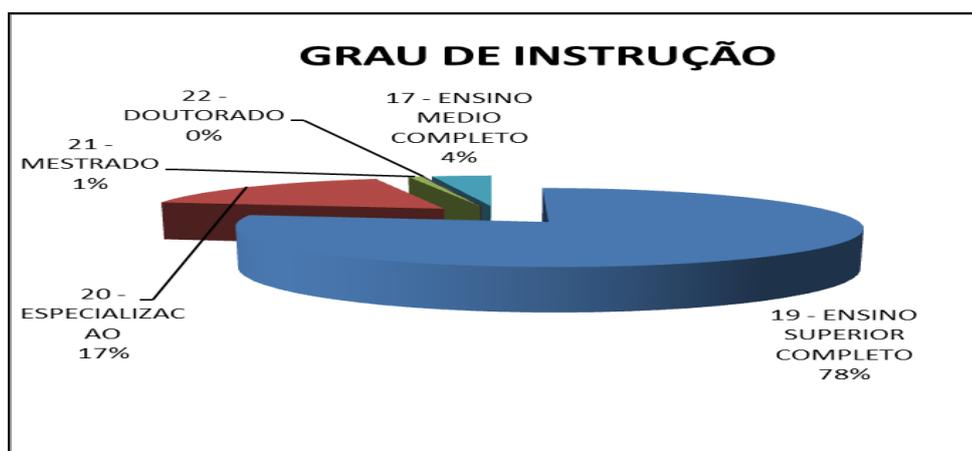


Gráfico 3 – Grau de instrução dos policiais

4.1.4 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

Neste subitem a UPC deverá demonstrar as ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

Quanto à existência de controles internos visando detectar acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos o Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, por meio da Divisão de Cadastro- DICAD, no momento da posse do servidor no cargo efetivo ou comissionado, solicita que este declare se acumula cargo/função, quando é declarada a acumulação a DICAD providencia a autuação de processo administrativo e encaminha para a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos que se encarrega de todos os procedimentos necessários à análise e conclusão do feito. Posteriormente são registradas nos assentamentos dos servidores as conclusões da Comissão. No ano de 2017 foram autuados 19 (dezenove) processos para analisar a situação dos policiais, dentre esses os que exercem cargos na área da saúde, porém esses processos serão reanalisados em razão de edição de norma que trata das escalas de serviço que ocorreu com a publicação da Portaria nº 4/2018-DGPC, razão por que serão analisados no decurso do ano de 2018.

Destarte, são essas as informações do controle interno exercido pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargos / Comissão Especial de Acumulação de Cargos.

4.1.5 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A concorrência de candidatos nos últimos concursos para as carreiras policiais vem caindo a cada novo certame, uma das razões é notadamente o salário que está defasado em relação às outras carreiras de estado. A aposentadoria de um grupo representativo no mesmo exercício (vez que os concursos sempre ofertaram um quantitativo grande de vagas) e a **morosidade** na recomposição do efetivo (em razão da autonomia do Governo do Distrito Federal na utilização dos recursos do Fundo Constitucional), tem se conformado num grave risco para a gestão do capital humano na Instituição e que enseja um aperfeiçoamento desse processo, como se evidencia no decurso de prazo para se obter uma autorização de concurso (atualmente existem dois processos aguardando há mais de 12 meses) mas esse risco **só será mitigado se houver autonomia para que a Instituição execute a totalidade do orçamento previsto na proposta orçamentária encaminhada com as demandas apresentadas.**

A instituição promoveu estudo abrangendo um cenário para os próximos 10 anos (considerando as previsões de aposentadorias nesse período e média de exonerações) e elaborou um plano para recomposição do efetivo com proposta de realização de concursos anualmente (para 3 cargos num ano e para os outros 4 cargos no ano seguinte) de tal sorte que a cada 2 anos seria possível realizar concursos para os mesmos cargos limitando o quantitativo de vagas a 10% do efetivo aprovado para o cargo.

Ainda visando mitigar esse risco a iniciativa tem sido observada quando da elaboração da proposta orçamentária anual e do PPA, mas já está prejudicada por não ter sido autorizado o concurso para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia no exercício de 2017.

Para contribuir com essa análise, observe-se a dotação da PCDF no Fundo Constitucional nos últimos anos, conforme quadro abaixo. Os percentuais praticamente permaneceram os mesmos, apesar dos gastos terem aumentado exponencialmente, de sorte que somente com a alteração desse cenário e aumento desse percentual destinado a PCDF é que a Instituição terá condições de atender satisfatoriamente as suas demandas ordinárias e prover os cargos necessários para o cumprimento da missão com maior efetividade.

Quadro 11 – Dotação orçamentária da PCDF

UG	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PCDF							
		ANO 2015	%	ANO 2016	%	ANO 2017	%	ANO 2018	%
Polícia Civil do Distrito Federal	1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.626.177.409	13,11	1.673.419.333	13,93	1.942.827.184	14,70	1.976.724.965	14,43
	3 - Outras Despesas Correntes	99.688.966	0,80	119.477.657	0,99	128.859.680	0,98	172.659.657	1,26
	4 - Investimentos	15.000.000	0,12	19.780.000	0,16	31.971.000	0,24	35.000.000	0,26
TOTAL PCDF		1.740.866.375	14,04	1.812.676.990	15,08	2.103.657.864	15,92	2.184.384.622	15,95
TOTAL DO FCDF		12.399.541.239		12.017.318.201		13.212.604.133		13.696.991.938	

Destarte, embora a Instituição promova internamente esforços para elaborar um planejamento que possa atender as necessidades identificadas, conforme já consignado, esse risco **só será mitigado com uma mínima autonomia para que a Instituição tenha**

contempladas suas demandas e execute a totalidade do orçamento previsto na proposta orçamentária encaminhada anualmente após os levantamentos e priorização das ações.

4.1.6 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

Conforme contido no Plano Estratégico da PCDF – 2014/2020 foram estabelecidos indicadores estratégicos e táticos da área de Gestão de Pessoas para acompanhar a implantação da gestão estratégica.

A implementação desses indicadores será realizada até 2020. No exercício de 2017 ainda não foi possível o refinamento e medição desses indicadores. Destaque-se que foi realizado o mapeamento de competências dos cargos efetivos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, em 2014/2015. Em 2016 foram concluídos os mapeamentos de competências dos cargos de Delegado de Polícia, Perito Médico-Legista, Papiloscopista Policial e Perito Criminal. A partir dos mapeamentos passou-se a observar as competências mapeadas para elaboração do Plano Anual de Formação, ação já realizada para o plano de 2017.

Importante consignar ainda, que os indicadores estabelecidos podem sofrer alteração e serem revistos ou atualizados, uma vez que sua medição não foi incorporada na execução das atividades. Ademais, outros indicadores passaram a ser monitorados como por exemplo: Taxa de absenteísmo e Taxa de servidores com adaptação laboral. Esses indicadores possibilitarão acompanhar o atendimento do servidor e evolução do quadro pela Policlínica da PCDF, buscando atuar em ações que possam repercutir na saúde e melhoria da qualidade de vida.

Visando minorar os impactos causados nas atividades em razão do Absenteísmo e de Restrições Médicas, estão sendo monitorados esses indicadores e executado o Programa de Bem Estar do servidor – PROBEM que dentre outros, visa avaliar continuamente a saúde do servidor da PCDF para verificar a existência de riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover medidas de prevenção de saúde.

Ademais, o DGP monitora as vacâncias dos cargos, quando não existe candidato aprovado aguardando nomeação, quando o indicador de vacâncias do cargo é superior a 10% de vagas existentes e após reunião com a APC visando alinhar as ações, propõe a Direção Geral o início do processo para abertura dos concursos.

Para assegurar uma política periódica foram elaboradas prospecções de aposentadorias e vacâncias para os próximos 10 anos e proposto um dimensionamento de admissões anualmente, *conforme tabela abaixo*, visando minimizar todos os problemas que afetam o clima e a gestão do conhecimento com ingresso de um grande número de servidores ao mesmo tempo.

Tabela 13 – Quantitativos de cargos da PCDF

CARGO	EFET ATUAL	CARGOS APROV	VAGAS 12/17	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
AGP	2822	5649	2827	--	600	600	600	500	500	500	500	500	500	4800
DEL	401	600	199	87*	--	--	80	--	80	--	80	--	80	407
ESC	416	1000	584	--	100	100	100	100	100	100	100	100	100	900
MED	96	160	64	21*	--	--	40	--	--	--	40	--	--	101
PAP	247	360	113	65*	--	--	60	--	60	--	60	--	60	305
PER	177	400	223	85*	--	--	60	--	60	--	60	--	60	325
Total	4159	8169	4010	258*	700	700	940	600	800	600	840	600	800	6888

***candidatos aprovados aguardando nomeação**

4.1.7 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Esse Subitem se refere aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; dos demais terceirizados contratados para realizar atividades não abrangidas por categorias funcionais da unidade e da contratação de estágios.

Quadro 12 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Polícia Civil do Distrito Federal						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para prestação de serviços de manutenção do ambiente tecnológico da PCDF..	37.057.387/0001-22	05/12/2012	04/12/2018	Médio	A
2012	Contratação de serviços de suporte administrativo e operacional, envolvendo serviços de recepcionista, telefonista, almoxarife, copeiro, mecânico de veículos leves, mecânico de veículos pesados, alinhador/balanceador, lanterneiro, eletricitista de auto, borracheiro, pintor de auto, estofador, torneiro mecânico, marceneiro, serralheiro, chaveiro, serígrafo.	08.362.490/0001-88	20/07/2012	19/07/2018	Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de manutenção predial preventiva e corretiva nas dependências da PCDF.	14.355.750/0001-90	10/10/2016	09/10/2018	Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de manutenção predial preventiva e corretiva nas dependências da PCDF.	03.617.851/0001-76	10/10/2016	09/10/2018	Fundamental	A
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de manutenção predial preventiva e corretiva nas dependências da PCDF.	04.768.702/0001-70	10/10/2016	09/10/2018	Fundamental	A

*Sit.: Situação do contrato, Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Sobre a contratação de estagiários da Instituição, informamos que os mesmos desenvolvem suas atividades na Polícia Civil do Distrito Federal e são contratados pela SEPLAG/DF, e que por isso não possuem vínculo com a instituição.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este item traz informações sobre a gestão do patrimônio da unidade prestadora de contas, bem como da infraestrutura para cumprimento da missão institucional.

4.2.1 Gestão da frota de veículos

De acordo com as orientações da DN TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018, a unidade deverá, contemplar informações sobre a Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Os normativos que regulam o uso dos veículos da PCDF são os seguintes:

Decreto nº 32.880, de 20 de abril de 2011, do Governo do Distrito Federal;

Instrução Normativa nº 42, de 1º de dezembro de 1999, do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade Jurisdicionada;

A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, instituição permanente da administração direta, essencial à função jurisdicional e vinculada ao Gabinete do Governador do Distrito Federal, tem como missão institucional promover, integrada às instituições congêneres, a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.

Para realização direta ou indireta desses objetivos, a PCDF desempenha atividades administrativas e operacionais, tanto internamente quanto junto ao Poder Judiciário local, valendo-se do suporte físico das viaturas policiais, as quais apresentam, portanto, um valor social fundamental.

Para o desempenho das atividades de competência da PCDF, é fundamental a utilização de veículos ostensivos e descaracterizados de marcas, modelos, cores e potências diferenciados. Pois dentre as suas atribuições temos: a de polícia judiciária, com as apurações de infrações penais, realizando constantes diligências em vários locais distintos e de forma simultânea em todo o Distrito Federal; organizar, executar e manter serviços de controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, na forma da legislação pertinente; zelar pela ordem e segurança públicas, promovendo e participando de medidas de proteção à sociedade; executar as atividades de perícia criminal (locais de crime), médico-legal (recolhimento de corpos) e papiloscópica (identificações civis e criminais); serviços de transporte de veículos próprios (em pane) ou de terceiros (apreendidos e/ou arrecadados pelas unidades policiais), dentre outras.

- c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

Quadro 13 – Veículos de transporte institucional

SITUAÇÃO DO VEÍCULO	DEZEMBRO/2017	
	QUANTIDADE	%
PRÓPRIO	1.219	85,60
DOADO	05	0,35
CEDIDO	01	0,07
APREENDIDO	133	9,34
VEÍCULOS EM CONDIÇÕES DE USO	1.358	95,36
ACIDENTADO	23	1,62
RECOLHIDO	437	3,02
TOTAL DA FROTA	1.424	100%

- d) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**

Quadro 14 – Média de quilômetros rodados

Classificação	Quantidade	Total Rodado	Média por Veículo
Veículo próprio	1.219	18.121.843 Km	14.866,16 Km
Veículo doado	05	18.463 Km	3.692,6 Km
Veículo cedido	01	4.710 Km	4.710 Km
Veículo apreendido	133	1.600.274 Km	12.032,14 Km
Total de Km rodados	1.358	19.745.290 Km	14.539,98 Km

e) **Idade média da frota;**

Quadro 15 – Idade média da frota

ANO	TEMPO DE USO	QUANTIDADE/VEÍCULOS
1981	ACIMA DE 18 ANOS DE FABRICAÇÃO CORRESPONDENTE À 1,54% DA FROTA	01
1985		01
1986		01
1987		01
1988		01
1989		01
1991		01
1995		02
1997		02
1998		03
1999		03
2000		05
TOTAL		
2001	ENTRE 11 E 17 ANOS DE FABRICAÇÃO CORRESPONDENTE À 27,25% DA FROTA	03
2002		10
2003		23
2004		75
2005		112
2006		42
2007		123
TOTAL		
2008	ATÉ DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO CORRESPONDENTE À 71,21% DA FROTA	109
2009		94
2010		28
2011		226
2012		25
2013		428
2014		60
2015		21
2016		23
TOTAL		1.014
TOTAL GERAL	100%	1.424

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Quadro 16 - Despesas com a manutenção da frota de veículos

1. GASTOS COM MATERIAIS - SAÍDAS	VALOR R\$
COMBUSTÍVEIS	7.856.823,08
SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)	65.105,28
LUBRIFICANTES	174.906,72
MATERIAL DE LIMPEZA	4.353,81
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	8.591,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	741,80
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS (PEÇAS E ACESSÓRIOS)	2.744.410,76
SINALIZAÇÃO E AFINS	3.696,00
GÁS ENGARRAFADO	12.751,25
SUB-TOTAL	10.871.379,70

2. GASTOS COM MÃO DE OBRA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	VALOR R\$
MÃO DE OBRA (mecânico, eletricista, borracheiro, etc)	1.986.854,64
SERVIÇOS DE VEÍCULOS EM CONCESSIONÁRIAS	58.783,13
RETÍFICA DE MOTORES	26.018,86
DESEMPENO DE RODAS	9.360,00
SUB-TOTAL	2.081.016,63

3. TOTAL GERAL (1 + 2)	VALOR R\$
CUSTOS COM MATERIAIS (exceto combustíveis)	3.014.556,62
CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2.081.016,63
TOTAL GERAL	5.095.573,25

4. GASTO MÉDIO POR VEÍCULO	VALOR R\$
TOTAL DOS CUSTOS	5.095.573,25
TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA	1.424
VALOR	3.578,35

Quadro 17 - Consumo de combustível

COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE (litros)	VALOR (R\$)	Km RODADOS	MÉDIA/ CONSUMO
DIESEL S.10	121.029,918	420.417,20	864.296,0	7,1
GASOLINA AVGÁS	11.158,000	81.739,96	0,0	0,0
DIESEL ADITIVADO	164.794,559	546.578,40	1.367.565,0	8,3
ETANOL	731,852	2.369,53	3.927,0	5,4
GASOLINA COMUM	1.717.928,980	6.410.601,76	17.427.540,0	10,1
QAV	74.355,000	364.091,90	0,0	0,0
ÓLEO DIESEL B S-500	9.348,027	31.024,33	81.967,0	8,8
TOTAIS	2.099.346,34	7.856.823,08	19.745.295,00	9,4

g) Plano de substituição da frota;

Considerando que a vida útil ideal para um veículo empregado na atividade policial é de 05 (cinco) anos devido ao uso extremo, pois estão em atividade 24 horas nas mais diversas condições de uso, somados a própria ação da natureza e obsolescência normal, esta Divisão elabora projetos básicos propondo novas aquisições de veículos, pois necessário se faz que a frota da PCDF seja renovada de tempos em tempos, investindo-se na aquisição de veículos modernos e de modelos atuais, que ofereçam inovações tecnológicas, primordialmente no item segurança aos seus ocupantes, resistência, robustez e custos menores tanto na manutenção quanto no consumo de combustível, fatores que proporcionam a instituição policial condições para efetivo combate e repressão aos crimes.

A recomposição da frota de veículos da PCDF representa salto qualitativo na eficiência operacional, bem assim, diminuição do custo-financeiro empregado na manutenção veicular, tendo em vista que a PCDF dispõe da Divisão de Transportes-DITRAN, que ocupa prédio público não existindo dispêndio de recursos para despesas de aluguel, onde os veículos são revisados após o período de garantia com aplicação de peças originais, através de empresas contratadas mediante licitação pública e com mão-de-obra terceirizada, fatores positivos para a economia de recursos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Já em 2009 a DITRAN apresentou um relatório sobre a “Terceirização de Frota” (cópia anexa). Neste relatório há um comparativo dos custos entre a manutenção de uma frota terceirizada e uma frota própria com manutenção própria. O comparativo já apontava que para a PCDF era mais econômico ter uma frota própria com a manutenção própria que é o caso da DITRAN. As razões pela escolha da manutenção própria estão elencadas na Conclusão do relatório em anexo, que leva em conta as peculiaridades administrativas e geográficas do Distrito Federal, que o diferencia de outros Estados, como no estudo de casos presente no relatório em tela, propiciando à PCDF em um único lugar – sua Divisão de Transporte, realizar as manutenções veiculares em suas viaturas.

Atualmente, para exemplificar vantajosamente a opção de aquisição de veículos e sua respectiva manutenção própria, realizamos um comparativo anual entre os custos com a manutenção própria da frota da PCDF e os custos com a locação de veículos.

Neste comparativo utilizamos os dados disponíveis no “**item g**” deste relatório, bem como os dados constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 010/2018 – Registro de Preços, da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), do dia 28/02/2018.

Levando-se em conta o custo médio anual por veículo temos os seguintes dados, observando-se que a composição da frota da PCDF é bastante semelhante à descrição dos veículos constantes nos lotes a serem licitados.

COMPARATIVO DO CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO (ANUAL)	VALOR R\$
CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO DA PCDF EM 2017	3.752,26
CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO 010/2018 – SSP/GO	49.492,21
DIFERENÇA APURADA POR VEÍCULO	45.739,95

Depreende-se do comparativo anterior, levando-se em conta o quantitativo de 1.424 veículos conforme o “**item g**”, as seguintes situações por ano fiscal:

- 1- Custo total com a manutenção da frota própria: R\$ 5.095.573,25
- 2- Custo total com a locação de veículos: R\$ 81.909.603,60
- 3- Diferença a ser acrescentada aos custos da PCDF: R\$ 76.814.030,35

A PCDF estaria arcando a mais com o custo anual, para uma frota automotiva locada, o valor de **R\$ 76.814.030,35**. Enquanto que com a manutenção própria da frota própria o custo anual estimado é de **R\$ 5.095.573,25**. Este custo a mais representaria **um acréscimo de 93,78%** nas despesas anuais da PCDF com a manutenção de uma frota de veículos locada. Uma quantia vultuosa que poderia ser empregada na renovação anual de parte da frota automotiva, bem como em outras áreas das atividades fins da Instituição Polícia Civil, elevando o seu nível de qualidade no atendimento à população do Distrito Federal.

Outro fato relevante que se deve levar em conta é que:

- Com a utilização de uma frota própria, ao fim do ciclo de utilização dos veículos, os mesmos são alienados e o valor apurado retorna à instituição, que poderá utilizar-se destes recursos para outros investimentos.
- Com a locação de veículos, além do custo anual médio ser exorbitante em relação ao veículo próprio, não há o retorno com a alienação do bem. Há somente o custo anual para a instituição.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente.

Instrumentos de Controle:

- **Ordem de Serviço:** gerada na Seção de Recepção quando do encaminhamento do veículo para manutenção. Consta os dados do veículo e a descrição do(s) problema(s) apresentado(s). Esta ordem de serviço acompanha o veículo durante a sua manutenção. Na seção que o veículo é apresentado, é realizada a avaliação do problema apresentado. Os serviços realizados e os materiais empregados são lançados na OS por cada seção que o veículo passa.
- **Controles individuais:** algumas seções (mecânica e elétrica) tem seus controles próprios, onde são lançados os serviços e os materiais utilizados, o tipo de revisão, etc. Estes controles são estanques, efetivados por cada chefe de seção.
- **Solicitação de peças:** havendo a necessidade de substituição de peças, a solicitação de peças é feita pela seção em que o veículo se encontra (mecânica, elétrica, borracharia, etc.) à Seção de Peças e Acessórios – SPA.
- **Solicitação de orçamento:** a SPA solicita o orçamento prévio à empresa contratada (via licitação), de acordo com a marca/modelo do veículo. Aprovado o orçamento e verificado a disponibilidade de numerário no contrato e no empenho, a SPA confirma a empresa o envio das peças solicitadas.
- **Entrega das peças:** a SPA realiza a inspeção das peças e confere os códigos e preços, dentro do estabelecido pelos contratos. As peças então são repassadas à seção solicitante, mediante recibo de entrega.
- **Sistema ASI (Soluções com Tecnologia para Gestão de Almoxarifado, Compras, Patrimônio Mobiliário e Imobiliário):** todos os materiais entregues pelos fornecedores contratados são cadastrados no Sistema ASI. O sistema em questão gera uma “Guia de Remessa de Material”, que é assinada pelos chefes de seção ao receberem para a aplicação, as peças solicitadas anteriormente.

- **Notas Fiscais:** As notas fiscais são conferidas na SPA e atestadas pelo executor contratual. Após, são encaminhadas à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF para efetivar os pagamentos devidos aos fornecedores.
- **Livro Registro da Viatura – Caderneta:** cada viatura possui sua caderneta, onde são registrados os deslocamentos diários e as revisões realizadas. Ao final da revisão geral, a Seção de Lavagem e Lubrificação, lança a próxima revisão na caderneta do veículo e no sistema SAF WEB. Então o veículo é encaminhado à Seção de Recepção juntamente com a caderneta e a OS, para liberação ao setor de lotação do veículo.
- **Sistema de Abastecimento de Frotas – SAF WEB:** gerenciamento informatizado e integrado de gestão da frota da PCDF (Contrato nº 72/2013 entre a PCDF e a empresa AUTO POSTO MILLENIUM 2000 LTDA). Permite o gerenciamento do consumo de combustíveis e dos custos com os abastecimentos da frota da PCDF, com fornecimento de insumos. O SAF WEB permite o bloqueio e o desbloqueio do veículo quando o mesmo alcança a quilometragem ou o tempo previstos para a revisão geral estipulada. O bloqueio e o desbloqueio (relativos à manutenção) do veículo no sistema são efetivados pela Seção de Recepção.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Neste item têm por finalidade informar sobre a política instituída pela PCDF para tratamento dos veículos não mais servíveis para uso nas suas atividades, abordando informações dos pontos principais da política adotada, as normas e regulamentos, números relacionados aos veículos nesta situação.

A política de destinação de veículos inservíveis/antieconômicos do patrimônio da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), ou seja, o processo de desfazimento dos veículos não mais servíveis para uso nas atividades policiais apresenta fluxo composto por inúmeras rotinas abaixo resumidas.

As alienações desses bens patrimoniais, no âmbito da PCDF, são realizadas pela Comissão Permanente de Alienação (CPA), conforme previsão na Lei Complementar 751 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2007, cuja atual designação foi realizada pela Portaria Nº. 49 – PCDF, de 08 de outubro de 2014, publicada no DODF nº 216, página 16, de 14 de outubro de 2014 e alterada pela Portaria Nº. 43 – PCDF, de 31 de agosto de 2015, publicada no DODF nº 175, página 29, de 10 de setembro de 2015 e pela Portaria Nº. 45 – PCDF, de 24 de agosto de 2017, publicada no DODF nº 168, página 19, de 31 de agosto de 2017.

Já os normativos legais que regem o referido processo são: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; Decreto 16.109 e suas alterações, de 1º de dezembro de 1994; Lei Complementar 751 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2007(em anexo); Decreto 21.981 e suas alterações, de 19 de outubro de 1932.

O processo de alienação de viaturas da PCDF se inicia com a indicação dos bens realizada pela Divisão de Transporte (DITRAN), sendo que a verificação de condição de inservibilidade ou antieconomicidade e as disposições legais dos normativos supracitados tratam-se da justificativa para a alienação.

Verificadas essas condições, a DITRAN realiza o transporte desses veículos para a Divisão de Custódia de Bens (DCB), onde esses veículos são alocados em região específica do pátio de veículos da DCB, devidamente cercada e com vigilância patrimonial.

Ainda na DCB é realizado procedimento de controle mediante a elaboração de lista de verificação e de registro fotográfico do estado do veículo, sendo referidos documentos inseridos por aquela divisão no Sistema Objetos da PCDF.

Ao atingir o quantitativo de 100 veículos indicados, meta mínima prevista nos controles de planejamento operacional adotados pela CPA para a deflagração de alienação, mediante a indicação formal realizada por memorando elaborado pela DITRAN e após autorização de alienação pelo Departamento de Administração Geral, esta Comissão inicia os procedimentos administrativos preparatórios para realização de leilão público.

A Comissão Permanente de Alienação, com vistas a imprimir maior eficiência, eficácia e efetividade em suas alienações, adota a sistemática de preparação e instrução de processos, calcadas no seguinte tripé operacional: (i) Habilitação Documental; (ii) Habilitação de Estado Veicular; (iii) Preparação de Lote Alienável.

Na primeira fase de Habilitação Documental, com vista a viabilizar a análise e identificar os veículos efetivamente habilitados para alienação, é realizada a juntada aos autos, para cada bem indicado, dos seguintes documentos: Relatório de Habilitação Documental de Bem Patrimonial Antieconômico para os fins de Alienação; Consulta veículo no Sistema Getran-DF (Base Nacional, Base Local e Relatório de dados financeiros); Nada Consta do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Relatório de Dados Gerais (Cadastro) do SisGepat, Laudo de Vistoria e outros documentos específicos do bem, se necessários.

Para os veículos os quais são identificados débitos, diversas diligências com vistas à regularização da situação legal e tributária são realizadas junto aos competentes órgãos (DETRAN, DNIT, DER, DPRF, Secretarias de Fazenda, etc.)

Na segunda fase, qual seja de Habilitação de Estado Veicular, é solicitada a realização de vistoria veicular de natureza cautelar a ser realizada por vistoriadores da PCDF ou do DETRAN/DF. A referida vistoria tem como objetivo verificar a existência de eventuais danos e avarias que comprometam sobremaneira a estrutura, de modo a eventualmente inviabilizar a recuperação por não atender às exigências de segurança veicular, impondo, assim, a necessária reclassificação do bem como sucata.

Na terceira fase, qual seja a Preparação de Lote Alienável, é realizada a descaracterização dos veículos, são retirados todos os equipamentos/aparatos policiais que eventualmente ainda estejam instalados e é realizada também a lavagem simples visando a preparação final para a alienação.

No intermédio da execução dos citados trabalhos operacionais de preparação do bem são também realizados pela CPA inúmeras outras rotinas administrativas, dentre as quais, perfunctoriamente, se destacam: (a) convocação e contratação de leiloeiro respeitando-se a ordem de precedência estabelecida em credenciamento; (b) solicitação de elaboração de laudo de avaliação econômica do bem para os fins de definição de lance inicial; (c) elaboração de edital de leilão público; (d) publicação de avisos legais e publicidade do certame; (e) exposição dos bens pelo período mínimo de quatro dias; (f) realização da hasta pública; (g) entrega dos bens e da respectiva documentação de transferência; (h) análise e homologação da prestação de contas do leiloeiro; (i) depósito dos recursos apurados no FUNPCDF.

No tocante à atual situação de veículos antieconômicos e inservíveis da PCDF, segundo informações do Sistema Objetos, existem apenas quinze veículos custodiados na DCB com a referida classificação e não ocorreu ainda a indicação formal à CPA para alienação desses bens. Nesse sentido, não estão disponíveis nesta Comissão, nesse momento, maiores informações sobre esses bens além dos registros fotográficos e listas de verificação.

A receita líquida apurada após a realização do leilão público de alienação dos bens antieconômicos e inservíveis da PCDF, consoante disposto no art. 2º, IX, da Lei Complementar 751 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2007, é depositada no Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal (FUNPCDF).

4.3 Tecnologia da Informação

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional, devendo contemplar informações que evidenciem os pontos a seguir:

- a) *Descrição sucinta do plano estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.*
- b) *Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.*
- c) *Descrição dos principais sistemas de informa da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.*
- d) *Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.*
- e) *Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidades, servidores /empregados efetivos de outras carreiras da unidades, servidores /empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.*
- f) *Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.*
- g) *Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.*
- h) *Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizados que prestam serviços de TI para a unidade.*

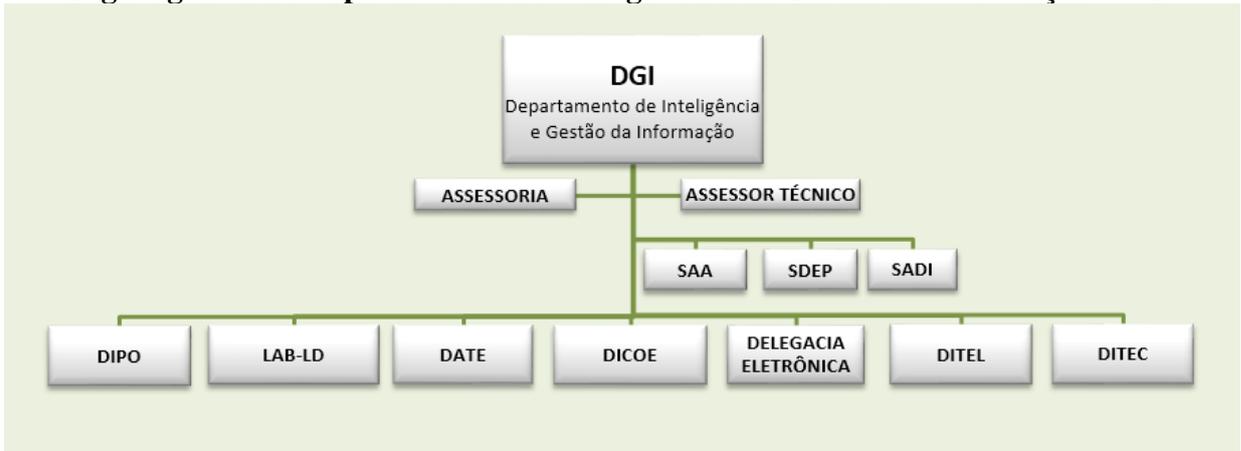
Considerações Iniciais

O Departamento de Inteligência e Gestão da Informação – DGI, órgão de coordenação técnica e operacional, diretamente subordinado à Direção-Geral da PCDF, tem dentre suas atribuições, atender, por suas unidades vinculadas, à crescente e ininterrupta demanda institucional por soluções de tecnologia da informação e comunicação, de forma ágil e eficiente.

A Divisão de Tecnologia – DITEC é a unidade subordinada ao DGI responsável por prover e administrar a Infraestrutura de TI, além de desenvolver, manter e gerir os sistemas corporativos da PCDF. Presta ainda, quando necessário, consultoria na contratação dos sistemas e equipamentos de TI adquiridos de terceiros e geridos por outros setores da PCDF, bem como o suporte necessário ao acesso destas soluções pelas demais unidades da Instituição.

A Divisão de Telecomunicações – DITEL é a unidade subordinada ao DGI responsável por prover e administrar todas as atividades de telecomunicações e radiocomunicações da PCDF, prestando suporte técnico e manutenção a toda infraestrutura, sistemas e equipamentos necessários à comunicação institucional.

Organograma do Departamento de Inteligência e de Gestão da Informação – DGI



DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DIPO Divisão de Inteligência Policial

LAB-LD Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

DATE Divisão de Análise Técnica e Estatística

DICOE Divisão de Controle de Denúncias

DE Delegacia Eletrônica

DITEC Divisão de Tecnologia

DITEL Divisão de Telecomunicações

Para responder ao presente questionamento, as questões de matéria estratégica de TIC ficaram a cargo do DGI, enquanto os aspectos técnicos ficaram sob a responsabilidade das unidades vinculadas, em especial a DITEC.

Assim, no que se refere aos itens (a), (b) e (g) que tratam respectivamente: (a) do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), (b) das atividades do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e (g) da descrição dos projetos de TI, o Serviço de Desenvolvimento e Execução de Projetos – SDEP, que faz parte do Gabinete do DGI, diretamente subordinado a este, ficou responsável por consolidar as informações de caráter estratégico.

Das informações sobre as perspectivas de Gestão Estratégica de TIC

- Descrição sucinta do plano estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.*
- Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.*

A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para exercer suas funções de polícia judiciária e de órgão promovedor da cidadania, conforme definido no Mapa Estratégico Corporativo – 2014 a 2020, necessita de ferramentas, pessoas e tecnologias adequadas para suportar suas necessidades e desempenhar suas atribuições.

Com esse escopo, a PCDF vem ao longo dos anos desenvolvendo sistemas e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – para disponibilização cada vez mais eficiente de informações aos seus usuários internos, aos Órgãos parceiros no âmbito Distrital e Federal, bem como para ofertar um serviço de qualidade ao cidadão.

Para promover o necessário alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, atendendo aos objetivos e à missão Institucional, a PCDF criou o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal – CGTIC/PCDF por meio da Portaria nº. 58, de 09 de novembro de 2016, publicada em

21/11/2016, com a finalidade de deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação.

A criação do CGTIC/PCDF seguiu os ditames legais estabelecidos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, previstos no Decreto nº 37.667, de 29 de setembro de 2016, além daqueles estabelecidos pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal, previsto pelo Decreto nº 37.354, de 20 de maio de 2016 e pela Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI, instituída pelo Decreto nº 37.574, de 26 de agosto de 2016.

A principal ação do CGTIC/PCDF em 2017 foi a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal – PDTIC/PCDF, com validade para o triênio de 2017-2019, que pode ser visualizado no endereço eletrônico <https://www.pcdf.df.gov.br/images/documentos/PDTIPCDF.pdf>

O PDTIC 2017/2019 na PCDF representa um instrumento indispensável para o acompanhamento e a gestão dos recursos de TIC, estabelecendo as ações e as metas das áreas de negócio antes da execução dos gastos relacionados e foi elaborado buscando alinhamento dos investimentos de TIC com o Mapa Estratégico Corporativo – 2014 a 2020 da PCDF, tendo como principal referencial o Programa AVANÇAR de Educação Executiva para Gestão Estratégica da PCDF, que serve de lastro aos planos que a ele se subordinem.

O PDTIC/PCDF tem ainda como objetivo o alinhamento estratégico entre a área de TIC e as áreas finalísticas da Instituição, orientando a aplicação de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação na PCDF de forma a atender às demandas pela alta qualidade dos serviços prestados à sociedade com economia, confiabilidade, flexibilidade, agilidade e racionalização dos recursos disponíveis.

O acompanhamento dos resultados do PDTIC/PCDF está sendo realizado por meio da Secretaria Executiva do CGTIC/PCDF, coordenada pelo Diretor do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação – DGI, estrutura que abriga as divisões de TIC da PCDF.

Dentre outras atividades, o DGI tem por atribuição atender de forma ágil e eficiente à crescente e ininterrupta demanda por soluções inteligentes e atualizadas de TIC, voltadas à atividade de investigação, aos serviços essenciais ao cidadão e à gestão institucional.

Dessa forma, referindo-se pontualmente aos questionamentos enviados, quanto à descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional (**item a**), este, uma vez aprovado pelo CGTIC na reunião de 03/06/2017, encontra-se em fase de execução, sendo apresentado no gráfico a seguir o **status atual referente às 30 ações inicialmente previstas no PDTIC/PCDF para o ano de 2017.**

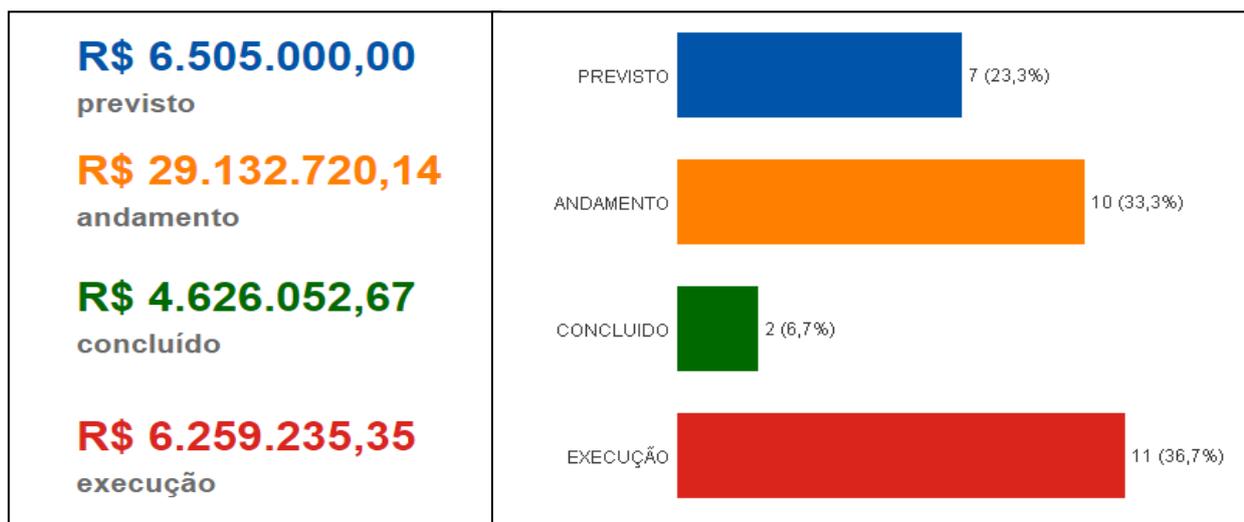


Figura 12 - Recursos orçamentários previstos para TI

Registre-se que foi prevista a possibilidade de revisão do PDTIC/PCDF sempre que houver atualização de diretrizes e/ou planos, ou, ainda, a consolidação da proposta orçamentária de TIC para o exercício seguinte. Cabe ainda, à equipe de elaboração do PDTIC a sua revisão e ao CGTIC a aprovação das alterações ou adaptações necessárias.

A seguir é apresentado o quadro com a consolidação do inventário de necessidades apresentadas no PDTIC/PCDF, divididas em 5 áreas (infraestrutura,

Desenvolvimento e sustentação de sistemas, capacitação e mão de obra), e seu alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais definidos no Mapa Estratégico Corporativo 2014 a 2020 da PCDF:

Quadro 18 – Mapa estratégico corporativo 2014 a 2020

Id	Tipo da Necessidade	Descrição da Necessidade	Fonte
N1	Infraestrutura	Garantir a continuidade do negócio	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 , OETIC2, 3, 5 e 14.
N2	Infraestrutura	Ampliação e modernização de armazenamento de dados/informações	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 , OETIC3, 5 e 14.
N3	Infraestrutura	Modernização, atualização, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8, 9 e 11 , OETIC3, 5 e 14.
N4	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Aquisição, manutenção e sustentação da solução de biometria digital e emissão de documentos de identificação	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIS1 e 2, OEIC2 e 5, OEIP2, 4, 5, 8, 9 10 e 11, OEIA9 , OETIC1, 2, 3, 4 e 7.
N5	Infraestrutura	Modernização, atualização, manutenção e padronização de Sistemas de Telecomunicações	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 , OETIC2, 5, 7, 8 e 9.

Id	Tipo da Necessidade	Descrição da Necessidade	Fonte
N6	Mão de Obra	Manutenção e atualização dos sistemas corporativos da PCDF e da infraestrutura de TIC, utilizando terceirização de serviços e consultoria especializada	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 , OETIC3, 5, 9 e 14.
N7	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Ampliação, manutenção e sustentação da solução de prestação de serviço de interceptação e monitoramento telefônicos	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8, 10 e 11 , OETIC1, 2, 6 e 13.
N8	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos sistemas utilizados na PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP2, 9 e 11 e OETIC1, 2, 4, 5, 6 e 11.
N9	Infraestrutura	Modernização, ampliação, atualização, adequação e padronização do serviço de Rede de Longa Distância WAN, de Rede Local - LAN e Rede Local sem fio (Wireless) - WLAN	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 e 11 , OETIC2, 9 e 14.
N10	Capacitação	Otimização da gestão dos contratos, executores e convênios no âmbito da PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIA1, 6 e 7 , OETIC 8, 15 e 17.
N11	Capacitação	Promoção de forma efetiva da Capacitação em TIC no âmbito da PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIA2, 3, 4 e 5 , OETIC15 e 16.
N12	Infraestrutura	Aprimoramento da gestão da política de segurança da informação	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8, 9 e 11 , OETIC7 e 10.
N13	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Ampliação, manutenção e sustentação de soluções relacionadas a processos de investigação e de gestão da informação institucional	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP1 , 2, 5 e 11, OETIC5 e 12.
N14	Capacitação	Gestão dos projetos de TIC no âmbito da PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIA1, 6 e 7 , OETIC4, 5, 8 e 15.
N15	Capacitação	Gestão dos processos de TIC no âmbito da PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIA1, 6 e 7 , OETIC5, 8 e 15.
N16	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Aprimoramento da gestão patrimonial na PCDF	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP10, OEIA9 , OETIC5, 12, 15 e 17.
N17	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	Celebração de convênios e acordos de cooperação com outras entidades públicas	Levantamento de Necessidades de TIC, PPA, Princípios e Diretrizes, SWOT, OEIP8 e 10 , OETIC2, 11, 12 e 14.

Conforme demonstrado na coluna FONTE do quadro acima com a consolidação do inventário de necessidades, o planejamento das ações para atender às necessidades de TIC buscou o alinhamento com os objetivos estratégicos definidos pela PCDF. Sendo que a efetiva execução dos projetos de TIC é fator fundamental para que as áreas finalísticas atinjam os objetivos estratégicos institucionais, abaixo definidos:

Quadro 19 - Objetivos estratégicos institucionais

Id	Objetivos Estratégicos Institucionais
OEIS1	Impactar Positivamente na Redução dos Índices de Criminalidade no DF
OEIS2	Elucidar Infrações Penais com Efetividade
OEIS3	Cumprir com Celeridade as Ordens Judiciais
OEIC1	Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF
OEIC2	Fortalecer a Credibilidade e a Imagem Institucional
OEIC3	Fortalecer a Comunicação Organizacional
OEIC4	Aproximar Polícia e Comunidade
OEIC5	Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento
OEIP1	Otimizar a Investigação Policial
OEIP2	Otimizar a Atividade de Polícia Judiciária
OEIP3	Trabalhar de Forma Integrada
OEIP4	Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais
OEIP5	Desenvolver Técnicas Modernas de Investigação e de Polícia Judiciária
OEIP6	Otimizar o Atendimento ao Público
OEIP7	Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento
OEIP8	Adequar e Padronizar a Infraestrutura
OEIP9	Virtualizar os Procedimentos Policiais
OEIP10	Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações
OEIP11	Garantir a Modernização Institucional
OEIP12	Implementar os Projetos Estratégicos com Efetividade
OEIP13	Otimizar Processos Administrativos e Operacionais
OEIP14	Promover Assertividade Orçamentária e Financeira
OEIP15	Garantir Recursos Orçamentários e Financeiros
OEIA1	Desenvolver Uma Organização Orientada à Estratégia
OEIA2	Desenvolver Cultura de Valorização do Servidor e de Meritocracia
OEIA3	Promover um Clima de Comprometimento e Motivação
OEIA4	Desenvolver um Time de Alta Performance
OEIA5	Atrair, Selecionar e Reter Talentos
OEIA6	Fortalecer Competências Essenciais ao Negócio
OEIA7	Gerir o Conhecimento
OEIA8	Fortalecer Competências Gerenciais
OEIA9	Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes

No que se refere à descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas (**item b**), passa-se a esclarecer:

O CGTIC/PCDF possui natureza consultiva e deliberativa, tendo como finalidade deliberar sobre políticas, estratégias, diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, de maneira a promover o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, atendendo aos objetivos e à missão institucional.

Nos termos do Artigo 2º, da Portaria nº 58, de 09 de novembro de 2016, o CGTIC possui a seguinte composição:

Art. 2º O CGTIC/PCDF será composto pelos seguintes membros:

- I - Diretor-Geral;
- II - Diretor-Geral Adjunto;
- III - Corregedor-Geral;

- IV - Diretor do Departamento de Gestão da Informação;
- V - Diretor do Departamento de Administração Geral;
- VI - Diretor do Departamento de Polícia Técnica;
- VII - Diretor do Departamento de Polícia Especializada;
- VIII – Diretor do Departamento de Polícia Circunscripcional;
- IX – Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas;
- X - Diretor do Departamento de Atividades Especiais;
- XI – Diretor da Academia de Polícia;
- XII – Chefe da Assessoria da Direção Geral;
- XIII - Assessor de Gestão Estratégica.

§1º A Presidência do comitê será exercida pelo Diretor-Geral da PCDF e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, por outro Diretor indicado pelo Presidente.

§2º O Departamento de Gestão da Informação - DGI da PCDF proverá o apoio técnico necessário para o funcionamento do CGTIC/PCDF, exercendo a função de Secretaria Executiva.

§3º Os diretores da DITEC/DGI e da DITEL/DGI participarão das reuniões do CGTIC/PCDF, na condição de representantes técnicos da área de TIC, para subsidiar as deliberações do colegiado.

Até o momento foram realizadas 08 (oito) reuniões do CGTIC/PCDF, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 20 – Reunião do CGTIC/PCDF

DATA DA REUNIÃO	DECISÕES TOMADAS
12/12/2016	Deliberação e aprovação do regimento interno do Comitê, da equipe de elaboração do PDTIC/PCDF para o período de 2017 a 2019, da contratação de empresa especializada para ampliação e atualização tecnológica da infraestrutura de armazenamento de dados da PCDF e do projeto de contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de solução de conectividade do tipo switch.
30/01/2017	Deliberação e aprovação do Plano de Trabalho do PDTIC/PCDF para o triênio 2017 a 2019, do projeto de atualização das licenças e consultoria da solução I2, do projeto de aquisição de repetidoras para manutenção do atual sistema de rádio da PCDF e da modernização do atual sistema de rádio.
03/06/2017	Deliberação e aprovação do Processo nº. 052.002.027/2016, referente à aquisição de Fitas LTO6 e Drive LTO5, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC/PCDF de 2017 a 2019 e da Modernização do Sistema de Rádio e Comunicação da PCDF.
17/07/2017	Deliberação e aprovação da criação do Grupo de Trabalho para elaboração da Solução de Identificação Biométrica para o Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal.
24/07/2017	Deliberação e aprovação da redação da Ordem de Serviço para criação do Grupo de Trabalho para elaboração do planejamento da contratação da Solução de Identificação Biométrica da Polícia Civil do Distrito Federal, designando equipe técnica e respectivo Coordenador e da Ordem de Serviço para criação de Grupo de Trabalho que atuará na mudança da gestão da solução de biometria digital, a ser contratada pela PCDF, para a DITEC/DGI.
31/07/2017	Deliberação e aprovação do texto final da Ordem de Serviço para criação do Grupo de Trabalho para elaboração do planejamento da contratação da Solução de Identificação Biométrica da Polícia Civil do Distrito Federal, designando equipe técnica e respectivo Coordenador e da Ordem de Serviço para criação de Grupo de Trabalho que atuará na mudança da gestão da solução de biometria digital, a ser contratada pela PCDF, para a DITEC/DGI.

DATA DA REUNIÃO	DECISÕES TOMADAS
11/09/2017	Deliberação e aprovação da distribuição dos 1000 computadores realizada pela DITEC/DGI, do aditivo de 25% a esta contratação que representou aquisição de mais 250 computadores e da migração da prestadora de telefonia celular da PCDF.
09/10/2017	Deliberação e aprovação do Plano de distribuição, utilização e normatização do serviço de telefonia móvel corporativo, da Portaria nº 14 de 10/03/2014, do Projeto de Manutenção Emergencial da Solução Avaya IPO500 e das demandas do DPT não previstas no PDTIC/2017 a 2019.

Por todo exposto, buscou-se apresentar um panorama de como foi instituído o CGTIC/PCDF, das principais decisões tomadas por este Comitê e do acompanhamento das ações previstas no PDTIC/PCDF, com o envolvimento tanto da área técnica como da área finalística da PCDF, demonstrando o crescimento e o amadurecimento dos processos de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de TIC da PCDF.

- c) *Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.*

Quadro 21 - Principais sistemas corporativos da PCDF em produção

Seq.	Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Resp. Técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
1	HORUS.NET	Gestão de Pessoas	Cadastro de dados /fotos de identificados criminalmente	DITEC	Investigativa	Alta	Ativo	Ativo
2	CARTORIO.NET	Sistema de Procedimentos Cartorários	Criação de IP/TC/oitivas policiais	DITEC	Investigativa Cartorária	Alta	Ativo	Ativo
3	OCORRÊNCIAS	Sistema de Ocorrências Policiais	Registro/impressão/pesquisas de ocorrências	DITEC	Investigativa Perícia Estatísticas	Alta	Ativo	Ativo
4	PROCED	Sistema de Procedimentos Policiais	Controle de IPs/TC/mandados de prisão/alvará de soltura, controle de fiança	DITEC	Investigativa Apuração criminal Administrativa	Alta	Ativo	Ativo
5	SCONDE	Sistema de Controle e Gerenciamento de Denúncias	Cadastro/acompanhamento de denúncias	DITEC	Investigativa	Alta	Ativo	Ativo
6	PROTOCOLO	Sistema de Controle e Gerenciamento de Documentos.	Geração/tramitação de documentos dentro da PCDF	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
7	Light Base DICOE	Informações Preliminares sobre Veículos Furtados/Roubados	Dados de veículos furtados/roubados	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
8	Light Base CGP e CPD	Controle de Procedimentos Disciplinares	Cadastro/oitiva de procedimentos	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
9	Light Base CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial	Registro de apuração de tomada de contas	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
10	Light Base CGP	Sistema de Controle de Convocação Jurídica	Registra servidores convocados para justiça	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo

Seq.	Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Resp. Técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
11	Light Base DITRAN	Sistema de Controle de Viaturas	Registro manutenções veículos	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
12	Light Base DRFV	Sistema de Controle de Veículos	Controle veículos pátio	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
13	Light Base PPHBDF	Sistema de Ocorrências do Posto Policial do Hospital de Base.	Registra casos mais graves	DITEC	Administrativa	Baixa	Ativo	Ativo
14	LEGIS	Sistema de armazenamento e consulta de legislações	Consulta portarias, instruções normativas, boletins, e demais documentos de interesse da PCDF	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
15	DCRFVWEB	Baixa de solicitação de veículos	Agiliza a baixa de veículos com restrição no DETRAN (via operador PCDF) em minutos.	DITEC	Administrativa	Alta	Ativo	Ativo
16	PORTAL	Sistema de Controle de Portarias da PCDF	Registro de entrada de visitantes	DITEC	Administrativa	Média	Ativo	Ativo
17	SIIC	Sistema de Identificação Civil	Consulta pessoas identificadas no DF.	DITEC	Investigativa	Alta	Ativo	Ativo
18	Delegacia Eletrônica	Sistema de Ocorrências Policiais via Internet (Delegacia Eletrônica)	Permite registro e recebimento de ocorrência pela internet	DITEC	Investigativa/Estatística/Sociedade	Alta	Ativo	Ativo
19	Certidão de Antecedentes Criminais	Emite Certidão de Antecedentes Criminais	Permite solicitação e certidão sendo encaminhado e-mail solicitante.	DITEC	Investigativa/Sociedade	Alta	Ativo	Ativo
20	Agenda	Sistema para agendamento de serviços prestados pela PCDF	Agenda atendimentos para os serviços prestados pela PCDF (implementado apenas Instituto de identificação.	DITEC	Sociedade	Alta	Ativo	Ativo
21	PCSAÚDE	Sistema de controle de solicitação do auxílio saúde	Permite que o servidor tenha facilidade na solicitação do seu auxílio	DITEC	Público interno da PCDF	Média	Ativo	Ativo
22	Cosmos	Sistema interno da DITEC para gerenciamento de	Permitir gerenciamento de quais	DITEC	Administrativa interna da	Baixa	Ativo	Ativo

Seq.	Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Resp. Técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
		aplicações/servidores	sistemas estão em quais servidores.		DITEC			
23	Intranet	Página de acesso às informações e sistemas corporativos.	Comunicação dos assuntos internos da PCDF.	SADS	Informativo/toda PCDF	Alta	Ativo	Ativo
24	Procurados	Disponibilização na internet de pessoas procuradas pela polícia	Gerenciador das fotos de procurados que são publicadas na internet.	DITEC	Investigativa	Alta	Ativo	Ativo
25	ALTIRIS	Sistema de controle de chamados (Plantão – SSTM)	Gerenciador de ticket de serviço para DITEC.	DITEC	Administrativa	Alta	Ativo	Ativo
26	SISDAME	Sistema de controle de armas (DAME)	Gerenciador de armas da PCDF	Montreal/DRM	Administrativa	Alta	Ativo	Ativo
27	TCNET	Sistema de Termo Circunstanciado Eletrônico	Gerar Termos Circunstanciados no âmbito da PCDF	DITEC	Apuração Criminal	Alta	Ativo	Ativo
28	PCDFNET (SIOPNET)	Sistema de consultas integradas e registro de ocorrências policiais no local do fato.	Consultas integradas de Antecedentes Criminais, Ocorrências Policiais, Identificação Civil e DETRAN (Veículos e Condutores). Registro de ocorrências policiais no local do fato, capturando o endereço correto através das coordenadas, bem como solicitação de perícia.	DITEC	Investigativa	Alta	Ativo	Ativo
29	SGA	Sistema de Gestão Administrativa	Controle de Pessoal, incluindo Emissão de Folhas de Ponto, Escala de Serviço Plano de chamada, Cadastro, Remoção, afastamentos, transferência e Lotação de servidores, entre outras.	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	Ativo

Quadro 22 - Sistemas de mobilidade e serviços Web

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
1	Atlas	Análise criminal investigativa Investigação policial Planejamento Tático Operacional	Localização e Cadastro georreferenciado de pontos, polígonos e azimutes, relatórios diversos, mapas criminais, cadastro de operações com informações geoprocessadas.	DITEC	Áreas que trabalham com investigações na PCDF, e que necessitem realizar estatísticas descritivas e planejamento tático e operacional.	Média	Ativo	Ativo Passou por manutenções evolutivas
2	Atlas M (Módulo WEB, Módulo Desktop(Servidor), Módulo Dispositivos Móveis (Android))	Sistema integrado de monitoramento e gestão de dispositivos móveis (GPS e Smartphones)	Monitoramento de dispositivos móveis, Relatórios diversos sobre o monitoramento, cadastro e gestão de rastreadores e Gestão de posicionamento.	DITEC	Áreas que trabalham com investigações na PCDF e que necessitem realizar monitoramento pessoal e de veículos	Alta	Ativo	Ativo. Passou por manutenções evolutivas.
3	PCDF Móvel	Sistema de consultas integradas para dispositivos móveis	Pesquisa aos sistemas corporativos internos (Ocorrências, Proced, SIIC, Hórus) e externo (DETRAN)	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo
4	SisEstPro	Sistema de Controle de Estágio Probatório	Gestão dos Estágios Probatórios de todos os servidores da PCDF	DITEC	DGP	Alta	Ativo	Ativo
5	Pró Vítima	Sistema de Intercâmbio de Dados e Informações da PCDF/Pró-Vítima - SIDI/PRÓ-VÍTIMA	Pesquisas diversas ao sistema de ocorrências, visando atender demanda da SECJUS	DITEC	Secretaria de Justiça - SECJUS	Média	Ativo	Ativo. Passou por manutenções evolutivas.

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
6	Serviço Web - TCNet	Serviços Web que atende o sistema TCNet	Pacote com diversos serviços web visando atender às demandas do sistema TCNet	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo
7	Serviço Web - Agenda	Serviços Web que atende o sistema Agenda	Pacote com diversos serviços web visando atender às demandas do sistema Agenda	DITEC	II e IC	Média	Ativo	Ativo
8	Serviço Web - SIOPNET	Serviços Web que atende o sistema SIOPNET	Pacote com diversos serviços web visando atender às demandas do SIOPNET	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo
9	Serviço Web - SECOM	Serviços Web que atende ao sistema de Consulta Presos DCCP/DEPATE	Pacote com diversos serviços web visando atender às demandas do sistema de Consulta Presos DCCP/DEPATE (CADEIRA)	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo
10	Serviço SSP-DF	Serviços Web que atende à SSP-DF	Serviço Web com informações diversas visando atender à SSP-DF	DITEC	SSP-DF	Média	Ativo	Ativo
11	Sistema de Autenticação (SIAPEN)	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema SIAPEN - SESIPE	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema SIAPEN - SESIPE	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo
12	Sistema de Autenticação do sistema DigIC - Laudos do Instituto de Criminalística	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema DigIC - Laudos do Instituto de Criminalística	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema DigIC - Laudos do Instituto de Criminalística	DITEC	IC - Instituto de Criminalística	Média	Ativo	Ativo
13	Sistema de Autenticação do sistema SAPP - Agendamento de Perícias em Pátios do I.C.	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema SAPP - Agendamento de Perícias em Pátios do I.C.	Sistema de autenticação e autorização para acesso ao sistema SAPP - Agendamento de Perícias em Pátios do I.C.	DITEC	IC - Instituto de Criminalística	Média	Ativo	Ativo
14	Geoprocessamento e criação de arquivos geoprocessados	Criação e conversão de arquivos shapes para KML, criação de arquivos	Criação e conversão de arquivos shapes para KML, criação de arquivos geoespaciais,	DITEC	PCDF	Média	Ativo	Ativo passou por manutenção

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
		geoespaciais,						es evolutivas.
		Associação de endereços às coordenadas geográficas,	Associação de endereços a coordenadas geográficas,					
		Pesquisas espaciais sobre áreas circunscricionais das DPs para PCDF.	Pesquisas espaciais sobre áreas circunscricionais das DPs para PCDF.					
15	App Atalaia	Sistema desenvolvido para dispositivos móveis com a finalidade de proteger mulheres que estejam sob medidas protetivas de violência doméstica	Geolocalização; Botão de Pânico; Cadastro de Contatos.	DITEC	PCDF/Sociedade de DF	Média	Não está em produção	Não está em produção
16	App PCDF Móvel (Android, IOS e Windows Phone)	Aplicativo destinado a dispositivos móveis que permita a consulta aos sistemas legados da PCDF.	Consulta aos sistemas (PROCED, Ocorrências, Identificação Civil e Criminal, DETRAN)	DITEC	PCDF	Média	Não está em produção	Não está em produção
17	App PCDF-Cidadão (Android, IOS e Windows Phone)	Aplicativo destinado a dispositivos móveis que permita a aos cidadãos obter serviços diversos da PCDF por meio do seu Smartphone.	Registro de Ocorrências – Delegacia Eletrônica; Geolocalização de unidades policiais; Denúncias anônimas – 197; Serviço de verificação de unidade policial mais próxima.	DITEC	PCDF/Sociedade de -DF	Média	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
18	Geodenúncia -	Sistema de apoio a	Geolocalização de ligações telefônicas	DITEC	PCDF/DGI	Média		Ativo

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
	Broker - 197	investigação - DGI, DICOE, DIPO.						
19	Atlas SGR - Sistema de Monitoramento e Gestão de Rotas	Sistema de gestão de rotas, destinado ao controle, monitoramento de viaturas do IC e IML.	Monitoramento de viaturas via GPS Geolocalização de ocorrências Gestão de Rotas Cadastro diversos relacionados a viaturas e rastreadores. Serviços de verificação de melhor caminho, otimização de rotas, pontos e locais de perícia.	DITEC	PCDF/IML/Instituto de Criminalística	Média		Em desenvolvimento
20	Sistema de Intercâmbio de Dados e Informações da PCDF/SEDESTMIDH - SIDI/SEDESTMIDH	Sistema de Intercâmbio de Dados e Informações da PCDF/SEDESTMIDH - SIDI/SEDESTMIDH	Pesquisas diversas ao sistema de ocorrências, visando atender demanda da SIDI/SEDESTMIDH	DITEC	Secretaria SIDI/SEDESTMIDH	Média		Ativo

Quadro 23 - Sistemas de Infraestrutura de redes e comunicação de dados

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
02	Microsoft Exchange Server	Correio Eletrônico e Colaboração	Correio Eletrônico; Agenda; Tarefas	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
03	Microsoft Hyper-V	Virtualização	Criação e administração de servidores virtuais.	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
04	Microsoft Service Manager	Service-desk	Abertura e fechamento de chamados; Registro de atividades executadas; Registro de incidentes; Registro de mudanças; Relatórios de faturamento e de desempenho.	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	01
05	Veritas Netbackup	Backup e Restore de informações	Backup e restore de File system; Backup e restore de máquinas virtuais; Backup e restore de bancos de dados.	DITEC	Infraestrutura de TI	Alta	Ativo	Ativo
06	VMware 6	Virtualização	Criação e administração de servidores virtuais.	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
07	TeamPass – Open Source	Gestão de senhas corporativas	- Criação de pastas virtuais para organização das credenciais; - Criação de regras de acesso; - Logs diversos de acesso às credenciais;	DITEC	Infraestrutura de TI	Média	Ativo	Ativo
08	Zabbix	Solução de Monitoramento da estrutura de TI	Verificação de status dos links, máquinas virtuais, storage, switches, etc.	DITEC	Infraestrutura	Alta	Ativo	Ativo
09	Infoseg	Informações integradas	Reúne informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização	DITEC	Toda a PCDF	Baixa	Ativo	Gestão migrou da DITEC para o DGI
10	Getran	Dados do Detran	Fornecimento de informações sobre	DITEC	Toda a PCDF	Baixa	Ativo	Gestão

Seq.	Nome do sistema	Objetivos	Funcionalidades.	Resp. técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
			condutores e veículos de todo o Brasil					migrou da DITEC para o DGI
11	EPICenter	Monitoramento e Gestão	Monitoramento/ gerenciamento de Switches Extreme Networks	DITEC	Infraestrutura	Media	Ativo	Ativo
12	AlvariCRAFT	Gerenciamento de Rádios Alvarion	Gerenciamento e configurações de rádios WiMax em redes multiponto.	DITEC	Infraestrutura	Media	Ativo	Ativo
13	AirControl	Gerenciamento de Rádios Ubiquiti	Gerenciamento e configurações de rádios WiMax em redes ponto a ponto.	DITEC	Infraestrutura	Media	Ativo	Ativo
14	Kaspersky Security Center	Gerenciamento de computadores e antivírus	Gerenciamento do status do antivírus, instalação e remoção de software de terceiros, informações aprofundadas sobre as máquinas, aplicação de políticas sobre aplicativos e sites.	DITEC	Infraestrutura	Alta	Inexistente	Ativo em 19/06/2017
15	MailCleaner	Filtro de correio eletrônico	Serviços de anti spam, antivírus de e-mail, blacklists, reputação e mensageria.	DITEC	Infraestrutura	Média	Inexistente	Ativo em 12/12/2017
16	Metaframe	Portal de acesso a rede PCDF via Internet	Autenticação e disponibilização de aplicações internas na Internet para usuário credenciados	DITEC	PCDF	Alta	ativo	ativo
17	Firewall	Segurança perimetral, controles de acesso e roteamento de sub redes e redes.	Bloqueios e liberações de acesso por meio de proteção de portas, protocolos de comunicação e controle de aplicação. Monitoramento do acesso por meio de logs.	DITEC	PCDF	Alta	Ativo	Ativo

Quadro 24 - Soluções de Inteligência Policial/Estatística

Seq.	Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Resp. Técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
1	QlickView	Monitoramento e Gestão	Implantação de painéis gerenciais responsáveis pela consolidação de informações investigativas e administrativas institucionais.	DGI	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
2	I2	Aprimoramento da análise de inteligência policial.	Permitir a análise de vínculo em um ambiente integrado e altamente especializado para tomada de decisões pela PCDF.	DIPO	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
3	Guardião	Interceptações telefônicas e telemáticas.	Possibilitar o cumprimento de determinações judiciais de quebra de sigilo telefônico e telemático.	DIPO	PCDF	Alta	Ativo	Ativo

Quadro 25 - Soluções de Telecomunicações

Seq.	Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Resp. Técnico	Área atendida	Criticidade	Status 12/2016	Status 12/2017
1	VOIP	Disponibilidade de Soluções de Telecomunicações	Provimento da rede interna de telefonia entre as Unidades e centralização da telefonia externa.	DITEL	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
2	Rádio	Disponibilidade de Soluções de Telecomunicações	Comunicação e coordenação, em tempo real, entre as equipes e as Unidades da PCDF.	DITEL	PCDF	Alta	Ativo	Ativo
3	AVAIYA	Disponibilidade dos serviços de utilidade pública disponibilizados pela PCDF através do canal 197	Possibilitar a prestação dos serviços de Denúncias, Delegacia Eletrônica, Ouvidora e outros serviços ofertados pelo 197 da PCDF	DICOE	PCDF	Alta	Ativo	Ativo

d) *Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.*

No quadro a seguir são listadas as ações de capacitação e metas relacionadas ao PDTIC 2017-2019.

Quadro 26 – Capacitação de pessoal em TI

ID	Descrição da Necessidade	Meta	Ações
N10	Otimização da gestão dos contratos, executores e convênios no âmbito da PCDF	Adequar ou Implementar recursos que auxiliam a Gestão de Contratos e Convênios	1. Aquisição de software especializado e contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação e treinamento em Gestão de Contratos.
N11	Promoção de forma efetiva da Capacitação em TIC no âmbito da PCDF	Aumentar o número de Servidores capacitados para atuarem nas diversas áreas de TIC visando o aprimoramento dos serviços prestados de acordo com as competências a serem desenvolvidas	1. Contratação de empresa para treinamento em Banco de Dados SQL Server e Oracle; 2. Contratação de empresas para promoção de programas para nivelamento de conhecimento entre as equipes técnicas da DITEC; 3. Contratação de Cursos na área de Geotecnologia aplicada à Análise Urbana; 4. Contratação de Instituições de Ensino Superior, visando a capacitação profissional a nível de especialização, mestrado e doutorado; 5. Contratação de empresa para treinamento em modelagem de DW/BI e utilização de softwares Data Mining.
N14	Gestão dos projetos de TIC no âmbito da PCDF	Implementar recursos que auxiliam o acompanhamento dos projetos de TIC	1. Aquisição de software e contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação e treinamento em Gestão de Projetos.
N15	Gestão dos processos de TIC no âmbito da PCDF	Adequar ou Implementar recursos que auxiliam o acompanhamento dos processos de TIC	1. Aquisição de software especializado e contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação e treinamento em gestão de processos de TIC.

A seguir são apresentadas o status das capacitações em TIC realizadas em 2017.

Quadro 27 – Status das capacitações em TIC

Ação	Responsável	Status em 31/12/ 2017
Capacitação dos chefes de seções nos fundamentos de gestão de negócios/estratégica e auditoria em TIC	DITEC/ DITEL/DGI/DGPC/CGP	Iniciado cursos aos chefes via EAD/ENAP. Ordem de serviço determinando inscrições dos chefes. 40 % dos chefes de seção apresentaram certificados comprobatórios. Os demais estão em processo ou não conseguiram vagas em 2017.
Capacitação dos gestores de contratos em torno de melhores práticas de gestão de fornecedores	DITEC/ DGI/DGPC/ CGP / DPC / DPT / DPE/ CGTIC	Participação de alguns servidores em palestras sobre gestão e execução de contratos. Aguardando oportunidade de novos cursos na ENAP ou palestras para aprimoramento contínuo.
Capacitação da equipe em processos e gestão de TIC.	DITEC/ DGI/DGPC/ CGP / DPC / DPT / DPE/ CGTIC	Em andamento com membros da SSTM/SRDT
Capacitação dos gestores de contratos em torno de melhores práticas de gestão financeira de TIC	DITEC/ DGI/DGPC/ CGP / DPC / DPT / DPE/ CGTIC	Dois chefes de seção (SRDT e SSTM) participaram de cursos presenciais e EAD sobre o tema. Aguardando capacitação e nivelamento de conhecimento para proposição de metodologia padrão para gestão e execução de contratos.
Capacitação no Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação	DGI	Participação de servidores do DGI em capacitação ministrada pelo TCDF.
Curso switch Huawei	DITEC/SRDT	Participação de servidores da DITEC.

e) *Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.*

O atual quadro de profissionais de TIC na PCDF¹ se mostra insuficiente quantitativamente para o desempenho das atividades propostas. Estes profissionais são responsáveis pela gestão e suporte às áreas de Infraestrutura, Telecomunicações, Redes, Sistemas Corporativos e outros projetos da Instituição.

Sabendo que as funções gerenciais e as atividades estratégicas da área de TIC devem ser executadas, preferencialmente, por servidores efetivos do quadro permanente, a tabela abaixo, cujos dados foram extraídos do Sistema de Gestão Administrativa – SGA em fev./2018, mostra o quantitativo de servidores e de terceirizados do quadro atual, para execução das atividades de TIC da Instituição.

¹ *Registre-se que existem outros setores da PCDF responsáveis pela gestão de sistemas que atendem as demais unidades da Instituição, cabendo à DITEC a consultoria e o suporte de infraestrutura necessários ao funcionamento integrado destes aos Sistemas Corporativos.*

Quadro 28 – Quantitativo de pessoal de TIC

Unidade Policial	Quantitativo de Pessoal de TIC		
	Servidores Efetivos	Terceirizados	Total de Pessoal
Gabinete DGI	04	02	06
DITEC	40	28	68
DITEL	11	05	16
Total	55	35	90

Há de se observar que não há no quadro funcional da PCDF servidores com cargos específicos da carreira de TI.

A defasagem do quantitativo de profissionais de TIC na PCDF constitui-se num cenário que certamente reflete a situação da Instituição como um todo. Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve haver uma relação entre a demanda estratégica prevista no PDTIC delineada pelo CGTIC e o número de profissionais de TIC disponíveis para a consecução das metas estabelecidas, já que a instituição se movimenta, cresce, produz e entrega serviços à sociedade quase sempre materializados e registrados nos sistemas corporativos.

Quadro 29 – Distribuição de profissionais de TIC

DISTRIBUIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TIC POR AREA DE ATIVIDADE				
Área de atividade	AREAS	NUMERO SERVIDORES POLICIAIS	NUMERO TERCEIRIZADOS	Total por Setor em 2017
Desenvolvimento de aplicativos (incluindo gerenciamento decodificação, testes e projeto)	SADS SAT	8	6	14
Suporte técnico e manutenção	SSTM	10	1	11
Administração de base de dados	SPCT	1	2	3
Produção / operações	SPE	6	3	9
Redes e segurança	SRDT	7	9	16
Planejamento de Contratações de TIC	SAORC SDEP	3	1	4
Gerenciamento de relacionamentos	SA	4	1	5
Administração de TI (por exemplo, CIO, gerentes de terceirização e gerentes financeiros de TI)	GAB	5	0	5
Atendimento (help desk)	SSTM	0	7	7
Telecomunicações	DITEL	11	5	16
TOTAL		55	35	90

f) *Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.*

Na PCDF utilizam-se atualmente algumas ferramentas de gestão de serviços os quais são aplicados por área de atuação.

Para simplificar a exposição apresenta-se abaixo um quadro resumo onde se demonstram as principais áreas de atuação, os serviços e a metodologia simplificada do gerenciamento e a resposta ao incidente.

Quadro 30 - Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI

Descrição dos Serviços	Área Resp.	Método/Infraestrutura utilizada
Serviço de rede intranet que abrange todas as unidades administrativas da PCDF, e pela qual, se disponibilizam todos os serviços e sistemas corporativos.	SRDT/DITEC	A rede Intranet é gerenciada pelo Active Directory Microsoft, firewall Fortigate Fortinet, switches Extreme e Huawei e monitorada pelo NOC PCDF, centro de operação da rede PCDF, usando o aplicativo ZABBIX pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, gerando alarmes de instabilidade e indisponibilidade, garantindo o pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
Serviço de rede Internet oferecido à todas as unidades da PCDF e para a disponibilização de serviços ao cidadão, como certidão web, registro de ocorrências, carteira de identidade, entre outros, e ao policial, que está fora da rede intranet, para acesso aos sistemas PCDF.	SRDT/DITEC	A rede Internet é gerenciada pelo Active Directory Microsoft, firewall Fortigate Fortinet, switches Extreme e Huawei e monitorada pelo NOC PCDF, centro de operação da rede PCDF, usando o aplicativo ZABBIX que gera alertas de indisponibilidade e instabilidade e cria ordens de serviços repassadas aos núcleos de atendimento responsáveis pelo serviço prejudicado.
Links de rádio entre a DITEC e algumas unidades policiais	SRDT/DITEC	Gerência e monitoramento realizados pelo núcleo de infraestrutura por meio das consoles AlvariCraft e AirControl, as quais repassa informações de log para o aplicativo ZABBIX que é acompanhado pelo NOC PCDF, centro de operação da rede PCDF, garantindo, caso alguma indisponibilidade aconteça, a geração de alarmes e pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
Links de Fibra Óptica entre a DITEC e as unidades policiais	SRDT/DITEC	Gerência realizada pelo Núcleo de Infraestrutura por meio da ferramenta GRC - Gerenciamento Redes Corporativas disponibilizada pela Empresa Embratel, empresa contratada para prestação do serviço, pelo qual se analisam a qualidade e disponibilidade dos links. Gera alarmes e e-mails para a área de suporte da PCDF e da Embratel. Serviço monitorado pelo NOC PCDF, centro de operação da rede PCDF, por meio do aplicativo ZABBIX.
Serviços de antivírus	SRDT/DITEC	Gerência e monitoramento dos serviços de antivírus Enterprise da PCDF realizado pelo Núcleo de Resposta a Incidentes por meio de alarmes de ataques e programas de varreduras temporizados, com uso de Kaspersky Security Center, que proporciona o monitoramento ativo de infecções e vulnerabilidades na rede da PCDF.

Descrição dos Serviços	Área Resp.	Método/Infraestrutura utilizada
Alta disponibilidade do AD	SRDT/DITEC	Gerenciado e monitorado pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento por meio da console do Active Directory Microsoft configurado para atuar em conjunto com o aplicativo ZABBIX, NOC PCDF, pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, garantindo a geração de alarmes de instabilidade e indisponibilidade do serviço e garantindo o pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
Servidores de aplicações	SRDT/DITEC	Gerenciado e monitorado pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento por meio da console do Active Directory Microsoft e ferramenta IIS, Internet Information Services Manager, configurado para atuar em conjunto com o aplicativo ZABBIX, NOC PCDF, pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, garantindo a geração de alarmes de instabilidade e indisponibilidade do serviço e pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
Storage	SRDT/DITEC	Gerenciado e monitorado pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento por meio da ferramenta OnCommand System Manager - Data Management System da NetApp em conjunto com o aplicativo ZABBIX, NOC PCDF, pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, garantindo a geração de alarmes de instabilidade e disponibilidade do serviço e pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
Banco de dados	SRDT/DITEC	Monitoramento dos serviços e servidores de banco de dados por meio do aplicativo ZABBIX, pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, garantindo a geração de alarmes de instabilidade e indisponibilidade do pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
VPN	SRDT/DITEC	Gerência e monitoramento realizados pelo Núcleo de Resposta a Incidentes e monitoramento por meio do Firewall Fortinet Fortigate em conjunto com o aplicativo ZABBIX, NOC PCDF, pelo qual se tem um leque de informações dos serviços, garantindo a geração de alarmes de indisponibilidade e pronto atendimento das ordens de serviços abertas a partir dos alarmes.
CPD	SRDT/DITEC	Monitoramento do ambiente do CPD, no qual encontram-se instalados sensores de temperatura e humidade, os quais uma vez presetados geram alarmes no caso de anormalidade os quais são lidos por hardware BLACKBOX que envia alertas e e-mails ao serviço de suporte técnico para pronto atendimento.
Correio eletrônico	SRDT/DITEC	Gerência realizada pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento e pelo Núcleo de Resposta a Incidentes por meio do Active Directory Microsoft e Console administrativa do Outlook Microsoft. Monitoramento realizado por meio da ferramenta ZABBIX.
Serviços de Backup	SRDT/DITEC	Gerência e monitoramento realizados pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento por meio da plataforma OPS Center - gera alertas e chamados com parâmetros de níveis de confiabilidade, latência, taxa de ocupação e outros dados, pelo qual se analisam a qualidade e disponibilidade dos serviços. Gera alarmes e e-mails para a área de suporte da PCDF.

Descrição dos Serviços	Área Resp.	Método/Infraestrutura utilizada
Serviço de File Server – Servidor de Arquivos	SRDT/DITEC	Gerência realizada pelo Núcleo de Administração de Servidores e Armazenamento por meio do Active Directory Microsoft e monitoramento realizado pelo NOC PCDF, centro de operação da rede PCDF, por meio do aplicativo ZABBIX.
Sistemas corporativos da PCDF	SADS/SAT/SPE E SPCT	Gerenciamento do Service-Desk e Sistema Microsoft Service Manager, onde todos os sistemas corporativos da PCDF utilizados na intranet e que são utilizados nas diversas unidades administrativas, são atendidos pela área de suporte técnico da DITEC, mediante chamados abertos no Servisse desk da Divisão. São atendidos em dois níveis técnicos, quais sejam suporte de nível 1 e 2 conforme a complexidade de cada caso.

Conforme haja o amadurecimento e o conhecimento explícito dos processos, haverá naturalmente a ampliação dos processos gerenciados bem como a criação do padrão de resposta/resolução de problemas.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quanto à descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão (**item g**), segue anexa **Tabela Projetos de TIC Desenvolvidos em 2017**.

Há que se destacar ainda, neste tópico, outra importante vertente de projetos que são demandados à DITEC/DGI no campo do desenvolvimento de sistemas (softwares). Abaixo relacionam-se alguns projetos de desenvolvimento de sistemas que foram demandados por clientes internos da PCDF, bem como pelas áreas técnicas da DITEC e são desenvolvidos pelas equipes técnicas da DITEC, não havendo valores orçados para estes projetos.

Quadro 31 - Projetos de desenvolvimento de softwares

Item	Descrição do projeto demandado à seção	Resultados esperado	Alinhamento estratégico	Status da demanda
1	Evolução da Delegacia Eletrônica	Ampliar funcionalidade ao cidadão referente a Solicitação de Bloqueio de Aparelho Celular	- Otimizar o Atendimento ao Público; - Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações	Aprovado protótipo pelo DGI. Concluído desenvolvimento Em produção.
2	Portal Intranet	O principal objetivo é centralizar documentos, formulários, notícias da instituição de forma mais amigável. Tendo ganho para o servidor, que passará a ter um canal onde pode obter informações gerais sobre praticamente tudo o que precisar.	- Garantir a Modernização Institucional - Gerir o Conhecimento - Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes - Fortalecer a Comunicação Organizacional	Em fase de construção do protótipo pela SPE.
3	Autenticação Única	Possibilitar que o usuário se autentique (informe a senha) uma única vez e acesse todos os serviços que tiver permissão.	- Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes	Levantamento de requisitos e prototipação
4	Sistema Ocorrências Policiais Corporativo	Atualização da tecnologia de interface, do modelo de dados e das funcionalidades. <ul style="list-style-type: none"> • Ajuste do local criminal permitindo indicar com mais precisão. 	- Virtualizar os Procedimentos Policiais - Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações - Ampliação do rol de funcionalidades	Iniciado a fase de levantamento de requisitos e prototipação.
5	Banco de Dados Corporativo	Implementar um repositório único dos seres de referência para a corporação. Colocando em evidência as principais entidades e os relacionamentos mais frequentes	- Virtualizar os Procedimentos Policiais - Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações	Em fase de carga de dados e homologação pela SPCT e SPE
6	Gestão de Viaturas - Ordens de Serviços e Pernoite	Permitir o cadastramento e gerenciamento de movimentação de viaturas encaminhadas a Ditrán através da possibilidade de controle das ordens de serviços e pernoite.	- Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações - Garantir a Modernização Institucional - Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Em desenvolvimento o módulo de Viaturas e Ordem de Serviço Módulo Pernoite em conclusão de requisitos e prototipação
7	Agendamento de Serviços IC	Inclusão do serviço encaminhamento de veículo ao pátio do IC no sistema de agendamento de serviço integrado com a emissão do memorando pelo sistema Protocolo, substituindo o atual sistema desenvolvido e mantido pelo próprio IC.	- Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF - Fortalecer a Credibilidade e a Imagem Institucional	Em homologação pelo IC

Item	Descrição do projeto demandado à seção	Resultados esperado	Alinhamento estratégico	Status da demanda
8	Sistema de Controle de Prontuários de Servidores – Policlínica	Controlar a emissão de Solicitação de Inspeção Médica, integrado ao sistema Protocolo e controle de acesso e movimentação de prontuários médicos	- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento - Trabalhar de Forma Integrada	Homologando modelo de dados.
9	Sistema de Controle de Atendimentos Policlínica	Solução integrada aos sistemas corporativos de gestão de clínica e medicina do trabalho	- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento - Trabalhar de Forma Integrada - Garantir a Modernização Institucional	Sem providências
10	Atualização de Interface do Portal do IML - Sistema de Controle de Laudos	Migrar para a tecnologia e documentação padrão da DITEC.	- Garantir a Modernização Institucional	Sem providências
11	Solução de Gestão de Pessoas e ativos DPC	Atender DOD Protocolo 246413/2015 DPC Desenvolvimento de um sistema para facilitar a visualização e acesso a diversos documentos enviados pelas 31 unidades do DPC mensalmente, permitindo o acesso instantâneo aos dados atualizados dos servidores e o desempenho de cada unidade policial, bem como o cruzamento de dados de uma mesma delegacia dentro de uma linha do tempo específica.	- Garantir a Modernização Institucional - Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações - Implementar os Projetos Estratégicos com Efetividade - Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Solicitada manifestação da SADS para indicar quais dos itens do DOD estão atendidos no sistema SGA
12	Solução de Gestão de Concursos Públicos - APC	DOD Protocolo 455587/2015 APC Criar um sistema informatizado onde será possível inserir, alterar, consultar e emitir relatórios sobre dados de candidatos dos Concursos Públicos da PCDF.	- Garantir a Modernização Institucional - Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Sem providências
13	Manutenções Evolutivas SCONDE	- Integração com o sistema Protocolo - Possibilidade de inclusão de imagens e anexos (WhatsApp) - Inclusão de campo para “Complemento da Denúncia” - Inserir Nomen Juris - Possibilitar cadastrar pessoas e veículos de forma tabulada - Inserir campo de telefone - Inserir campo de protocolo - Inserir vínculo entre denúncias	- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento - Trabalhar de Forma Integrada - Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações	Em produção.

Item	Descrição do projeto demandado à seção	Resultados esperado	Alinhamento estratégico	Status da demanda
14	Solução Gestão de PAD eletrônico	Protocolo 556670/2015 CGP Desenvolvimento de um sistema para vinculação e emissão de documentos, controle de prazos e de tramitação, digitalização de documentos e emissão de certidão eletrônica. Sistema que possibilite transformar a sindicância num procedimento eletrônico.	- Otimizar a Investigação Policial - Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais	Iniciado levantamento de requisitos, sem outras providências.
15	Sistema Desaparecidos	Desenvolvimento de um sistema para dar publicidade aos desaparecidos a fim de auxiliar na localização das pessoas. Tomar como referência o sistema Procurados.	- Elucidar Infrações Penais com Efetividade - Fortalecer a Comunicação Organizacional - Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento	Iniciado levantamento de requisitos, sem outras providências
16	Solução Gestão e Controle de drogas	Desenvolvimento de um Sistema para gerenciamento de drogas apreendidas, controladas, estocadas e incineradas pela PCDF.	- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento - Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais - Otimizar a Investigação Policial - Trabalhar de Forma Integrada	Após reunião com DGI ficou acordado liberação de acesso ao Lims.
17	Evolução do meio de impressão das ocorrências (PDF)	- Permitir impressão pelo site de ocorrência registrada em qualquer delegacia	- Otimizar o Atendimento ao Público - Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF - Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento	Em fase de definição de regras pela SADS e SPE
18	Evolução do módulo Perícias (DPT)	Atualização do módulo de solicitação e monitoramento de perícias	- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento - Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais - Otimizar a Investigação Policial - Trabalhar de Forma Integrada	Em fase de análise para identificar problemas pela SPE
19	Suspeitos	Migrar para a tecnologia e documentação padrão atual da DITEC, melhorando performance e usabilidade do sistema.	- Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais - Otimizar a Investigação Policial	Em desenvolvimento de novo layout pela SPE, estudo de funcionalidades pela SADS
20	Controle de Bens	• Evolução no sistema Cartório.Net no módulo	Disponibilizar instrumento técnico que	Em lavamento de requisitos e

Item	Descrição do projeto demandado à seção	Resultados esperado	Alinhamento estratégico	Status da demanda
	Apreendidos	<p>de cadastro dos autos de apreensão de objetos. O escopo do projeto está delimitado as seguintes funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar módulo de cadastro de objetos, detalhando as classificações do mesmo, permitindo a individualização de atributos com base em cada tipo de objeto; • Construção de descrição detalhada do item de forma padronizada; • Disponibilizar meios de cadastro de informações referentes a quantidade e qualidade do objeto apreendido; • Disponibilizar tela para informar data hora e localização do objeto; • Disponibilizar tela para que o usuário movimente o objeto entre unidades ou dentro da própria unidade, permitindo informar a localização atual do mesmo; • Disponibilizar funcionalidade que permita a emissão de documento de movimentação do objeto; • Disponibilizar funcionalidade que vincule os objetos ao(s) procedimento(s) a ele relacionados; • Disponibilizar relatório que permita listar os objetos por localização de armazenamento; 	<p>viabilize o registro de cada objeto apreendido/arrecadado pelas Unidades Policiais, vinculando-os ao procedimento criminal e/ou ato administrativo que justifique a sua posse, além de informações fidedignas acerca de sua propriedade e de toda a cronologia de movimentações internas, armazenamento e destinação final.</p>	<p>prototipação, aguardando aprovação para execução</p>
21	Serviço CEMI – Solicitação de Bloqueio de Aparelho Celular	Automatização da solicitação de bloqueio de aparelho celular roubado/furtado com a		Em homologação pela SPE/SADS
22	Fiança	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução do sistema Cartório.Net • Identificada a necessidade de implementar 	Trata-se de projeto de Correição de Fianças recolhidas pela PCDF	Em desenvolvimento

Item	Descrição do projeto demandado à seção	Resultados esperado	Alinhamento estratégico	Status da demanda
		serviço de emissão de guia de depósito no momento de recolhimento da fiança. <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de implementação de novo módulo de Recolhimento de Fiança no sistema Cartório via serviço disponibilizado pelo BRB; • Necessidade de ajustes no Proced para que o mesmo apenas disponibilize as consultas dos depósitos de fiança, não permitindo mais edição pelo sistema; • Necessidade de implementar leitura do retorno dos depósitos alimentando as tabelas de banco. 		
23	PCSaúde	Ajuste das novas regras da portaria 01 /2017 MPOG	Controlar o benefício relacionado ao plano de saúde do servidor	Levantamento de requisitos e prototipação

h) *Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizados que prestam serviços de TI para a unidade.*

Tal como informado em 2016, tem-se que para a mitigação da dependência de mão de obra terceirizada haverá, primeiramente, a necessidade recomposição do quadro de servidores policiais para se suprir a eventual dependência dos serviços prestados por terceiros.

O plano de capacitação da PCDF propõe-se a preparar a equipe de chefes para a gestão e governança de TIC, e capacitar os técnicos em habilidades específicas referentes às diversas áreas de atuação.

No mesmo sentido, porém como ação interna ao órgão e paralela ao plano de capacitação retromencionado, está sendo analisada uma proposta de capacitação técnica a ser levada a efeito pelos multiplicadores da DITEC, visando reduzir a dependência de mão de obra técnica especializada, atualmente prestada por terceirizados.

Cumpra informar que embora seja uma área de altíssima exigência de conhecimento técnico, nem todos os policiais que estão atuando em atividades de TIC possuem as certificações e/ou especialização nas áreas onde atuam, estando ali quase sempre como gestores (coordenadores, supervisores ou chefes) das equipes de terceirizados.

Abaixo segue planilha sucinta com todas as atividades prestadas por terceirizados na DITEC/DGI e indicações das respectivas seções, que poderão embasar estudos visando mitigar a dependência ora existente.

Quadro 32 – Atividades prestadas por terceirizados na DITEC/DGI

Seção	Serviço prestado pelo 3º na seção.	Competências necessárias para a prestação	Medidas necessárias para mitigar a dependência.	Medidas adotadas para mitigar a dependência.	Observações Importantes/justificativas
SPE	Elucidação e documentação de requisitos e regras de negócios de novos sistemas	Técnicas básicas e conhecimento das metodologias de levantamento de requisitos e regras de negócios.	Capacitação e especialização dos servidores da PCDF nas competências necessárias para o serviço. Envolvimento de toda equipe	- utilização da consultoria para repasse de conhecimento e acompanhamento nos projetos; - revisão dos documentos produzidos;	
SPE	Definição de modelo de dados corporativo	Conhecimento de SGBD	Capacitação e especialização dos servidores da PCDF nas competências necessárias para o serviço.	- utilização da consultoria para repasse de conhecimento; acompanhamento das tarefas realizadas pelo consultor com repasse integral das atividades executadas diariamente	

Seção	Serviço prestado pelo 3º na seção.	Competências necessárias para a prestação	Medidas necessárias para mitigar a dependência.	Medidas adotadas para mitigar a dependência.	Observações Importantes/justificativas
SAT	Análise e desenvolvimento de sistemas e serviços.	Conhecimentos avançados em desenvolvimento de sistemas nas linguagens C#, Java, JScript, Java Android. Conhecimento em HTML5, CSS, SOA, NodeJS e dos mecanismos de segurança da informação.	Alocação de pelo menos mais dois servidores policiais na seção.	Solicitação a direção da DITEC de mais servidores.	
SRDT	Operação do sistema de backup em fitas	Curso, certificação e experiência	Disponibilização de dois servidores Policiais com conhecimento específico nas áreas afins; oferecer curso de operação da ferramenta aos servidores do Núcleo.	Obtenção de vaga em curso realizado nas dependências do fornecedor.	
SRDT	Administração de equipamentos de rede como switches e rádios	Formação na área de TI com experiência em ativos de redes	Disponibilização de dois servidores Policiais com conhecimento específico nas áreas afins	Capacitação e treinamento na área em comento.	Com a aquisição dos novos Switches Huawei também foi adquirido curso para capacitação de servidores policiais.
SADS	Sustentação de Sistemas	Certificação Microsoft em c#, Java, Java Script, html5, ASP legado, PHP e conhecimento em banco de dados	Ampliar o quadro de Policiais Civis com expertise em programação e elaboração de plano para transferência de tecnologia para servidores policiais lotados na Unidade	Iniciado estudos para a transferência de tecnologia para servidores policiais atualmente lotados na seção.	Poucos policiais e muitos sistemas para receber transferência de tecnologia.

Quadro 33 - Projetos de TIC desenvolvidos em 2017

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
A1	DITEC	Contratação de empresa especializada para fornecimento de ampliação/atualização do Licenciamento da Solução de Backup/Restore, Desduplicação de dados, com garantia, transferência de conhecimento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, por no mínimo 12 (doze) meses	1.500.000,00	1.500.000,00	Atendimento da Necessidade 1/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Garantir a continuidade do negócio	Em execução	Contrato nº 21/2017
A2	DITEC	Contratação de serviço de acesso à internet (links)	173.435,64	173.435,64	Atendimento da Necessidade 9/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação e padronização do serviço de Rede de Longa Distância WAN, de Rede Local LAN e Rede Local sem fio (wireless) WLAN	Em execução	Contrato nº 30/2017
A3	DITEC	Serviço de manutenção corretiva, com aplicação de peças, extensão da garantia, para 2.500 computadores da PCDF.	668.325,00	668.325,00	Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Em execução	Contrato nº 27/2017
A4	DITEC	Renovação de Garantia e Suporte técnico dos Servidores HP DL 980	124.987,96	124.987,96	Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Em execução	Contrato nº 01/2017
A5	DITEC	Contratação de empresa para fornecimento de solução antivírus, com licenciamento perpétuo, válido e atualizado por 36 meses, gerência centralizada, suporte técnico on site e capacitação.	216.950,00	216.950,00	Atendimento da Necessidade 12/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Aprimoramento da gestão da política de segurança da informação	Em execução	Contrato nº 24/2017

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
A6	DITEC	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 02 (dois) subsistemas de armazenamento de informações com capacidade para armazenar até 800 (oitocentos) terabytes em Alta Disponibilidade Ativo-Ativo, com Transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenções por 60 (sessenta) meses.	4.385.048,06		Atendimento da Necessidade 2/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Ampliação e modernização de armazenamento de dados/informações	Em andamento	Proc. nº 052.002.118/2016
A7	DITEC	Contratação de empresa especializada para fornecimento de 600 (seiscentas) fitas da tecnologia LTO6, capacidade de 2,5TB de dados armazenados e capacidade de 6,25TB de dados comprimidos armazenados, compatível com Linear Tape File System (LTFS), possuindo suporte a criptografia e acompanhadas com etiquetas de código de barras (Barcode Labels)	87.600,00	87.600,00	Atendimento da Necessidade 1/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Garantir a continuidade do negócio	Concluído	Contrato nº 34/2017
A7	DITEC	Contratação de empresa especializada para fornecimento de 1 (um) Drive de tecnologia LTO5, com part number Oracle, para leitura e gravação de fitas de tecnologia LTO5 e LTO4, capacidade de leitura de fitas de tecnologia LTO3, compatibilidade com a biblioteca de fitas Oracle Storage TEK SL150	44.998,00	44.998,00	Atendimento da Necessidade 1/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Garantir a continuidade do negócio	Concluído	Contrato nº 35/2017
A8	II	Desenvolver projeto para Contratação de Empresa para prestação de serviços de suporte técnico, Atualização tecnológica com manutenção preventiva e corretiva da Solução de Biometria Digital e emissão de documentos de identificação, pelo	54.000.000,00		Atendimento da Necessidade 4/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Aquisição, ampliação, manutenção e sustentação da solução de biometria digital e emissão de documentos de identificação	Em andamento	Proc. nº 52.002.218/2016

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
		prazo de 60 (sessenta) meses.					
A9	DITEC	Renovação de Garantia e Suporte técnico da Solução Blade Cisco (Chassi, lâminas e switchs de ligação)	241.004,61		Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Em andamento	Proc. nº 052.002.026/2016
A10	DIPO	Aquisição de Certificado Digital Padrão ICP-BRASIL para aplicação no sistema SITTEL	4.000,00	4.000,00	Atendimento da Necessidade 12/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Aprimoramento da gestão da política de segurança da informação	Em execução	2017NE001204
A11	DITEC	Contratação de serviços de solução de impressão, cópia, digitalização e multimídia a fim de atender necessidades gerais e específicas das unidades policiais da PCDF	3.000.000,00		Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Em andamento	Proc. nº 052.002.099/2016
A12	DITEC	Aquisição de Certificado SSL do tipo WildCard para o Domínio da PCDF, com validade de 36 meses.	8.000,00	5.111,80	Atendimento da Necessidade 12/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Aprimoramento da gestão da política de segurança da informação	Em execução	2017NE001481/ 2017NE1482/ 2017NE1483
A13	DITEC	Contratação de empresa para provimento de Mão de Obra técnica especializada para prestação de serviços de suporte técnico e sustentação dos sistemas corporativos e ao ambiente tecnológico da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF	9.481.725,00		Atendimento da Necessidade 6/PDTIC/PCDF - Mão de Obra - Manutenção e atualização dos sistemas corporativos da PCDF e da infraestrutura de TIC, utilizando terceirização de serviços e consultoria especializada	Em andamento	Proc. nº 052.000.034/2017

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
A14	DITEL	Contratação de Suporte Técnico Especializado em Telefonia e Radiocomunicação & contratação de Suporte Técnico Especializado Residente, com substituição de componentes e partes, para as Centrais Telefônicas (CPCT) Mitel/Aastra/MX-One da Polícia Civil do Distrito Federal.	1.376.370,40	1.376.370,40	Atendimento da Necessidade 6/PDTIC/PCDF - Mão de Obra - Manutenção e atualização dos sistemas corporativos da PCDF e da infraestrutura de TIC, utilizando terceirização de serviços e consultoria especializada	Em execução	Contrato nº 42/2017
A15	DITEC	Aquisição de cofre para armazenamento e acondicionamento para fitas LTO	74.112,03	61.900,00	Atendimento da Necessidade 1/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Garantir a continuidade do negócio	Concluído	Proc. nº 052.002.025/2016
A16	DITEL	Modernização do parque tecnológico de radiocomunicação: digitalização do Sistema de Rádio (Aquisição de Infraestrutura e equipamentos Tetra e de Repetidoras Híbridas)	8.529.973,00		Atendimento da Necessidade 5/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, manutenção e padronização de Sistemas de Telecomunicações	Em andamento	Proc. nº 052.001.084/2017
A17	DGI	Renovação da prestação de serviços técnicos especializados, modalidade conhecida como on site, por meio da alocação de profissionais dentro do ambiente da PCDF e ampliação/atualização de licenças QlikView	1.600.000,00		Atendimento da Necessidade 13/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Ampliação, manutenção e sustentação de soluções relacionadas a processos de investigação e de gestão da informação institucional	Em andamento	Proc. nº 52.000.051/2018
A18	DITEL	Contratação de Serviços de Telefonia Móvel, local e longa Distância.	819.989,64	819.989,64	Atendimento da Necessidade 5/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, manutenção e padronização de Sistemas de Telecomunicações	Em execução	Contrato nº 41/2017

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
A19	DIPO	Contratação de empresa especializada para atualização de licenças IBM i2, destinadas à modernização de Ferramenta de Análise de Inteligência Policial, prestação de serviços de suporte técnico para a implementação e operação da solução e serviços de treinamento na última versão disponibilizada pelo fabricante, treinamento e prestação de serviços especializados para continuidade, reestruturação e potencialização do “Sistema Cérebro” da PCDF.	3.935.168,18		Atendimento da Necessidade 13/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Ampliação, manutenção e sustentação de soluções relacionadas a processos de investigação e de gestão da informação institucional	Em andamento	Proc. nº 52.000.130/2018
A20	DITEC	Aquisição de licenças de softwares de infraestrutura e desenvolvimento Microsoft.	2.140.840,42		Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Em andamento	Proc. nº 052.001.119/2017
A21	IPDNA	Renovar o contrato de manutenção, atualização, treinamento e suporte do Sistema de Administração de Informações Laboratoriais, LIMS.	420.000,00		Atendimento da Necessidade 8/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos sistemas utilizados na PCDF	Previsto	
A22	DITEC	Aquisição de balanceador de links /aplicações(cluster)	500.000,00		Atendimento da Necessidade 1/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Garantir a continuidade do negócio	Em andamento	Proc.nº 052.002.117/2016
A23	LAB	Aquisição de licenças de banco de dados ORACLE	532.000,00		Atendimento da Necessidade 8/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos	Em andamento	Prot. PCDF nº 120.277/2017

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
					sistemas utilizados na PCDF		
A24	DITEC	Contratação de empresa especializada para Fornecimento e Instalação de ambiente de alta disponibilidade e segurança para o CPD do site de contingência da PCDF	6.000.000,00		Atendimento da Necessidade 13/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Ampliação, manutenção e sustentação de soluções relacionadas a processos de investigação e de gestão da informação institucional	Em andamento	
A25	IPDNA	Contratação de suporte técnico, Atualização tecnológica com manutenção preventiva e corretiva do sistema CODIS	120.000,00		Atendimento da Necessidade 8/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos sistemas utilizados na PCDF	Previsto	Necessidade de realinhamento em razão de ratificação da ação, durante o processo de revisão do PDTIC.
A26	DITEC	Aquisição de maletas de ferramentas para manutenção preventiva e corretiva própria dos sistemas DITEC.	12.000,00		Atendimento da Necessidade 3/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, padronização e disponibilidade do parque tecnológico	Previsto	
A27	DITEC	Contratação de empresas para promoção de programas para nivelamento de conhecimento entre as equipes técnicas da DITEC.	83.000,00		Atendimento da Necessidade 11/PDTIC/PCDF - Capacitação - Promoção de forma efetiva da Capacitação em TIC no âmbito da PCDF	Previsto	

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
A28	DITEL	Aquisição de insumos para a manutenção básica em rádio e telefonia	18.000,00		Atendimento da Necessidade 5/PDTIC/PCDF - Infraestrutura - Modernização, ampliação, atualização, adequação, manutenção e padronização de Sistemas de Telecomunicações	Em andamento	
A29	IC	Aquisição de solução para a implantação do Sistema integrado controle de perícias e chamados, composto de telas multimídias para a exibição em tempo real dos dados periciais, deslocamentos e suporte de pessoal	100.000,00		Atendimento da Necessidade 8/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos sistemas utilizados na PCDF	Previsto	Necessidade de realinhamento em razão de adequações das necessidades prioritárias da PCDF, durante o processo de revisão do PDTIC.
A30	IPDNA	Contratação de empresa especializada em suporte técnico e manutenção da solução IDX	300.000,00		Atendimento da Necessidade 8/PDTIC/PCDF - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - Manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação dos sistemas utilizados na PCDF	Previsto	Necessidade de realinhamento em razão de ratificação da ação, durante o processo de revisão do PDTIC.
SEM AÇÃO	DIPO	Contratação de Extensão de Rede da Oi S/A para funcionamento do Sistema Guardião no prédio do Centro Tecnológico da PCDF		13.024,12	Ação iniciada e finalizada antes da vigência do PDTIC/PCDF	Concluído	NE nº119.616/2017 - dispensa de licitação
SEM AÇÃO	DIPO	Contratação de empresa especializada para transferência (desinstalação e reinstalação) da Plataforma Guardião de Monitoração e Interceptação de Sinais telefônicos e telemáticos, atualmente instalada na Divisão de Inteligência Policial - DIPO/DGI/PCDF para nova sede da DIPO no SPO Conjunto A, Lote 23,		217.831,70	Ação iniciada e finalizada antes da vigência do PDTIC/PCDF	Em execução	Contrato nº 44/2017 - inexigibilidade de licitação (adequações necessárias para a mudança de local da DIPO)

AÇÃO PDTIC	Divisão	DESCRIÇÃO DO OBJETO AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR DESPENDIDO (R\$)	RESULTADOS ESPERADOS / ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	STATUS	OBSERVAÇÃO
		Bloco G, 1º Andar do Centro Tecnológico - Complexo da PCDF					
SEM AÇÃO	DITEC	Contratação de empresa especializada para fornecimento de comutadores com capacidade de roteamento de pacotes TCP/IP, com instalação, treinamento, suporte on-site e garantia por 60 (sessenta) meses		1.474.658,60	Ação iniciada e finalizada antes da vigência do PDTIC/PCDF	Em execução	Contrato nº 06/2017 - Licitação realizada em 2016 e contrato firmado em 2017

Obs.: O valor despendido é demonstrado apenas quando a ação está em fase de execução, caso contrário há apenas o valor estimado.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Neste item tem como finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental.

O Projeto HIGÉIA objetiva o saneamento dos pátios das delegacias de Polícia, retirando das ruas os veículos já considerados inservíveis em grande maioria. Desta forma, ao dar destinação a tais objetos ferrosos e sucatas, a PCDF favorece o meio-ambiente e agrega valor à sua prestação de serviços à Sociedade Civil. Trata-se de um trabalho de relevante cunho socioambiental prestado pela Polícia Civil que chega ao seu estágio de amadurecimento no ano de 2018. Consolidadas e aprimoradas as ações e atividades do Projeto HIGÉIA ao longo dos últimos anos, esta bem-sucedida iniciativa em prol da sustentabilidade ganhará maior destaque dentre os feitos de cunho social prestados pela PCDF.

No âmbito dessa iniciativa, uma das ações de destaque é a “alienação de material ferroso para fins de reciclagem siderúrgica”, resultante de processo que contempla etapas de descontaminação, descaracterização, compactação, trituração e reciclagem das sucatas de veículos e de materiais inservíveis sem identificação ou sem possibilidade de qualquer regularização junto à PCDF.

O primeiro relevante benefício do projeto ocorre diretamente nas delegacias, em decorrência da citada limpeza promovida nos respectivos pátios com vistas a estabelecer adequadas condições higiênico-sanitárias, de saúde pública e de salubridade (visto que sucatas veiculares e materiais abandonados favorecem a proliferação de insetos, animais e doenças, causando riscos à saúde humana) e também a reduzir o perigo de incêndio (pela significativa diminuição do quantitativo de bens inflamáveis expostos nos pátios externos e depósitos).

Trata-se, ainda, de importante mudança de paradigma de destinação de bens, boa prática alinhada com a preservação ambiental e aos modernos e novos valores institucionais da moderna Administração Pública. Assim, veículos em seu ciclo final de vida e sucatas ferrosas apreendidas, além de materiais inservíveis sem identificação ou sem possibilidade de qualquer regularização junto à PCDF, passarão a ter a destinação ambientalmente correta.

Como resultado direto dessa iniciativa, inequivocamente haverá menos poluição, mais segurança e maior mobilidade no trânsito.

A primeira edição da referida modalidade de leilão (Leilão Nº 1/2014-PCDF) foi um sucesso e ocorreu no segundo semestre do ano de 2014. Naquela oportunidade foram alienados 149.830 KG, ao valor aproximado de R\$0,26 (vinte e seis centavos) por quilo de material, sendo que o total líquido da alienação foi de R\$ 36.860,85 (trinta e seis mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos)

Já a segunda edição do Leilão *Higéia* (Leilão Nº 1/2018-PCDF) está prevista para o primeiro semestre do corrente ano, oportunidade em que serão destinadas aproximadamente 350 sucatas ferrosas de veículos, 250 sucatas ferrosas de bicicletas e 150 sucatas ferrosas de agregados veiculares, num total aproximado de 200 toneladas.

Por derradeiro, com o ciclo operacional aproximado de quatro anos para atingimento da meta mínima com para deflagração de leilões dessa espécie, os Leilões *Higéia* destacam esta instituição policial como pioneira no cenário nacional a alinhar ações de logística reversa em suas atividades, reafirmando, portanto, o compromisso do Estado com a sustentabilidade e gestão ambiental.

- **Incremento dos Ativos Organizacionais da PCDF: Atualização de normativos internos em prol das melhores práticas em Sustentabilidade e atendimento a legislação**
- A adoção de melhores práticas em Sustentabilidade se dará com a aprovação das propostas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Polícia Civil - PGRS/ PCDF, Plano de Implantação de Coleta Seletiva Solidária - PCSS/PCDF e Plano de Logística Sustentável - PLS/PCDF, em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/10, e à lei distrital nº 5.610/2016. O primeiro já foi elaborado e encontra-se em fase de análise pela Alta Gestão para homologação e publicação. Os demais encontram-se em fase de elaboração ou de realização de estudos preliminares.
- **Substituição gradual de lâmpadas comuns por lâmpadas LED** – Este serviço foi prestado no ano de 2017 pela Divisão de Apoio e Serviços Gerais Do DAG/PCDF.
- **Realização de Campanha de Sensibilização: Mudança de Hábitos e Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal** – em 13 de novembro de 2017, a Divisão de Planejamento Administrativo – DPA/DAG deflagrou a referida campanha, a qual continuará ao longo de 2018, haja vista advento da Lei nº 5.610/2016 e do Decreto nº 38.246, de 01º de junho de 2017 (Legislação Sobre Resíduos Sólidos do Distrito Federal).
- **Continuidade de medições regulares de consumo de água, energia elétrica e combustíveis** – tais processos são já assimilados na rotina administrativa do DAG, sendo realizados pela Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Atuando como ferramenta de gestão na busca permanente da eficiência, eficácia e efetividade das atribuições da Polícia Civil do Distrito Federal, a Ouvidoria está subordinada à Corregedoria-Geral da Polícia Civil – CGP, conforme Decreto nº 37.465, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF do dia 07/07/2016. Possui, entre outras atribuições, a de receber, processar e encaminhar elogios e sugestões ofertadas por cidadãos e usuários sobre o funcionamento dos serviços prestados pela Polícia Civil. Ela também tem a atribuição de receber, processar, controlar e encaminhar à unidade competente as denúncias e reclamações contra atos irregulares de servidores da Polícia Civil, servidores requisitados e terceirizados, bem como as reclamações contra serviços prestados pelas unidades orgânicas.

5.1 Canais de acesso ao cidadão

Os canais de acesso da sociedade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões encontram-se disponíveis no site www.pcdf.df.gov.br, com várias opções.

O atendimento presencial é prestado na EQS 216/416, s/nº, Asa Sul, Brasília/DF, no período compreendido entre 12h e 19h, de segunda-feira à sexta-feira.

O atendimento virtual é prestado por meio do *menu* “Serviços”, “Fale Conosco” <https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/fale-conosco-ouvidoria> é disponibilizado formulário para comunicação de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões .

Ainda no *menu* “Unidades Policiais”, “Ouvidoria” são disponibilizadas informações de acesso, como orientações, email ouvidoria@pcdf.df.gov.br, endereço e telefones disponíveis para contato.

Também na página principal www.pcdf.df.gov.br encontra-se o botão “Fale Conosco – Ouvidoria”, bem como botões de link para acesso direto com a Ouvidoria-Geral do GDF “162 Ouvidoria”, acesso também ao Sistema e-Sic (Lei de Acesso à Informação) “Faça aqui o seu e-Sic”.

É disponibilizado, ainda, na página principal www.pcdf.df.gov.br, no menu “Acesso à informação”, o link “informação ao Cidadão Sic”.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão encontra-se disponibilizada na página principal www.pcdf.df.gov.br, pelo botão “Carta de Serviços” e também na “barra de ferramentas”, na opção “Informações”, demonstrando o compromisso com a cidadania em otimizar os serviços. O link <https://www.pcdf.df.gov.br/informacoes/4497> oferece download do arquivo.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria-Geral do Distrito Federal monitora o índice de Resolutividade das manifestações recebidas e tratadas por meio do registro no Sistema Informatizado de Ouvidoria – OUV-DF, sendo que a última medição constante nesta Ouvidoria leva em conta o período compreendido entre setembro/2016 e setembro/2017.

Neste contexto, foram medidos os índices de recomendação e satisfação da prestação do serviço de Ouvidoria, os quais se encontram em gráfico anexo.

5.4 Mecanismos de transparência relevantes sobre a atuação da Unidade

Visando aumentar a transparência e o controle social - ainda vinculado ao terceiro eixo do Programa Viva Brasília, qual seja, atuar de forma a propiciar uma maior confiança da população nas instituições de segurança pública - foi mensurado, pela Controladoria Geral do DF (CGDF), o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal.

A CGDF expediu a Instrução Normativa nº 02/2015, com o intuito de apresentar de forma mais simplificada os itens obrigatórios à serem disponibilizados pelos órgãos e entidades em seus sítios institucionais, elencados na LAI e no Decreto Distrital nº 34.276/2013. Trata-se de informações de interesse coletivo ou geral que devem ser disponibilizados independentemente de requerimento ou solicitação do cidadão. Assim, foi confeccionado o Índice de Transparência Ativa (ITA), que objetiva avaliar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte de órgãos e entidades do Executivo local.

A Figura 5 elenca os requisitos que compõem o ITA.

(1) Institucional			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Estrutura	2	2	4
Competências	2	2	4
Base Jurídica	2	2	4
Quem é quem	2	2	4
Contatos	2	2	4
Pontuação do Requisito	10	10	20

(2) Ações e Programas			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Plano Plurianual	3	2	5
Resultados Alcançados	3	2	5
Pontuação do Requisito	6	4	10

(3) Auditorias*			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Auditorias e Inspeções Realizadas	3	2	5
Pontuação do Requisito	3	2	5

(4) Convênios			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Convênios Firmados	5	5	10
Pontuação do Requisito	5	5	10

(5) Despesas*			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Despesas Públicas	1	2	3
Diárias e Passagens	2	2	4
Fundos Públicos	1	2	3
Pontuação do Requisito	4	6	10

(6) Licitações e Contratos			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Licitações	5	5	10
Contratos	5	5	10
Pontuação do Requisito	10	10	20

(7) Informações Classificadas			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Informações Classificadas e Desclassificadas	3	2	5
Pontuação do Requisito	3	2	5

(8) Servidores*			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Remuneração dos Servidores	3	2	5
Pontuação do Requisito	3	2	5

(9) Perguntas Frequentes*			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Perguntas Frequentes LAI	1	1	2
Perguntas Frequentes Órgão/Entidade	2	1	3
Pontuação do Requisito	3	2	5

(10) Informação ao Cidadão - SIC			
Requisito	Informação	Atualização	Total
Nome da Autoridade de Monitoramento	1	1	2
Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão- SIC	1	1	2
Horário de Funcionamento do SIC	1	1	2
Endereço SIC	1	1	2
Telefone SIC	1	1	2
Pontuação do Requisito	5	5	10
TOTAL GERAL	52%	48%	100%

Figura 5: Requisitos que compõem o Índice de Transparência Ativa (ITA)

A Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal cumpriu, portanto, todos os critérios indicados pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, no que compete às informações relevantes à Transparência Ativa, sendo seu site monitorado e avaliado por aquele órgão, o qual conferiu o índice de 100% de atendimento à Lei de Acesso à Informação, conforme certificado entregue à Direção- Geral desta Instituição.

No que compete à Transparência Passiva esta Ouvidoria recebe e atende seus pedidos de acesso à informação por meio da utilização do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC – disponibilizado e monitorado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – contando com respostas de pedido e recursos encaminhadas dentro do prazo legal estabelecido.

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal fica sediada na EQS 216/416, s/nº, Asa Sul, Brasília/DF, em prédio próprio e de edificação térrea. Embora se encontre em estado de conservação precário tem-se que suas instalações se encontram adaptáveis ao atendimento ao público em geral, inclusive PNE's.

Sobre os serviços prestados estão o recebimento, registro e atendimento das manifestações de ouvidoria classificadas como reclamações, Denúncias, Sugestão, Elogio e Informação, além dos Pedidos de Acesso à Informação dispostos na Lei de Acesso à Informação – LAI.

O horário de atendimento é compreendido entre 12h e 19h, de segunda-feira à sexta-feira, sendo o atendimento prestado por meio do Sistema OUV-DF, e-SIC, Fale Conosco, email e presencialmente em sua sede.

Esta Ouvidoria também apresentou solicitação para elaboração de projeto de Sistema Informatizado próprio para registro de manifestações de ouvidoria, objetivando adequar o registro às peculiaridades dos serviços prestados pela Polícia Civil do Distrito Federal ao cidadão. A solicitação encontra-se em análise junto aos Departamentos competentes.

Seguindo as políticas recentes de adequação dos espaços públicos para pessoas com necessidades especiais, a Polícia Civil do Distrito Federal, por meio de sua Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE/DAG e Divisão de Apoio e Serviços Gerais – DASG/DAG, tem atuado intensamente na execução de obras de adequação em suas edificações com vista a

atender aos requisitos das normas de acessibilidade, as quais foram recentemente alteradas nos anos de 2014 e 2015 (ABNT 9050/2015 - Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos e Decreto Distrital nº 36.225 de 31 de dezembro de 2014).

Essas obras encontram-se ainda alinhadas com as recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, conforme Decisão 4.535/2016 – TCDF, que trata da adequação das vias públicas e prédios públicos às normas de acessibilidade.

Vale mencionar que essas reformas têm sido realizadas com base em estudos e projetos específicos elaborados por profissionais devidamente habilitados desta instituição (engenheiros e arquitetos), que realizaram levantamento completo de todas as unidades policiais, especialmente aquelas que realizam atendimento ao público externo, tais como delegacias de polícia, contemplando a adaptação de acessos, recepções, banheiros, assim como áreas de espera e atendimento.

Dentre as principais alterações necessárias cabe destacar adequação e ampliação dos balcões de atendimento, adequação dos equipamentos sanitários e instalação de novas barras de apoio em banheiros, criação de rotas acessíveis com execução de rampas e instalação de pisos táteis, etc. A título de ilustração, pode-se citar que a Policlínica da PCDF foi uma das primeiras unidades a receber no ano de 2017 essa intervenção específica no que diz respeito à acessibilidade.

Ressalta-se os profissionais da Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE/DAG têm participado de treinamentos atinentes à acessibilidade com o intuito de aperfeiçoar o conhecimento e boa técnica de projeto. Nesse sentido, vale mencionar, dentre outros, a participação no Curso *Acessibilidade Aplicada: NBR 9050 – Sanitários Acessíveis*, com carga horária de 4h, ministrado no dia 23/11/2017, na Escola de Governo do Distrito Federal-EGOV/DF, por instrutor profissional da Agência de Fiscalização do DF – AGEFIS. Há também outros módulos, como *Acessibilidade Aplicada: NBR 9050 – Rampas e Calçadas acessíveis*, a serem ainda realizados. Os principais assuntos tratados foram: tolerâncias, localização e quantidade, dimensões, barras de apoio; bacia sanitária e demais itens obrigatórios que compõem o sanitário acessível e o sanitário coletivo. O conteúdo do curso, de extrema relevância foi imediatamente incorporado aos projetos das edificações da PCDF.

Por fim, registre-se que os projetos mais recentes para construção e reforma de edificações, que serão objeto de licitação, já contemplam os novos requisitos normativos de acessibilidade.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UPC

O processo de verificação da conformidade contábil ocorre, mensalmente, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil do mês, quanto às consistências das informações contábeis, sintética e analítica, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade gestora. Para tanto, são verificadas e analisadas, por meio do SIAFI, as seguintes transações: CONRAZÃO, BALANSINT e Balancete, bem como os “módulos auditores” CONDSAUD, para fins de registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF, utilizando o módulo “CONFORM”.

A instância responsável pela realização de tal conformidade é a UG 170392 (Fundo Constitucional do Distrito Federal), coordenada pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFCDF.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UPC

O processo de verificação da conformidade contábil ocorre, mensalmente, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil do mês, quanto às consistências das informações contábeis, sintética e analítica, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade gestora. Para tanto, são verificadas e analisadas, por meio do SIAFI, as seguintes transações: CONRAZÃO, BALANSINT e Balancete, bem como os “módulos auditores” CONDSAUD, para fins de registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF, utilizando o módulo “CONFORM”.

A instância responsável pela realização de tal conformidade é a UG 170392 (Fundo Constitucional do Distrito Federal), coordenada pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFCDF.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Durante o exercício de 2017, a PCDF foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de R\$ 32.113.581,00 (trinta e dois milhões cento e treze mil quinhentos e oitenta e um reais) destinados à sua manutenção. Foi diminuído o orçamento em R\$ 8.853.840,00 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta reais). Contingenciou-se R\$ 250.482,00 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), tendo sido bloqueados R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Do valor autorizado por lei, foi liquidado R\$ 29.467.334,24 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) (Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD-DOF/DAG/PCDF).

Tais as considerações, entendemos que a Polícia Civil do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2017, vez que crimes de alta relevância foram elucidados graças ao trabalho harmonioso e responsável dos integrantes da carreira policial civil do Distrito Federal.

Sob esse prisma, a Polícia Civil do DF, espera para o exercício de 2018 que seja contemplada com mais Recursos Orçamentários e Financeiros, possibilitando assim, os meios necessários para cumprimento de sua missão Institucional, a saber: “Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados”.

ANEXO I

1 – DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

1.1 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UPC.

O processo de verificação da conformidade contábil ocorre, mensalmente, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil do mês, quanto às consistências das informações contábeis, sintética e analítica, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade gestora. Para tanto, são verificadas e analisadas, por meio do SIAFI, as seguintes transações: CONRAZÃO, BALANSINT e Balancete, bem como os “módulos auditores” CONDSAUD, para fins de registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF, utilizando o módulo “CONFORM”.

A instância responsável pela realização de tal conformidade é a UG 170392 (Fundo Constitucional do Distrito Federal), coordenada pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFCDF.

1.2 Ocorrências observadas durante o exercício em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício – conformidade de registro de contábil da UG 170395

Ocorrências observadas durante o exercício – registro de conformidade contábil por UG 170395 do Órgão 25915 (FCDF)

UG 170395 - POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - CONFORMIDADE CONTÁBIL COM RESTRIÇÕES E GRUPOS - 2017																
UG	CÓDIGO			MÊS												TOTAL DA UG
	RESTRIÇÃO	GRUPO	EQUAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
170395	674, 723, 744 e 772	221; 263; 290 e 299	0700; 0029; 0197; 0287; 0292; 0299 e 0691	1	2	3	3	3	1	1	4	4	1	1	-	24
TOTAL				1	2	3	3	3	1	1	4	4	1	1	-	24

O quadro acima demonstra as restrições contábeis ocorridas em 2017, sendo que as inconsistências dos registros contábeis verificadas, no SIAFI, foram regularizadas no final do exercício, demonstrando que houve adequação da execução orçamentário-financeira do exercício em referência.

Declaração do Contador sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL			170395
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora de contas que ora apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração</p>			
Local	Brasília – DF,	Data	Março de 2018
Contadora Responsável	Cleide Aparecida Rocha Nogueira	CRC nº	DF 015-218-0-1

Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	07		
	Entregaram a DBR	07		
	Não cumpriram a obrigação	00		
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1442		
	Entregaram a DBR	1414		
	Não cumpriram a obrigação	28		

Fonte: Divisão de Cadastro/ DGP – SIGRH (fevereiro/2017).

A Divisão de Cadastro/DGP/PCDF, a partir de 2013 passou a registrar no assentamento funcional do servidor tanto a apresentação da declaração de bens como a autorização de acesso. Em razão desse registro, se fez possível efetuar o levantamento dos servidores pendentes do cumprimento da obrigação.

Anualmente, com as cobranças enviadas, o número de servidores pendentes quanto ao cumprimento da obrigação tem diminuído todos os anos.

Nesse sentido, quanto aos servidores que não apresentaram a declaração ou autorização de acesso, a DICAD/DGP já encaminhou cobranças por e-mails institucionais e se for o caso, serão notificados para o cumprimento.

Quanto à forma de guarda da DBR a Divisão de Cadastro procede nos termos da Portaria

Interministerial MP/CGU nº 298, mantendo tanto as cópias das Declarações quanto às autorizações para acesso em arquivo específico para essa finalidade com controle de acesso.

ANEXO II

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO RECOMENDAÇÕES

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 20

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201307821 Constatação: 3	59787 (20/11/2015)	- Definir em normativos internos, o setor e o responsável pelo processo relativo ao controle de recomendações emanadas pela CGU.
OS: 201307821 Constatação: 3	59788 (20/11/2015)	- Estabelecer rotinas e fluxos para o atendimento às recomendações emanadas pela CGU.
OS: 201307821 Constatação: 11	59883 (20/11/2015)	- Definir em normativo, setor responsável pela avaliação do controle interno administrativo da PCDF.
OS: 201109254 Constatação: 13	65933 (30/11/2015)	Diante das respostas apresentadas pela Unidade Jurisdicionada, a equipe de auditoria informa que, no presente exercício, continuará acompanhando o atendimento às recomendações e determinações pendentes. Além disso, devido às reiteradas recomendações realizadas por esta CGU à PCDF referentes às três últimas recomendações não atendidas, o assunto também está sendo tratado no âmbito do Relatório de Gestão do gestor do FCDF. Recomendação 2: Encaminhar plano de ação com providências objetivas no que se refere ao ressarcimento dos valores calculados na recomendação 004
OS: 201109254 Constatação: 13	65934 (21/11/2015)	Diante das respostas apresentadas pela Unidade Jurisdicionada, a equipe de auditoria informa que, no presente exercício, continuará acompanhando o atendimento às recomendações e determinações pendentes. Além disso, devido às reiteradas recomendações realizadas por esta CGU à PCDF referentes às três últimas recomendações não atendidas, o assunto também está sendo tratado no âmbito do Relatório de Gestão do gestor do FCDF. Recomendação 3: Apurar responsabilidade pela falta de adoção de providências tempestivas em relação à constatação referente ao não pagamento, por parte dos órgãos cessionários, do reembolso referente à remuneração dos servidores cedidos e que representou dano ao erário.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

OS: 201307821 Constatação: 7	84937 (30/11/2015)	- Informar sobre os resultados das apurações referentes aos casos evidenciados na extração de 2012, e medidas punitivas, porventura aplicadas.
OS: 201406146 Constatacao: 3	154879 (30/11/2015)	Encaminhar a esta CGU o Planejamento Estratégico 2014-2020, completo, bem como os Planos de Ação para as ações prioritizadas em cada exercício
OS: 201406146 Constatacao: 4	154881 (30/11/2015)	Normalizar fluxo de programação orçamentária, a partir do levantamento das necessidades pelas diversas áreas, passando pelo planejamento de ações, até a definição de prioridades pela Direção-Geral com base nos critérios definidos pela Subsecretaria do Tesouro do DF, com a identificação dos responsáveis participantes do processo
OS: 201406146 Constatacao: 6	154882 (30/11/2015)	Elaborar a proposta orçamentária alinhando os quantitativos estimados com os custos efetivos, de modo que espelhe de fato os gastos previstos pela Unidade e em consonância com os impactos orçamentário-financeiros efetuados para os aumentos de despesas.
OS: 201406146 Constatacao: 6	154883 (30/11/2015)	Elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro previamente à autorização de aumento nas despesas de pessoal, sobretudo quanto ao ingresso de novos servidores e aos aumentos na remuneração, com base no art. 16 da LRF, bem como uma análise quanto à viabilidade e pertinência na elevação dessas despesas, considerando todas as despesas executadas pela Unidade e o cumprimento de sua finalidade
OS: 201406146 Constatacao: 7	154884 (30/11/2015)	Reiteramos a recomendação de adotar estratégias de planejamento e execução orçamentária visando à execução gradual do orçamento ao longo do ano, evitando a concentração de despesas no segundo semestre.
OS: 201406146 Constatacao: 9	154885 (30/11/2015)	Definir em normativo, setor(es) responsável(eis) pela implantação e monitoramento de indicadores, com estabelecimento de prazo.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

OS: 201406146 Constatacao: 9	154886 (30/11/2015)	Implementar, no exercício de 2014, os indicadores de desempenho previstos no novo Plano Estratégico da PCDF, dando conhecimento dos resultados a esta CGU
OS: 201601570 Constatacao: 5	172470 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF fazer uma revisão geral dos campos SITUAÇÃO DE VÍNCULO e UORG de todos os servidores da PCDF cadastrados no SIAPE de modo a acertar os dados cadastrais incorretos e, eventualmente, exigir dos órgãos e entidades cessionários o reembolso dos valores não cobrados anteriormente.
OS: 201601570 Constatacao: 5	172471 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF manter o controle complementar sobre as cessões dos servidores policiais, particularmente das datas de efetiva cessão e retorno, de modo a permitir o lançamento tempestivo dessas alterações no SIAPE. Recomenda-se, ainda, desenvolver rotina de batimento mensal dos dados do cadastro complementar com os do SIAPE, preferencialmente antes do fechamento do SIAPE para processamento da folha de pagamento.
OS: 201601570 Constatacao: 6	172472 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF adotar as providências necessárias à publicação do nome completo dos servidores policiais no Portal da Transparência do Distrito Federal e encaminhe cópia do presente relatório à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).
OS: 201601570 Constatacao: 7	172473 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF excluir as rubricas 82255, 82231 e 00024 das folhas de pagamento mensais do SIAPE, transferindo esses pagamentos para o SIGRH, nas rubricas aplicáveis aos casos, e fazer um levantamento de todos os valores pagos via SIAPE a esses títulos desde o ano de 2003, discriminando nome e CPF do servidor, data de início e de término de percepção das rubricas, valores mensais recebidos e valor total recebido, ano a ano, e adotar, em conjunto com a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (MF), se for o caso, as medidas necessárias para fins de ressarcimento à União.
OS: 201601570 Constatacao: 7	172474 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF fazer uma revisão geral dos servidores cadastrados no SIAPE e excluir do sistema os servidores não policiais, transferindo os pagamentos a esses servidores para o SIGRH, utilizando-se das rubricas aplicáveis aos casos, e

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

encaminhar a esta SFC/CGU a relação nominal dos servidores excluídos e respectivos CPF.

OS: 201601570 Constatacao: 7	172475 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF fazer um levantamento de todos os valores pagos via SIAPE a servidores não policiais desde o ano de 2003, discriminando nome e CPF do servidor, rubricas recebidas, data de início e de término de percepção das rubricas, valores mensais recebidos e valor total anual recebido, ano a ano, e adotar, em conjunto com a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (MF), se for o caso, as medidas necessárias para fins de ressarcimento à União.
OS: 201601570 Constatacao: 7	172476 (02/01/2017)	Recomenda-se à PCDF, dada a multiplicidade de vínculos dos servidores L. H. da S. F. (CPF ***.957.046-**) e M. S. V. (CPF ***.317.566-**), levar a cabo estudo acerca do enquadramento, ou não, de ambos na situação de abate teto e atuar, se for o caso, junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestao/DF, à Secretaria de Estado de Saúde/DF e à Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho/MP a fim de elucidar a questão, inclusive no que diz respeito à retroatividade dos descontos eventualmente devidos e não efetuados a título de abate teto.

Total de Recomendações: 20

Posição do Sistema Monitor em 10/11/2017 às 05:09h.

DETALHAMENTO

1. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

1.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal - Secretaria de Segurança Pública - Polícia Civil do Distrito Federal

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Documento de Origem		
Relatório 201109254	Ordem de Serviço 201109254	Município/UF Brasília/DF
Programa: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica		

Constatação 13:

Intempestividade na adoção de providências para o retorno de servidores cedidos em situação irregular.

Recomendação 65933:

Diante das respostas apresentadas pela Unidade Jurisdicionada, a equipe de auditoria informa que, no presente exercício, continuará acompanhando o atendimento às recomendações e determinações pendentes. Além disso, devido às reiteradas recomendações realizadas por esta CGU à PCDF referentes às três últimas recomendações não atendidas, o assunto também está sendo tratado no âmbito do Relatório de Gestão do gestor do PCDF.
Recomendação 2: Encaminhar plano de ação com providências objetivas no que se refere ao ressarcimento dos valores calculados na recomendação 004

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 09/11/2017: Encaminhamento de providências

A cobrança dos débitos devidos pelos órgãos cessionários relativa ao reembolso da remuneração dos servidores cedidos é realizada de forma mensal. Em relação ao débito pendente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em que pese as cobranças sistemáticas realizadas por esta Instituição o referido órgão não efetuou o pagamento do débito relativo aos anos anteriores, apenas vêm procedendo ao reembolso da remuneração de 1 (um) servidor que atualmente se encontra cedido. Ressalto que esta Instituição apenas detém o poder de efetuar a cobrança do débito e comunicar tal fato ao Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal, cuja providência já fora realizada. A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal autuou o Processo nº 0040-002489/2014 para tratar do débito pendente supramencionado, o qual se encontra na Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme histórico de tramitação excluído do Sistema SICOP, cópia anexa.

Recomendação 65934:

Diante das respostas apresentadas pela Unidade Jurisdicionada, a equipe de auditoria informa que, no presente exercício, continuará acompanhando o atendimento às recomendações e determinações pendentes. Além disso, devido às reiteradas recomendações realizadas por esta CGU à PCDF referentes às três últimas recomendações não atendidas, o assunto também está sendo tratado no âmbito do Relatório de Gestão do gestor do PCDF.
Recomendação 3: Apurar responsabilidade pela falta de adoção de providências tempestivas em relação à constatação referente ao não pagamento, por parte dos órgãos cessionários, do reembolso referente à remuneração dos servidores cedidos e que representou dano ao erário.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 10/11/2015: Reiteração

Atendida parcialmente, aguardando a comunicação do resultado da apuração realizada pela Corregedoria-Geral de Polícia/PCDF.

Manifestação do Gestor em 30/04/2014: Encaminhamento de providências

A Unidade informou pelo Ofício nº 1686/2013-CGP, de 02/09/2013, que foi instaurado o Procedimento de Apuração Preliminar nº 141/2013, para apurar os fatos noticiados.

Documento de Origem		
Relatório 201307816	Ordem de Serviço 201307821	Município/UF Brasília/DF
Programa: Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica		

Constatação 3:

Divergência de informações acerca das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Recomendação 59787:

- Definir em normativos internos, o setor e o responsável pelo processo relativo ao controle de recomendações emanadas pela CGU.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 20/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 26/10/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos o atendimento, solicitando que encaminhem cópia do normativo que define o setor responsável pelo acompanhamento dos controles internos administrativos.

Manifestação do Gestor em 07/11/2013: Outros

Não há.

Recomendação 59788:

- Estabelecer rotinas e fluxos para o atendimento às recomendações emanadas pela CGU.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 20/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 26/10/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos o atendimento, solicitando que encaminhem cópia do normativo que define o setor responsável pelo acompanhamento dos controles internos administrativos.

Manifestação do Gestor em 07/11/2013: Outros

Não há.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Constatação 7:

Participação de policiais civis em gerência ou administração de empresa privada

Recomendação 84937:

- Informar sobre os resultados das apurações referentes aos casos evidenciados na extração de 2012, e medidas punitivas, porventura aplicadas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 06/11/2015: Reiteração

Atendida parcialmente, aguardando a comunicação do resultado da apuração realizada pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

Manifestação do Gestor em 07/11/2013: Outros

"Foi instaurado na Corregedoria-Geral de Polícia Civil do DF-CGP o PAP- Procedimento de Apuração Preliminar nº 83/2013-CGP destinado a investigar os novos casos de possíveis servidores participando de gerência ou administração de empresas privadas no ano de 2012. O PAP ainda não foi concluído, porquanto não há que se falar em punição, vez que aguarda a juntada de documentação requisitada a cada um dos servidores citados, para que somente então, os subsídios determinem a melhor providência a ser adotada."

Constatação 11:

Avaliação do Parecer da Auditoria Interna.

Recomendação 59883:

- Definir em normativo, setor responsável pela avaliação do controle interno administrativo da PCDF.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 20/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 26/10/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos o atendimento, solicitando que encaminhem cópia do normativo que define o setor responsável pelo acompanhamento dos controles internos administrativos.

Manifestação do Gestor em 07/11/2013: Outros

não há.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Documento de Origem		
Relatório 201406132	Ordem de Serviço 201406146	Município/UF Brasília/DF
Programa: OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC		

Constatação 1.2.1.2.:

Intempestividade para elaboração do Planejamento Estratégico da PCDF.

Recomendação 154879:

Encaminhar a esta CGU o Planejamento Estratégico 2014-2020, completo, bem como os Planos de Ação para as ações prioritizadas em cada exercício

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 20/11/2015: Encaminhamento de providências

Com o advento do Planejamento Estratégico concluído em dezembro próximo passado, a Instituição pode melhor compreender fundamentalmente a definição da sua ideologia e funcionalidade, análise de cenários internos e externos, definição dos recursos disponíveis e a serem desenvolvidos, ensejando num entendimento de forças e fraquezas da organização e determinação dos movimentos estratégicos que serão implementados para o ciclo estratégico proposto. Entende-se esta como uma etapa fundamental para a construção e acompanhamento dos modelos de inteligência estratégica definidos em todos os níveis da Gestão Estratégica da PCDF, modelo este, frise-se, que será consolidado ao longo de 2015 - 2020. Dessa forma, o Planejamento Orçamentário anual passou obrigatoriamente a estar vinculado ao Planejamento Estratégico, maior exemplo disso, foi a elaboração do PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019, concluído em junho/2015, que definiu as diretrizes da PCDF para os próximos quatro anos, elencando as ações, projetos e programas para a consecução dos objetivos planejados. Além de definir o que fazer, como, quando, para quem, a que custo e com qual objetivo, o Plano Plurianual é essencial tanto para o monitoramento como para a avaliação do desempenho e dos resultados esperados. Assim, evidencia que a PCDF tem validado a vinculação do Planejamento Orçamentário com o respectivo Planejamento Estratégico. Segue anexo, caderno de detalhamento do PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019 da Polícia Civil do Distrito Federal.

Constatação 1.2.1.3.:

Ausência de planejamento formal, refletindo no planejamento orçamentário

Recomendação 154881:

Normalizar fluxo de programação orçamentária, a partir do levantamento das necessidades pelas diversas áreas, passando pelo planejamento de ações, até a definição de prioridades pela Direção-Geral com base nos critérios definidos pela Subsecretaria do Tesouro do DF, com a identificação dos responsáveis participantes do processo

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 18/11/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos a recomendação.

Manifestação do Gestor em 30/04/2015: Solicitação de revisão da recomendação

Nesta fase o gestor não se manifestou.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Constatação 1.2.1.5.:

Fragilidades na estimação dos gastos com pessoal

Recomendação 154882:

Elaborar a proposta orçamentária alinhando os quantitativos estimados com os custos efetivos, de modo que espelhe de fato os gastos previstos pela Unidade e em consonância com os impactos orçamentário-financeiros efetuados para os aumentos de despesas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 18/11/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos a recomendação.

Manifestação do Gestor em 30/04/2015: Solicitação de revisão da recomendação

Nesta fase o gestor não se manifestou.

Recomendação 154883:

Elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro previamente à autorização de aumento nas despesas de pessoal, sobretudo quanto ao ingresso de novos servidores e aos aumentos na remuneração, com base no art. 16 da LRF, bem como uma análise quanto à viabilidade e pertinência na elevação dessas despesas, considerando todas as despesas executadas pela Unidade e o cumprimento de sua finalidade

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 18/11/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos a recomendação.

Manifestação do Gestor em 30/04/2015: Solicitação de revisão da recomendação

Nesta fase o gestor não se manifestou.

Constatação 1.2.1.6.:

Deficiências no gerenciamento dos gastos com a manutenção (Custeio e Investimento) da PCDF.

Recomendação 154884:

Reiteramos a recomendação de adotar estratégias de planejamento e execução orçamentária visando à execução gradual do orçamento ao longo do ano, evitando a concentração de despesas no segundo semestre.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 20/11/2015: Encaminhamento de providências

Cumpra-se consignar previamente, que a PCDF tem gerido de forma regular seu Orçamento Anual, atendendo permanentemente para as disposições contidas nas normas e diretrizes de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal e Distrital, fato que pode ser comprovado mediante a simples observação do desembolso mensal das despesas correntes da Unidade Orçamentária, tais como: Administração de Pessoal, Concessão de Benefícios a Servidores, Manutenção de Serviços Administrativos, Reforma de Unidades Policiais e Delegacias e outras. Destaca-se, que as despesas com pagamento da folha de pessoal e contratos de serviços continuados, somam maior volume orçamentário e têm seu desembolso obrigatório mensal. No tocante a despesa de capital, o desembolso é realizado após a conclusão das formalidades administrativas que ensejam o seu dispêndio, adotando também um cronograma interno e externo previamente planejado pela Instituição. A propósito, a PCDF tem alinhado sua Gestão Estratégica, no sentido de dar maior celeridade aos processos internos, buscando minimizar eventuais intercorrências que dificulte ou atrase a execução do Planejamento Orçamentário Anual.

Posicionamento da CGU em 18/11/2015: Reiteração

O gestor não se manifestou sobre a recomendação em tela, razão pela qual reiteramos a recomendação.

Constatação 1.2.2.1.:

Ausência de indicadores para o monitoramento e avaliação da gestão.

Recomendação 154885:

Definir em normativo, setor(es) responsável(is) pela implantação e monitoramento de indicadores, com estabelecimento de prazo.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 30/11/2015

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 18/11/2015: Reiteração

A recomendação ainda não foi implementada, razão pela qual reiteramos a recomendação. Alertamos à Unidade, que o assunto, também, integra o item 1.7.7.1, do Acórdão nº 1889/2013/TCU/1ª Câmara, com determinação para que faça constar do próximo relatório de gestão, “indicadores destinados a monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, entre outros.”, e que o mesmo não constou no último relatório.

Manifestação do Gestor em 30/04/2015: Encaminhamento de providências

Conforme informado no Relatório de Gestão 2014 da PCDF, esse projeto ainda não foi implantado, pois encontra-se em fase final de execução.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Recomendação 172471:

Recomenda-se à PCDF manter o controle complementar sobre as cessões dos servidores policiais, particularmente das datas de efetiva cessão e retorno, de modo a permitir o lançamento tempestivo dessas alterações no SIAPE. Recomenda-se, ainda, desenvolver rotina de batimento mensal dos dados do cadastro complementar com os do SIAPE, preferencialmente antes do fechamento do SIAPE para processamento da folha de pagamento.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/01/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 09/11/2017: Encaminhamento de providências

O lançamento no Sistema SIAPE acerca da cessão e de sua revogação é realizado de forma tempestiva.

Constatação 1.1.1.2.:

Publicação da remuneração dos servidores da PCDF na internet - Divulgação nominal incompleta.

Recomendação 172472:

Recomenda-se à PCDF adotar as providências necessárias à publicação do nome completo dos servidores policiais no Portal da Transparência do Distrito Federal e encaminhe cópia do presente relatório à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/01/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 09/11/2017: Encaminhamento de providências

Consta no Portal da Transparência do Distrito Federal a publicação do nome completo dos servidores policiais.

Constatação 1.1.1.3.:

Utilização indevida de recursos do FCDF para pagamento de funções comissionadas distritais e de rendimentos de servidores requisitados por meio do SIAPE.

Recomendação 172473:

Recomenda-se à PCDF excluir as rubricas 82255, 82231 e 00024 das folhas de pagamento mensais do SIAPE, transferindo esses pagamentos para o SIGH, nas rubricas aplicáveis aos casos, e fazer um levantamento de todos os valores pagos via SIAPE a esses títulos desde o ano de 2003, discriminando nome e CPF do servidor, data de início e de término de percepção das rubricas, valores mensais recebidos e valor total recebido, ano a ano, e adotar, em conjunto com a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (MF), se for o caso, as medidas necessárias para fins de ressarcimento à União.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/01/2017

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

Recomendação 172474:

Recomenda-se à PCDF fazer uma revisão geral dos servidores cadastrados no SIAPE e excluir do sistema os servidores não policiais, transferindo os pagamentos a esses servidores para o SIGRH, utilizando-se das rubricas aplicáveis aos casos, e encaminhar a esta SFC/CGU a relação nominal dos servidores excluídos e respectivos CPF.

Situação: Monitorando**Prazo Atendimento:** 02/01/2017**Recomendação 172475:**

Recomenda-se à PCDF fazer um levantamento de todos os valores pagos via SIAPE a servidores não policiais desde o ano de 2003, discriminando nome e CPF do servidor, rubricas recebidas, data de início e de término de percepção das rubricas, valores mensais recebidos e valor total anual recebido, ano a ano, e adotar, em conjunto com a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (MF), se for o caso, as medidas necessárias para fins de ressarcimento à União.

Situação: Monitorando**Prazo Atendimento:** 02/01/2017**Recomendação 172476:**

Recomenda-se à PCDF, dada a multiplicidade de vínculos dos servidores L. H. da S. F. (CPF ***.957.046-**) e M. S. V. (CPF ***.317.566-**), levar a cabo estudo acerca do enquadramento, ou não, de ambos na situação de abate teto e atuar, se for o caso, junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão/DF, à Secretaria de Estado de Saúde/DF e à Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho/MP a fim de elucidar a questão, inclusive no que diz respeito à retroatividade dos descontos eventualmente devidos e não efetuados a título de abate teto.

Situação: Monitorando**Prazo Atendimento:** 02/01/2017**Último Histórico****Manifestação do Gestor em 09/11/2017: Encaminhamento de providências**

O servidor LÚCIO HENRIQUE DA SILVA FONSECA, Perito Médico-Legista aposentado, matrícula nº 39.495-5, integra o rol de servidores contemplados pela decisão do RMS nº 33.100-STJ, que determina que o teto remuneratório incide sobre a remuneração isolada de cada cargo público acumulado, conforme Ofício nº 214/2016 – PROPES/PGDF, cópia anexa. O servidor MAURÍLIO SANTOS VIEIRA, Perito Médico-Legista aposentado, matrícula nº 39.544-7, foi exonerado do cargo em comissão de Assessor da Gerência de Assistência à Saúde/Policlínica/DGP, a contar de 10 de fevereiro de 2017, conforme publicação no DODF nº 59, de 27/03/2017, cópia anexa.

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br